

SCIENTIA UNA

n. 9

maio - 2008

Olinda

Scientia Una	Olinda	n.9	p.1 - 140	maio 2008
--------------	--------	-----	-----------	-----------

A **SCIENTIA UNA** é uma revista interdisciplinar, destinada a publicação de trabalhos de alunos e professores da FOCCA – FACULDADE DE OLINDA e de outras Instituições de Ensino Superior. Os conteúdos emitidos nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

Política Editorial – Cada artigo apresentado e revisado por, no mínimo, três membros do Conselho Editorial, sob o sistema de *blind review*, no qual a identidade do autor é sempre mantida em sigilo para o relator e vice-versa.

Coordenação do CAC – Centro de Atividades Científicas da FOCCA.
Prof. Tibério Monteiro

Conselho Editorial

Alex Sandro Gomes – Doutor em Educação pela Universidade Paris V – França. Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Visitante no Centro de Informática da UFPE.

Carlos Alberto Berriel Pessanha – Mestre em Direito Público pela UFPE. Membro da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas. Professor e Coordenador do Curso de Direito da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Daniel Andrade Cunha - Mestre em Administração na Área de Gestão Organizacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Finanças pela Universidade de Pernambuco (UPE). Bacharel em Ciências Contábeis pela FOCCA - Faculdade de Olinda (FOCCA). Bacharel em Administração de Empresas pela UFPE. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Ednara Felix Nunes Calado – Mestranda em Lingüística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Especialista em Lingüística pela Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN). Licenciada em Pedagogia também pela URRN. Professora e Coordenadora do Curso de Letras da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Francisco Roberto Pedrosa Monteiro – Mestre e Especialista em História pela UFPE. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Leonardo Valadares de Sá Barreto Sampaio – PhD (ABT) e Mestre em administração pela Universidade da Califórnia – EUA.

Luciano Ramos Brasileiro – Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – (UFRN), Vice-Presidente Administrativo e Financeiro da ADVB-PE. Professor e Coordenador do Curso de Administração de Empresas da FOCCA – Faculdade de Olinda..

Martinho Gomes de Queiroz – Mestre em Filosofia pela UFPE. Licenciado em Filosofia e Letras pela UNICAP. Licenciado em Teologia pelo Instituto de Filosofia do Recife (ITER). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Severino Pessoa de Araújo – Mestre em Direito Econômico pela UFPB, Especialista em Contabilidade e Controladoria Governamental pela UFPE, Contador e Bacharel em Direito.

Tibério Pedrosa Monteiro – Mestre em Desenvolvimento Internacional pela Indiana University of Pennsylvania – EUA. Bacharel em Direito pela UNICAP. Professor e Coordenador do Centro de Atividades Científicas da FOCCA – Faculdade de Olinda.

Normatização: Marcos Antonio Fonseca Calado – Mestre em Administração – UFRPE

Revisão: Wanda Maria Braga Cardoso – Mestra em Lingüística - UFPE

Diagramação: Samuca Estúdio de Arte

Impressão: Gráfica A Única

Periodicidade: Anual

Tiragem: Mil exemplares

* É permitida a reprodução dos artigos, integral ou parcial, desde que citada a fonte.

Scientia Una / FOCCA - Faculdade de Olinda
— n. 1 (maio 2000) - . — Olinda :
FOCCA, 2000 -
v.

Anual
ISSN 1517-9729

1. Administração – Periódicos.
2. Contabilidade – Periódicos. I. FOCCA - Faculdade de
Olinda

65(05) CDU (2. ed.) FOCCA/BMC-2000-001

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ZONA DA MATA NORTE: CAMINHOS AGRÍCOLAS REFLEXÃO SOBRE AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO - <i>Giovanilza Maria Pessôa de Oliveira</i>	07
A NOVA PAISAGEM URBANA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - <i>Maria Gilka Pinto Xavier, Mônica Luíze Sarabia</i>	25
A CONTABILIDADE AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DA EMPRESA - <i>José Argemiro da Silva, Silvana Maria da Silva</i>	45
IMPACTOS ECOEFICIENTES RESULTANTES DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA: CASO ACINOL - <i>Álvaro Antônio Maia Moreira, Luiz Antônio de Melo</i>	61
AUDITORIA INTERNA: UMA FERRAMENTA DE CONTROLE PREVENTIVO E ACESSORAMENTO NAS ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - <i>José Geraldo de Albuquerque Pinto, Risonete Maria de Souza Pessoa</i>	75
EXPORTAÇÕES DE ETANOL E CONVERGÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA - <i>Alan José de Moura Silva, Jorge Expedito de Gusmão Lopes, José Francisco Ribeiro Filho, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia</i>	95
A VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA A MULHER EM PROVÉRBIOS E MÚSICAS - <i>Fábio Rafael Soares da Silva, Maria Lúcia de Sant'ana Nascimento</i>	113
CONHECIMENTO E IDENTIDADE PESSOAL: UM POSSÍVEL CONTRIBUTO DO PENSAMENTO PLATÔNICO AO PROBLEMA DO PARALOGISMO DA PERSONALIDADE - <i>Rodrigo Silva Rosal de Araújo</i>	129

APRESENTAÇÃO

A Revista Científica **Scientia Una** chega à nona edição com artigos que consolidam sua multidisciplinariedade e os propósitos da FOCCA - Faculdade de Olinda.

Os trabalhos inseridos nesta edição comprovam vigor e contemporaneidade da Revista e da Instituição, cujo papel de produzir e difundir o conhecimento para a sociedade é consagrado em sua missão.

Os temas variam desde reflexões filosóficas sobre *conhecimento e identidade pessoal* a temas condizentes com a agenda sócio-econômica do país como desenvolvimento sustentável e produção industrial mais limpa, contabilidade sócio-ambiental, a convergência de normas contábeis internacionais, importância da auditoria interna e violência verbal contra a mulher.

Destaque para o aumento dos artigos oriundos de trabalhos de pesquisa de docentes, discentes e graduados da Instituição. Renova-se a máxima de que a pesquisa provoca a saudável busca pelo saber e consolida a formação profissional e cidadã almejada pela Instituição.

O Centro de Atividades Científicas parabeniza e agradece aos autores, membros do Conselho Editorial e a todos que tornaram possível esta publicação.

A Diretoria da FOCCA reitera os cumprimentos a todos que tornaram possível esta publicação e convida a comunidade acadêmica para abrilhantar a décima edição da Revista em 2009.

TIBERIO PEDROSA MONTEIRO

Coordenador do Centro de Atividades Científicas - CAC

ZONA DA MATA NORTE: CAMINHOS AGRÍCOLAS REFLEXÃO SOBRE AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO

*Giovanilza Maria Pessoa de Oliveira**
gil_pessoa@uol.com.br

RESUMO

Este texto é parte de um trabalho de investigação de doutorado, que pode ser resumido em três elementos: o objeto alvo, fonte de inspiração e preocupação, da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil; as questões a ser analisadas são as possíveis alternativas para o desenvolvimento sustentável desta área e o ponto de referência- comparação é o Programa de Iniciativa Comunitária – Leader (LEADER), da União Européia. Respetivamente coração, razão e ponderação do estudo a ser realizado. De momento, nas páginas que se seguem, o alvo será a Zona da Mata Norte e as possíveis alternativas de desenvolvimento, dentro de uma «atmosfera ética, que integra a participação, a equidade e a sustentabilidade».

PALAVRAS CHAVE

Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Sustentável. Promata. Zona da Mata.

* *Mestra em Engenharia de Produção pela UFPE. Especialista em Gestão da Qualidade em Serviços pela Faculdade de Ciências Administrativas da Universidade de Pernambuco (FCAP). Bacharela em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora da FOCCA – Faculdade de Olinda.*

ABSTRACT

The article is part of doctoral research on sustainable development. The case study is about the region named “Zona da Mata Norte of the State of Pernambuco”, in Northeast of Brazil; the problem, to be analyzed are the possible alternatives for sustainable development of this area in comparison to the Program of Communitarian Initiative named LEADER, in European Union. The goal will be the Zona da Mata Norte and the possible alternatives of development, inside of an «ethical atmosphere, which integrates the participation, the equity and the sustainable growth».

KEYWORDS

Local Development. Sustainable Development. Leader. *Promata*. Zona da Mata.

*«A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte
(...) Você tem fome de quê?»¹*

1. INTRODUÇÃO

Na época da exploração colonial, a Zona da Mata do Estado de Pernambuco² adotou a culinária e a economia europeia, com a monocultura da cana-de-açúcar. Seu domínio foi tão forte, que, como bem lembra Cavalcanti (CAVALCANTI et al, 2002), «estruturou os espaços físicos, econômico e social». De maneira tal, que instaurou parâmetros institucionais que prevalecem, em muitos casos, até os tempos atuais. Sendo os parâmetros mais fortes, aqueles determinados pela posse da terra e a influência desta nas relações políticas, sociais e econômicas da região.

A partir da última metade da década de 70, o governo brasileiro passou a investir no setor, através do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), utilizando a cana-de-açúcar para produzir o álcool para fins combustíveis. Todavia, «um mercado nacional de açúcar e álcool protegido realimentou a tendência ao crescimento extensivo da monocultura da cana, restringiu a pesquisa e a incorporação de novas tecnologias e inibiu a expansão de outras culturas agrícolas» (PROMATA, 1995).

¹Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

²O Governo do Estado de Pernambuco atua através do seu Governo Estadual e Secretarias; o Governo da República Federativa do Brasil atua através da Presidência da República, Gabinete da Casa Civil e Ministérios.

À deficiência tecnológica do sector, somaram-se o crescimento da produtividade da cana-de-açúcar na região Sudeste³ do país e a extinção do Proálcool. No final do último século e início deste, a participação da cana-de-açúcar na produção total do estado de Pernambuco, que já tinha sido de mais de 60%, atingiu 29,51%, em 2002, segundo dados da pesquisa de Produção Agrícola Municipal do IBGE. O resultado é que muitas usinas de cana-de-açúcar cessaram suas atividades, levando a um contingente de desempregados, os quais em muitos casos, somaram-se a movimentos de «Sem-Terra», ou se transferiram para as periferias dos centros urbanos, sem contarem com qualificação profissional que permitisse sua reinserção no mercado de trabalho. Segundo o Censo Demográfico⁴ de 2000, 76,51% da população do Estado de Pernambuco vive em áreas classificadas como urbanas. Nas últimas décadas, assistimos ao abandono do campo e a um «inchamento» das áreas urbanas, desprovidas de infra-estrutura para fazer frente aos novos desafios.

Buscando alternativas para recuperar a economia da Zona da Mata, em 1993, o Governo do Estado lançou um programa que chamou de «Diversificação Produtiva da Zona Canavieira de Pernambuco», que não teve expressão econômica significativa.

Este texto não objetiva realizar qualquer apologia às políticas aplicadas na Zona da Mata, no que diz respeito aos partidos políticos ali representados e/ou a suas ideologias. As políticas de desenvolvimento aplicadas, somente interessam a este estudo, pelo meio onde são adotadas e sua influência sobre o mesmo, através da sua metodologia de intervenção. O mesmo se aplica ao Programa de Iniciativa Comunitária Leader⁵ (LEADER), abordado mais adiante.

Após algumas reformulações, a partir da contratação de uma equipe de consultores, o Governo do Estado, já sob nova administração, relançou o Programa, em 1999, agora com a denominação de PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. O PROMATA tinha, então, cinco idéias chave: a reestruturação e modernização do sector sucro-alcooleiro; a reestruturação fundiária, como forma de promover o assentamento de famílias sem terra; a diversificação da base econômica; a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da cidadania.

Em seus primeiros anos, o PROMATA contou com incentivos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e, depois, do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). A partir de 1999, o Governo do Estado e o Governo Federal assinam um contrato

³Os Estados Federados ainda estão classificados e reunidos, a partir de suas características físicas e sócio-econômicas, em cinco grandes Regiões: Norte; Nordeste; Centro- Oeste; Sul e Sudeste.

⁴IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

⁵Nomenclatura que faz jogo com as siglas de «Ligações entre Atividades de Desenvolvimento Econômico Rural».

de reestruturação fiscal, dando início ao Projeto Piloto, aplicado justa na Zona da Mata Norte, e cujos resultados de avaliação são suficientes para levar o BID a aprovar, em Outubro de 2001, o financiamento do PROMATA, liberado a partir de Junho de 2002.

O grande diferencial do Projeto Piloto e, provavelmente, o fator mais positivo deste, aos olhos da autora, é que o mesmo foi elaborado a partir de uma pesquisa-ação, ou seja, os consultores e técnicos se encontravam inseridos no meio de aplicação da pesquisa e a comunidade local teve, talvez pela primeira vez, uma oportunidade legítima de participação na política de desenvolvimento local, que começava a se delinear.

É na atuação destes atores locais e nas metodologias de intervenção para o desenvolvimento local, que se centra a investigação de doutorado, da qual faz parte o estudo ora apresentado. O Programa de Iniciativa Comunitária – LEADER, aplicado na União Européia, desde o início dos anos 90, mostrou-se, aos olhos da autora, como parâmetro ideal de comparação para este estudo, uma vez que centra sua atuação em três vetores básicos: estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de caráter piloto; apoio a cooperação entre territórios rurais e colocação em rede (para intercâmbio dos resultados alcançados)⁶.

A tese de doutorado, referência para este texto, baseia-se em um estudo comparativo entre o PROMATA e o LEADER, com o objetivo de contribuir para acelerar e reduzir os custos dos programas de desenvolvimento local aplicados no Brasil. Não se trata, em absoluto, de «importar» técnicas européias, para uma realidade brasileira totalmente distinta. Mas sim, em buscar exemplos de «boas e inovadoras práticas» na promoção do desenvolvimento local.

A adaptabilidade dos projetos é, em realidade, uma característica da «filosofia» LEADER. Conforme apresentado na Guia Pedagógica da Ação Leader (2005), a inovação deve ser entendida como «um conceito destinado a fomentar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis, que ilustrem os novos caminhos que pode utilizar o desenvolvimento rural».

A investigação aqui apresentada busca identificar a ação do PROMATA, em favor do desenvolvimento sustentável, de uma «atmosfera ética, que integra a participação, a equidade e a sustentabilidade»⁷. A avaliação completa do PROMATA, em toda a sua área de aplicação, está em fase de elaboração e análise, pelo próprio Programa. Todavia, nesta pesquisa, a autora busca se antecipar, de maneira a obter subsídios que lhe permitam definir com maior segurança, as hipóteses e variáveis a ser analisadas no estudo comparativo, objeto maior da sua investigação de doutorado.

⁶DOCE (Diario Oficial de las Comunidades Europeas), Comunicación de la Comisión a los Estados Miembros, por la que se fijan orientaciones sobre la iniciativa comunitaria de desarrollo rural (Leader +), Bruselas, Diario Oficial de las Comunidades Europeas - C 139/5, 2000.

⁷Ideia defendida pela Cepal.

2. REFLEXÃO SOBRE AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO

Neste tópico será apresentado o referencial teórico sobre o que alguns preferem chamar de novo modelo de desenvolvimento, em busca da sustentabilidade, cuja própria definição necessita de alguns esclarecimentos, como veremos mais adiante. Em um primeiro momento, porém, o texto apresenta algumas das características sócio- econômicas da Zona da Mata, mais especificamente, da Zona da Mata Norte.

2.1 A ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO NO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

«A economia brasileira vai bem, muito obrigado!» Esta é a impressão que se tem ao ler os informes divulgados pelo governo Federal. Segundo a revista «Brasil, um país todos», em sua edição especial «30 Meses- Retrato de um país que cresce e distribui renda para quem mais precisa» (SCI, 2005), o PIB teve um aumento de 4,9% em 2004, considerado o maior dos últimos dez anos; o risco-país diminuiu de 1.324 em 2003, para 433 pontos em 2005 e nos últimos trinta meses, foram gerados 3.135 milhões de novos empregos formais.

No outro lado da moeda, porém, as desigualdades sociais permanecem. O relatório nacional de acompanhamento dos Objetivos do Milênio (IPEA, 2004) indica que em 2002, os 20% mais ricos se apropriavam de 56,8% da renda nacional; e que «entre 1990 e 2002, o principal indicador de mensuração da desigualdade de renda, o índice de Gini⁸, permaneceu no patamar de 0,57», o que corresponde a um dos níveis mais elevados do mundo, segundo o mesmo relatório. Na região Nordeste, esta diferença é ainda maior. Os dados mostram que, em 2002, os 20% mais pobres do Nordeste detinham uma parcela de renda de 3,5%, enquanto os 20% mais ricos ficavam com 62,6%. Ao mesmo tempo, a parcela da renda regional apropriada pelos 20% mais pobres no Sudeste era de 4,7%, enquanto os 20% mais ricos ficavam com 53,9%. Profundas diferenças também podem ser identificadas, utilizando-se o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁹, apresentado na Figura 1.

O relatório elaborado pelo IPEA, ainda informa que, segundo o critério adotado pelo próprio governo brasileiro, para mensurar os níveis de pobreza e de indigência¹⁰, existiam em 2002, no País,

⁸O índice de Gini apresenta valores no intervalo de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima desigualdade).

⁹O IDH, criado no início dos anos 90 para o PNUD, pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, combina três componentes: longevidade, educação e renda. A combinação destes índices gera um indicador síntese, que quanto mais próximo de 1, maior desenvolvimento humano indica.

¹⁰Pelo qual os pobres são aqueles que vivem com uma renda mensal de menos de 1/2 Salário Mínimo *per capita* de renda familiar e extremamente pobres (indigentes), aqueles que vivem com uma renda mensal *per capita* de até 1/4 Salário Mínimo (IPEA, 2004).

52,3 milhões de pobres, o equivalente a 30,6% da população. Já a pobreza extrema atingia 11,6% dos brasileiros, ou 20 milhões de pessoas. E mais uma vez, as diferenças regionais se apresentam. Em 2002, 5,2% dos habitantes do Sudeste estavam em situação de pobreza extrema ou de indigência; no Nordeste, essa proporção era quase cinco vezes maior: 25,2%.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD/ 2003.



Legenda	
■ 0,467 a 0,614	(1105)
■ 0,615 a 0,680	(1112)
□ 0,681 a 0,738	(1098)
■ 0,739 a 0,779	(1119)
■ 0,780 a 0,919	(1073)

O Banco Mundial, em seu informe «Combate à pobreza rural no Brasil» (BANCO MUNDIAL, 2001), chama atenção para o fato de que a pobreza continua a afetar, de modo ainda mais desproporcional, as zonas rurais do Nordeste, onde sua incidência é estimada em cerca de 50% (contra 24% no Sudeste rural). «A maior parte do total estimado de pobres nas áreas rurais do Nordeste e Sudeste, 83,6% e 90,3%, respectivamente, compreende famílias de agricultores situadas em áreas distantes, isoladas, esparsamente habitadas e com baixa produtividade, cuja renda proveniente do cultivo e do trabalho agrícola representa em torno de 70% de seu rendimento total familiar.

A metodologia para mensurar estes indicadores varia entre as diversas instituições que o analisam, a exemplo da CEPAL e do Banco Mundial. O fato é que, apesar desta estratificação no mínimo perversa, que decide entre quem está na pobreza ou na indigência, a fome tem uma só cara! Em todos os lugares do mundo, por onde assola, denuncia, antes de qualquer coisa, o fracasso de um sistema capitalista, que em nada contribui para a equidade.

Em seguida, são apresentados alguns indicadores da situação sócio-econômica da Zona da Mata, que, dentro do cenário nacional e regional, não chega a possuir os piores números! O que não reduz, como veremos, os problemas provocados pelas peculiaridades locais.

2.1.1 CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS DA ZONA DA MATA

Ainda que a Zona da Mata represente apenas 8,6% da área do Estado, cerca de 8.465,10 km² concentra 42% da população total, distribuídos em 42 municípios, com uma densidade demográfica quase cinco vezes maior do que a do Estado de Pernambuco e mais de vinte vezes maior do que a brasileira.

Destes municípios, dezenove encontram-se na Zona de Mata Norte. Em cinco deles foi aplicado o Programa Piloto do PROMATA: Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência. Sendo integrado ainda por: Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa do Itaenga, Macaparana, Paudalho e Timbaúba.

A taxa de analfabetismo na Zona de Mata Norte, para pessoas entre 15 a 24 anos, é 2,3% maior que a do Estado e 8,9% maior que a taxa de analfabetismo do país. O percentual de chefes de família¹¹ com menos de quatro anos de estudo é de 61%, também um dos mais baixos dos territórios do Programa, mas também, mais elevado do que o do Estado, que está em cerca de 50%.

Educação e pobreza mantêm um estreito vínculo. O Banco Mundial, ainda em seu informe «Combate à pobreza rural no Brasil» (BANCO MUNDIAL, 2001), defende que os esforços para atingir aos jovens, através da educação, em especial, aqueles pertencentes às famílias mais pobres e dependentes dos recursos das redes de assistência, são muito importantes para proporcionar-lhes oportunidades para romperem o ciclo vicioso (de pobreza) ao qual os mais velhos já estão presos.

O tema do analfabetismo e do ensino básico tem tomado muitíssimo espaço nas medidas do governo. No entanto, é necessário se ter em conta que, para desenvolver uma economia estagnada, as pessoas precisam, antes de tudo, crer no seu potencial e identificar seus próprios caminhos. A educação tradicional, que não respeita o conhecimento adquirido de maneira não formal, é capaz de reduzir os níveis de analfabetismo, mas, por outro lado, contribuir também para aumentar ainda mais a dependência para a estruturação do próprio conhecimento.

¹¹Em outras economias esta variável pode estar definida como «pais de família», porém aqui tem uma conotação mais ampla, podendo ocupar este papel, qualquer membro da família, que a ela leve seu principal meio de sustento.

Com relação à Saúde, o primeiro dado a causar alarme é que a Zona da Mata Norte conta com uma das mais altas taxas de mortalidade infantil, em torno de 32,9% dos nascidos-vivos, contra uma média estadual de 29,8% e de 21,3%, para o país. As crianças que escapam deste indicador, porém, estão expostas a um alto grau de desnutrição. Cerca de 20% das crianças até quatro anos estão desnutridas. A população está ainda sujeita a enfermidades respiratórias, provocadas pela queima das folhas da cana-de-açúcar e pelos agro-tóxicos utilizados.

Complementa este quadro, uma alta incidência de enfermidades infecciosas e parasitárias decorrentes, entre outras causas, de um abastecimento inadequado de água e de um tratamento sanitário inadequado, 18,5% e 79,8% dos domicílios, respectivamente. As informações apresentadas até agora, foram obtidas no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a partir dos dados do IBGE, relativos aos Censos de 1991 e 2000, disponibilizados pelo PNUD (PNUD, 2003).

A crise dos anos 80, por sua vez, atingiu toda a economia brasileira, principalmente a que dependia do crédito público, como o crédito rural subsidiado e da maioria das políticas públicas específicas para o desenvolvimento rural do setor industrial movido pela cana-de-açúcar. Em finais dos anos 90, quinze, das quarenta e oito usinas de cana, pararam suas atividades. Enquanto algumas grandes propriedades eram utilizadas para saldar dívidas fiscais e trabalhistas, outras se beneficiaram de linhas especiais de crédito.

O BID, em seu informe «El acceso a la tierra en la agenda de desarrollo rural» (BID, 2002), cita as restrições no acesso e no direito de propriedade sobre a terra, como importantes fatores, que afetam a produtividade nas zonas rurais da América Latina e outros países em desenvolvimento.

De acordo com o informe supracitado do Banco Mundial sobre o combate à pobreza, uma característica evidente no Nordeste do Brasil é a predominância de propriedades tão pequenas que são incapazes de gerar um nível de renda suficiente para elevá-las acima da linha de pobreza, independentemente da eficácia de sua produção. A agricultura brasileira se caracteriza historicamente por um modelo de concentração fundiária, no qual a maior parte da terra «pertence a um número relativamente pequeno de grandes proprietários rurais (agricultura patronal), que coexiste com um número muito maior de pequenas propriedades (agricultura familiar). Em 1996, menos de 11% das propriedades respondia por 80% da área total cultivada» (BANCO MUNDIAL, 2001).

Em verdade, a crise do setor da cana-de-açúcar tem mais importância, sob a ótica deste estudo, em relação à oportunidade de diversificação econômica, do que pela perda financeira que gerou na região. Sendo visto, como um elemento positivo, capaz de estabelecer novas bases no jogo de poder local.

2.2 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO – UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Como se pode crescer, quando se está preso a condições determinantes de pobreza, como as apontadas no tópico anterior, e quando não se tem o pleno controle dos recursos? O fato é que para abrir uma caixa fechada por fora, só há uma maneira: tornar-se maior do que a caixa.

Então começemos com as teorias clássicas de Harrod-Domar. Para os clássicos, a intervenção do estado era determinante para que a economia não entrasse em colapso. Relacionavam o incremento do capital, com o incremento da produção. Em uma lógica direta, admitia o que se produzia, vendia-se em um mercado de concorrência perfeita, onde a renda era suficiente para cobrir os custos. Por outro lado, defendia-se que o crescimento da população levaria ao colapso da economia, uma vez que funcionaria como um dispositivo para a «lei dos rendimentos decrescentes», levando a um retorno de capital, cada vez menor.

Por sua vez, o modelo neoclássico de crescimento endógeno, que tem como representantes Solow-Swan, entre outros, aponta para uma convergência a longo prazo entre os países. Sem que, para isto, faça-se necessária a intervenção do estado. O mesmo modelo indica, porém, que este crescimento somente será possível se existirem melhoras tecnológicas, capazes de evitar os rendimentos decrescentes de capital. Mas estas não estão incluídas no modelo endógeno, ou pelo menos em, como este se desenhou a princípio.

É a partir do trabalho de Romer que o conhecimento (tecnologia) passa a ser considerado na teoria do crescimento endógeno, como uma externalidade do capital. Ou seja, o conhecimento, capaz de tirar um país do seu estado estacionário de crescimento é um subproduto da inversão no capital físico¹².

O crescimento de um país passou a ser mensurado, basicamente, a partir do crescimento da sua produção, através do PIB ou do volume de exportações. A partir das primeiras crises mundiais, provocadas pela escassez dos recursos naturais, sendo a mais significativa a crise do petróleo e de seus derivados, esta ótica começou a mudar. Tomou cada vez mais espaço no cenário, o planejamento econômico. Tão simples, quanto os esquemas que os professores de Administração da Produção desenham no quadro para seus alunos: recursos-transformação-produto acabado. Com a diferença de que a natureza necessitaria de tempo para repor alguns destes recursos e outros, eram simplesmente esgotáveis. As preocupações voltaram-se para as reservas naturais, para a conservação do meio ambiente e para a reciclagem dos resíduos da produção, em busca de um crescimento sustentável.

¹²Os modelos econômicos, mencionados até agora neste tópico, podem ser encontrados, em mais detalhes em Sala-i-Martin, 2000.

Só que faz falta nesta época, e pode ser que ainda hoje, a percepção clara de que o ser humano faz parte desta natureza, e como tal, também precisa de cuidados para não se deteriorar e está passível de extinção. Já não estamos falando somente de crescimento, mas de algo que vai mais além: o desenvolvimento. «... a prática tem indicado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido como crescimento, porque os frutos desta expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população!» (SOUZA, 1999).

O BID, em seu informe «Reducción de la pobreza y crecimiento económico: la doble causalidad» (BID, 2000), aponta três elementos que podem impedir um país de crescer: restrições na capacidade de investir; limitações para desenvolver o capital humano e restrições para inovar e obter crédito. Sem dúvida, ainda que esteja a falar de crescimento, o BID nos indica elementos que vão mais além da abordagem quantitativa. Poderíamos arriscar-nos em dizer que sua abordagem melhor se enquadra em um «crescimento sustentável»! Para a autora deste artigo, em verdade, falar de desenvolvimento sustentável é ser redundante! Se não houver sustentabilidade, não é desenvolvimento. Mas não entremos nesta polémica. O termo é perfeitamente aceite e manejável. Nas últimas décadas, em verdade, como nos diz Sérgio Buarque (BUARQUE, 2001),

«os debates e reflexões que dominam a cena política e técnico-científica internacional sobre modelos e alternativas de desenvolvimento - capazes de enfrentar os desafios e problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos - estão levando à formulação de novas concepções de desenvolvimento – endógeno, humano, local – entre os quais se destaca a proposta de desenvolvimento sustentável».

Vejamos abaixo, algumas definições para os conceitos apresentados no parágrafo anterior:

- Desenvolvimento sustentável - é «aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades» (CMMAD, 1987);
- Desenvolvimento local, como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2001);
- Desenvolvimento endógeno – é um processo territorial, e não funcional, que se apóia metodologicamente no estudo

de casos e que considera que as políticas de desenvolvimento são mais eficientes quando realizadas pelos atores locais. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2005).

O PNUD, no seu Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005), relaciona o desenvolvimento humano diretamente com a equidade, quando reconhece que

«Liberdades e direitos individuais importam muito, mas as pessoas estão limitadas no que podem fazer com essa liberdade se forem pobres, doentes, iletradas, discriminadas, ameaçadas por conflitos violentos, ou se lhes for negada voz política».

Em síntese: a ausência de equidade pode ser entendida como a «mão que mantém fechada a caixa», exigindo do sistema, um nível de entropia ainda maior.

Simplificando, a partir da lógica desta autora, o desenvolvimento quanto ao foco espacial, pode ser classificado como regional e local (ou territorial). As forças que sobre ele incidem, podem ser classificadas como endógenas e exógenas. Quanto à utilização dos recursos de produção, o desenvolvimento pode ser baseado no uso indiscriminado ou em critérios de sustentabilidade, e quanto a sua ética, deve incluir, além da sustentabilidade, a participação e a equidade. Esta relação entre a ética e o desenvolvimento é apresentada pela CEPAL, em seu relatório «Transformación productiva com equidad: la tarea prioritária del desarrollo de América Latina» (CEPAL, 1991).

Pelo visto no tópico anterior, sobre as disparidades regionais brasileiras, nossa sustentabilidade está seriamente comprometida, quanto à ética e, por consequência, quanto à técnica. Sem dúvida, o Brasil tem no Nordeste, a mola propulsora para acelerar o seu crescimento, uma vez que ali se encontra um dos maiores déficits na inversão do capital humano. É preciso passar-se de uma vez por todas por uma mudança de paradigma, onde as diferenças brasileiras necessitam deixar de serem vistas como um «problema» e passar a serem vistas como uma «oportunidade», como defende a Prof.^a Tânia Bacelar, em seu artigo «Por uma política nacional de desenvolvimento regional» (BACELAR, 1999).

Dentro desta lógica, o Ministério da Integração Nacional (MIN) do Brasil, tendo na equipe a professora e economista Tânia Bacelar, apresentou em 2003, o que denominou de uma «proposta para discussão», da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O objeto principal do PNDR, segundo sua proposta, são as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país

(MIN, 2003). A metodologia proposta para definir as áreas a ser beneficiadas pelo PNDR consiste na superposição dos cartogramas compostos por duas variáveis: rendimento domiciliar médio e variação do PIB.

O próximo tópico aborda o programa de apoio ao desenvolvimento, proposto pelo Governo Estadual, para esta região.

2.3 PROMATA - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

O PROMATA foi estabelecido com base em um planejamento participativo, na construção de um Plano de Desenvolvimento para os Municípios, em acordo com o desenvolvimento da região (Nordeste). Cerca de 40 associações de ação local (cooperativas, sindicatos, etc.) foram ouvidas e puderam apresentar suas leituras da realidade nos principais temas estabelecidos pelo Governo do Estado, como sendo de importância para o desenvolvimento. São eles: saúde, educação, meio-ambiente, infra-estrutura, trabalho e renda.

Todos estes temas são tratados para cada município, mas vinculados e integrados às políticas de desenvolvimento do Estado, buscando estimular as potencialidades da economia local. Para tanto o programa instituiu o que chamou de Coordenação de Fortalecimento, que tem foco no fortalecimento institucional (modernização da administração pública) e das organizações sociais.

Para o fortalecimento das organizações sociais, o Programa atua em: capacitação; desenvolvimento do Programa de Investimento Municipal; fórum de desenvolvimento local; núcleo supervisor local; rede de conectividade (para supervisionar os projetos e fazer a interfaces entre o PROMATA e a sociedade).

Na atuação da empresa privada, destaca-se um elemento novo para o programa e que é identificado como um agente ou operador de negócios. O agente de negócios identifica no mercado uma demanda a ser atendida: elabora o projeto; identifica, seleciona e capacita os produtores na região; presta assistência técnica a estes e garante a compra de toda a produção. Sua proposta de ação deve englobar toda a cadeia produtiva.

Até Agosto de 2005, já haviam sido apresentados, de acordo com o PROMATA, cerca de 40 projetos em agro-negócios, contra apenas 5 projetos em outros setores. Uma das dificuldades enfrentadas na região é o alto grau de informalidade existente nos negócios não agrícolas.

Para se ter uma idéia, o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), considerando a totalidade dos negócios (agrícolas ou não), estima que 58,9% da população da Zona da Mata Norte se encontra no setor da economia informal.

A metodologia do PROMATA não se centra somente na administração pública, mas

«promove a intervenção dos três principais grupos de atores que atuam na realidade da região (agentes produtivos, sociais e governamentais) em busca de um acordo sobre os rumos do desenvolvimento definidos, como sendo: a compreensão dos problemas e a busca de uma visão comum de futuro; o delineamento de objetivos comuns e estratégias adequadas, estimulando a prática de novos valores, a exemplo da responsabilidade social; a descentralização, com o controle social; a solidariedade, com cooperação, de maneira a mudar as estruturas de poder local» (PROMATA, 2006).

3. ZONA DA MATA NORTE: CAMINHOS AGRIDOCES

O objetivo deste tópico é identificar os elementos do PROMATA, que o relacionam com o desenvolvimento ético, aludido pela CEPAL e que integra a participação, a equidade e a sustentabilidade.

Vejamos abaixo, como está organizado o PROMATA:

- 1) Subprograma I: Melhoramento de serviços básicos
 - Fortalecimento da gestão municipal e das organizações comunitárias (1);
 - Ações sociais (visando promover o desenvolvimento do capital humano da região, através de ações complementares ao sistema de educação formal e de apoio ao processo de municipalização dos serviços de saúde) (2);
 - Infra-estrutura (para melhorar as condições de vida da população, especialmente do meio rural, e para apoiar a diversificação econômica regional) (3).
- 2) Subprograma II: Apoio à diversificação econômica
 - Apoio a agro-negócios (4);
 - Validação, difusão e pesquisa agro-pecuária (5);
 - Apoio à microempresa não agrícola (6).
- 3) Subprograma III: Gestão e proteção ambientais
 - Gestão ambiental (7);
 - Projetos ambientais (8).

A Tabela 1 apresenta uma relação, elaborada pela autora, das ações do Promata, com os três elementos defendidos pela CEPAL, como sendo o marco ético do desenvolvimento.

Elementos do PROMATA	Desenvolvimento Ético		
	Participação	Equidade	Sustentabilidade (econômica e ecológica)
(1)	x	x	x
(2)		x	x
(3)		x	x
(4)			x
(5)			x
(6)			x
(7)			x
(8)			x

(elaboração própria)

Tabela 1 - Identificação dos elementos do PROMATA com o marco ético do desenvolvimento:

Pela relação estabelecida anteriormente, pode-se identificar a importância do Subprograma I, como promotor ético do desenvolvimento. De fato, analisando-se a distribuição por categorias de investimento, verifica-se que, dos 120 milhões e 900 mil dólares americanos de custo direto do Programa, 53,7% do recurso total está destinado ao Subprograma I; enquanto 21,3% e 5,6% estão destinados, respectivamente, aos Subprogramas II e III, como indicado no «Regulamento Operacional». (PROMATA, 2004).

Centremos nossa atenção sobre o Subprograma I, que busca o melhoramento dos serviços básicos, através do investimento no fortalecimento da gestão municipal e das organizações comunitárias; nas ações sociais e na infra-estrutura. O Anexo I apresenta as «Metas por Subprograma, módulo, componente, projeto e atividade», específicas para o Subprograma I. A tabela foi extraída do Regulamento Operacional do PROMATA (PROMATA, 2004).

Analisando as metas do Subprograma I é possível identificar que cerca de 50% das ações estão voltadas para o Social, sendo 29,6% para a Saúde e 22,2% para a Educação; cerca de 26%, estão voltadas para a Infra-estrutura, sendo 14,8% para Saneamento e Limpeza e 11,1% para Projetos de reabilitação de infra-estruturas físicas e cerca de 22%, estão voltadas para o Fortalecimento da gestão municipal e das organizações comunitárias. Ou seja, aproximadamente 48,5% do custo direto do PROMATA está investido em ações de infra-estrutura e sociais,

básicas e apenas cerca de 6,9% está investido em ações para favorecer a organização comunitária.

Este é um fator que, certamente, provoca uma maior demora para, em termos práticos, traduzir-se em melhoria de renda para a região. A decisão é justificável, tendo em conta o quadro de pobreza da região da Zona da Mata. Mas, por outro lado, como nos diz Celso Furtado (FURTADO, 1982), o desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, um «processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço da capacidade associativa, de exercícios da iniciativa (...) Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e somente secundariamente econômico». E em se tratando da Zona da Mata, podemos dizer somente «terceiramente», já que as prioridades são antes de subsistência básica, seguida pelo fortalecimento da organização social.

O próximo tópico apresenta algumas considerações finais sobre o que foi aqui abordado e faz menção à nova geração de pesquisadores brasileiros, que se insere, neste começo de século, no cenário mundial.

4. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ponto em que, na sociedade nordestina, iniciou-se um incentivo a participação e a uma cidadania ativa, podemos dizer que as condições institucionais começaram a mudar, de tal maneira, que os municípios envolvidos experimentavam uma dinâmica social, capaz de começar a romper com estruturas centenárias de domínio e poder, estabelecidas, primeiro pelo sistema colonial, depois pelos «donos da terra», seguidos pela ditadura militar e, por fim, a uma política centralizadora. Isto, só para apontarmos alguns dos elementos de opressão da história política e sócio-econômica do país.

Ou seja, um povo que, por toda a sua vida, de geração em geração, viu-se impedido de decidir sobre seu próprio destino, agora está sendo convidado a fazê-lo! As mudanças ocorridas já não podem mais ser vistas sob a ótica partidista. O governo perde em controle, para ganhar em agilidade e resultados. Entram em cena novos atores sociais, ou mesmo alguns antigos, mas agora renovados quanto a sua legitimidade.

Contudo este é um árduo processo. Para citar a analogia feita por Ricardo Abramovay (ABRAMOVAY, 2000), podemos dizer que as

«mudanças sociais em regimes democráticos são processos que se assemelham a trocar o pneu de um carro em movimento: não se pode interromper o veículo para então fazer o reparo, mas não se pode tampouco aceitar que se continue rodando com o pneu furado».

A autora espera que este artigo e, principalmente a investigação maior, da qual faz parte, traga para o cenário brasileiro ferramentas inovadoras de gestão do desenvolvimento local, à luz de um estudo comparado, entre a prática brasileira e a experiência da União Européia.

A União Européia é hoje, do ponto de vista empírico, como nos diz Diniz (DINIZ, 2002), «o grande experimento contemporâneo (...), onde estão sendo testadas várias interpretações e implementadas várias políticas», a exemplo do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, alvo da investigação de doutoramento desta autora.

Como vimos, não existe uma fórmula para o desenvolvimento. Sobre uma região incide uma combinação única de forças, em origem e intensidade, que incide também sobre um único ponto, capaz de absorver e/ ou transformar estas forças, de acordo com suas próprias características. Características estas, determinadas por elementos históricos, culturais e institucionais. O fator mais importante desta equação, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, é o ser humano, movido por sua capacidade de sonhar e por seus desejos materiais ou não. *E você, tem fome de quê?*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural, Economia Aplicada, São Paulo, USP/ FIPE, n. 2, vol. 4, p. 379-397, abril/junho 2000. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em: 16 jan 2006.

BACELAR, Tânia de Araújo. Por uma política nacional de desenvolvimento regional, Revista Econômica do Nordeste, Banco do Nordeste, Vol.30, Nº. 2, abr-jun de 1999. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/>>. Acesso em: 16 jan 2006.

BANCO MUNDIAL. Combate à pobreza rural no Brasil: Uma Estratégia Integrada, Volume I: Resumo, Rio de Janeiro, 2001.

BID (Banco Interamericano de Desarrollo), Reducción de la pobreza y crecimiento económico: la doble causalidad, Washington, D.C., 2000.

BID (Banco Interamericano de Desarrollo), El acceso a la tierra en la agenda de desarrollo rural», Washington, D.C., 2002.

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável- Metodologia de planejamento, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2ª edição, 2004, 180p.

CAVALCANTI, Clóvis et al. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, Trabalhos para discussão – 135, Fundaj, 2002. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 16 mar 2003.

CMMAD (Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo), «Nuestro Futuro Comum» - Relatório Brundtland, Nações Unidas, 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando la cuestión regional brasileña: tendencias, desafíos y caminos EURE (Santiago) - Revista latinoamericana de estudios urbano regionales, Santiago de Chile, v. XXIX, n. 88, p. 29-53, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.cl>>. Acesso em: 11 jan 2006.

DOCE (Diario Oficial de las Comunidades Europeas), Comunicación de la Comisión a los Estados Miembros, por la que se fijan orientaciones sobre la iniciativa comunitaria de desarrollo rural (Leader +), Bruxelas, Diario Oficial de las Comunidades Europeas - C 139/5, 2000.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), Transformación productiva com equidad: la tarea prioritária del desarrollo de América Latina, Santiago de Chile: Cepal, 1990.

FURTADO, Celso. A nova dependência, São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GUIA Pedagógica da Ação Leader. Disponível em <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/dossier_p/pt/index.htm> Acesso em: 20 nov 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Produção Agrícola Municipal, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório nacional de acompanhamento, Brasília: Ipea, 2004.

MI (Ministério da Integração Nacional), Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR: proposta para discussão, Brasília, Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, dez. 2003. pg. 11, 36. Disponível: <<http://www.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 17 jan 2006.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

PROMATA (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco), Marco de referência e proposta preliminar, Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1995.

PROMATA, (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco), Metodologia de execução, Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 2004. Disponível em <<http://www.promata.gov.pe.br>>. Acesso em: 27 set 2004.

PROMATA, (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco), Regulamento Operacional do Promata- ROP/ 1357/OC- BR, Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 2004. Disponível em <<http://www.promata.gov.pe.br>>. Acesso em: 29 set 2004.

SALA-I-MARTIN, Apuntes de crecimiento económico, Barcelona: Antoni Bosch Editor, 2ª Edición, 2000.

SCI (Subsecretaria de Comunicação Institucional/ Secretaria-Geral da Presidência da República), «30 Meses-Retrato de um país que cresce e distribui renda para quem mais precisa», Brasil Um País de Todos, Ano 3, Edição 5, Agosto- 2005, pg. 20-21. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 21 jan 2006.

SOUZA (Nali de Jesús), Desenvolvimento económico. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 1999.

UE (União Europeia), Guia Pedagógica da Ação Leader, Observatório Europeu Leader/ AEIDL, 2001. Disponível em <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/dossier_p/pt/index.htm>. Acesso em: 20 nov 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO (Antonio), Las nuevas fuerzas del desarrollo, Barcelona: Antoni Bosch Editor, 2005.

A NOVA PAISAGEM URBANA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

*Maria Gilka Pinto Xavier**
gilka.xavier@gmail.com

*Mônica Luíze Sarabia***
monicaluizeufrpe@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo aborda questões acerca da transformação da paisagem urbana da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, cidade localizada no Agreste pernambucano, focalizando na modificação do seu **locus** produtivo, a partir da retirada da feira da Sulanca que antes ocorria em 28 ruas do centro da cidade e até a sua mudança para o novo empreendimento comercial o “Santa Cruz Moda Center”. A abordagem é qualitativa e utiliza o método de análise interpretativa de imagens fotográficas e relatos orais, privilegiando os momentos históricos das décadas de 1980, 1990 e a realidade atual, fazendo um resgate histórico dos diversos momentos da economia da cidade e da utilização do espaço no período estudado, ressaltando aspectos e conceitos acerca da realidade física, morfológica, econômica, social, a compreensão do **cluster** e a requalificação do espaço das ruas do centro da cidade, perpassando pela interpretação dos conflitos e consensos originados desta modificação, detectando as necessidades de requalificação do espaço da cidade dentro de perspectivas físicas, econômicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Aglomeração Produtiva. Cidade. Requalificação do Espaço.

* Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP/SP). Coordenadora do NUPECS - Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais da UFRPE. Professora da UFRPE.

** Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisadora da FACEPE/CNPq e do NUPECS - Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais da UFRPE.

ABSTRACT

The present article approaches questions concerning the changes occurred at urban landscape of the productive agglomeration of the city of Santa Cruz do Capibaribe, a city located in the pernambucano west land from the State capital Recife. The research focused on the modification of its *locus* productive, from the transition of the “Fair of the Sulanca” (that it used to happen along 28 streets downtown) up to the new commercial enterprise named “Santa Cruz Fashion Center”.

KEYWORDS

City. Productive Agglomeration. Requalification of the Space.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é mostrar, a partir de uma análise interpretativa da imagem, as transformações ocorridas na paisagem da cidade, a partir da mudança do *locus* da atividade comercial, mostrando os conflitos e consensos decorrentes desta modificação. Nestas condições, utilizou-se a técnica de pesquisa baseada na história oral justificada pela reduzida produção de documentos escritos, tendo como suporte a imagens fotográficas.

Parte-se da compreensão da paisagem urbana como o espaço onde se processam as relações dos homens e meio ambiente, para investigar aspectos de transformação urbana. Neste trabalho analisa-se uma região caracterizada pelo capitalismo tardio em sua transformação urbana e na da atividade de produção que são pressupostos do objeto de estudo.

O objeto de estudo é o espaço central da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, localizada no agreste setentrional do estado de Pernambuco, a 192 km de Recife, mais especificamente, são as ruas do centro, das quais foram retiradas a feira da Sulanca que funcionou durante várias décadas, nos espaços físicos no centro da cidade e que nos últimos anos ocupava cerca de 28 ruas. Este trabalho empreende uma discussão sobre a eficácia de uma mudança do local da atividade comercial pelo planejamento urbano, frente às necessidades da sociedade e do capital.

O método utilizado na pesquisa é elaborado de forma construtivista e dialética em abordagem quantitativa e qualitativa. Para efetuar o registro sistemático das atividades desenvolvidas, foram utilizados máquina fotográfica digital, gravador de voz e feitas anotações dos relatos orais dos entrevistados, valorizando o conceito de história oral, como proposto por NOGUEIRA

(1952). Na interpretação das fotografias, utilizou-se o método proposto por SINSON (1996), que visa a escolha de imagens significativas para fazer um fichamento individual, a fim de se observar o maior número de caracteres que possam denotar modificações nas comparações destes objetos espaço-temporais.

A partir do século XIX, praticamente após o invento da fotografia, essa nova técnica que fixava a imagem sobre o papel passou a ser usada por pesquisadores das diversas ciências, não como objeto de estudo ou de análise, mas sim, como mera ilustração ou como prova de procedimentos e resultados obtidos em pesquisas. De 1915 até o final da década de 1970, as pesquisas deram ênfase ao uso de dados quantitativos, baseados na apresentação de quadros, tabelas e gráficos como ilustração, deixando a fotografia, um tanto quanto sem a sua devida relevância. A partir da década de 1980 observa-se o retorno dos métodos qualitativos de investigação social, havendo assim uma valorização da fotografia para as ciências sociais de uma maneira geral, como método utilizado em diversas fases da pesquisa (SINSON, 1996).

Não houve, contudo, um esforço de sistematização dessas idéias e, sobretudo, um debate propriamente metodológico sobre as questões que envolvem a relação entre fotografia e história. Em suma, o reconhecimento do valor documental das imagens fotográficas como a verdade obtida pelo registro da câmera, em um determinado recorte espaço temporal.

De toda forma, é importante registrar a concepção atual de que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria que é produzida em um dado contexto histórico, como dito por FERRO (1988). Isto quer dizer que a utilização da imagem pelo pesquisador pressupõe uma série de indagações que vão muito além do reconhecimento do *glamour* dos documentos visuais. O pesquisador deverá passar por um processo de educação do olhar que lhe possibilite “ler” as imagens. Assim, como pode ser analisado e compreendido através da fotografia que segue, Figura 2. A partir da análise feita através do método proposto por SINSON (1996), puderam-se compreender os aspectos relevantes para esta pesquisa, que é a leitura da realidade dos espaços da cidade a partir das imagens coletadas e arquivadas, e que são relevantes para a contextualização desta pesquisa.

Os conceitos abordados, do ponto de vista do espaço econômico, são os de aglomeração produtivas, baseados na reflexão sobre distritos industriais (BECATTINI, 1994), (BAGNASCO, 1977), (GAROFOLI, 1986), a partir dos ensinamentos de (MARSHALL, 1982). Nesta leitura, houve a compreensão do *cluster*, da aglomeração, não apenas em suas características econômicas e geográficas, do avanço para a compreensão do fenômeno atual, quando se frisou a importância das outras condições estabelecidas para o surgimento destes espaços produtivos, como sejam as sócio-culturais, históricas e naturais, particulares de uma zona geográfica, além da ocorrência da interação dinâmica (círculo vicioso) entre a divisão e a integração do trabalho e dos espaços.

Na questão do desenvolvimento local, entende-se como sendo aquele que deve abarcar várias instâncias de poder, vários atores sociais em uma interação para agregação de valor, promovendo o crescimento econômico e social. Refere-se a um conjunto de ações social, ambiental, econômica, cultural e política que, em uma ordem dialética de compreensão, promove, favorece e prejudica, em alguns momentos, e outros não, mas que leva a se obter ganhos de crescimento da sociedade, como o caso observado na produção através de pequenos empresários na cidade de Santa Cruz.

A pesquisa, então discute a necessidade de ampliação e modificação do espaço do mercado. Discutiu-se o processo de requalificação a partir do ponto de vista do desenvolvimento econômico, urbano e do poder público. Partiu-se de uma discussão de forma multidisciplinar as exigências do processo de crescimento da cidade.

Por sua vez, a imagem fotográfica, por ser recorte de uma realidade delimitada por um espaço e tempo, é capaz de demonstrar as transformações da paisagem urbana na cidade de Santa Cruz do Capibaribe - PE, em um recorte em várias épocas históricas. Para apresentação deste trabalho no restringiremos ao período entre 1980, até a época atual, quando se observou a expansão da atividade econômica e urbana na localidade, através de arquivo de imagem e de documentos escritos e falados capazes de demonstrar o crescimento urbano.

A expansão da atividade econômica e urbana em Santa Cruz do Capibaribes ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, devido à reestruturação no processo de desenvolvimento do país, a diminuição do parque industrial no centro-sul, a redução de oferta de emprego formal e o declínio das migrações internas (XAVIER, 2006). Em consequência, observou-se a expansão dos números de bancas na feira, o que denota o crescimento do comércio, conforme pode ser visto no próprio arquivo de imagem e nos relatos orais da história da cidade.

No início do ano 2000, a expansão foi resultado de uma intervenção urbana com a instalação do “Santa Cruz Moda Center”, visando a relocação do espaço da feira de confecção, das diversas ruas da cidade. Desta maneira, busca-se compreender: Qual a situação dos comerciantes que permaneceram estabelecidos nas ruas do centro? Esse processo de requalificação contempla políticas de modificação do uso do espaço do centro da cidade? Como se percebeu, a retirada da feira das ruas provocou a diminuição da circulação de transeuntes no centro da cidade.

A análise desta transformação, embora ainda seja de considerações parciais da pesquisa acerca do método de investigação, mesmo assim, nos permite a observação sistemática das imagens com o registro da presença humana na reconstituição do processo de urbanização, associando às práticas econômicas. A partir das fotografias e suas múltiplas interpretações chegou-se a exposição da matéria necessária para atingir a essência do objeto estudado. O

método de captar a realidade empírica no registro de imagens a sua importância maior, uma vez que elas serão “contadoras de história” e esta história é mutante.

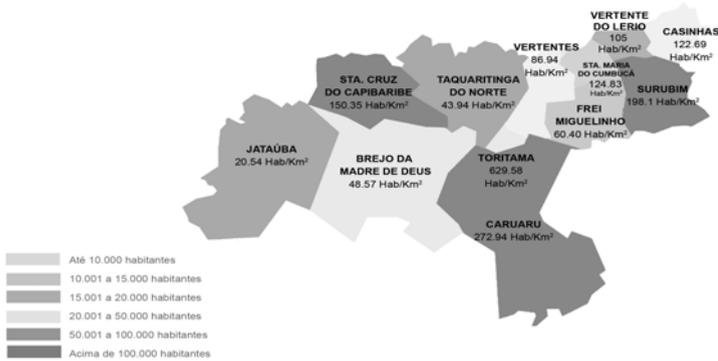
2. A ECONOMIA URBANA E O PLANEJAMENTO DA CIDADE

Este trabalho diz respeito, também, ao método de analisar as modificações no espaço através da história oral e da fotografia. Para as reflexões acerca da transformação do espaço, tomou-se como referência, uma cidade considerada de médio porte, com 74000 habitantes do interior do nordeste (IBGE, 2006). A característica maior da cidade é a intensa produção e circulação de mercadorias na zona do Agreste pernambucano, embora se situe no contexto das condições de precariedades de lugares de capitalismo tardio. Por sua vez, a perspectiva da observação do objeto de estudo não se desvincula da imagem da movimentação que a própria cidade produz.

Santa Cruz do Capibaribe, cidade localizada no agreste setentrional pernambucano, microrregião do Alto Capibaribe, situada a 192 km da cidade de Recife, circundada por grandes cidades que formam a APL – Aglomeração Produtiva Local (Mapa 1), de relevada importância para a economia do estado de Pernambuco. Essa região é composta por cidades como Caruaru, Toritama, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Brejo da Madre de Deus, Frei Miguelino, entre outras, conforme XAVIER, (2006). A cidade foi criada ainda no século XIX e emancipada, politicamente, em 29 de dezembro de 1953, sendo antes, distrito da cidade de Taquaritinga do Norte. Apesar de sua numerosa população, e por ser uma cidade interiorana, há predominância de 95% da população urbana, e apenas 5% localizada na zona rural, assim comprovando o caráter urbano da cidade.

A APL da qual a cidade de Santa Cruz do Capibaribe faz parte, que fora definida por XAVIER (2006), não se distancia do conceito postulado por MARSHALL (1982), quando percebe os distritos industriais como o lugar capaz de realizar uma produção em determinado espaço geográfico, se beneficiando das vantagens competitivas através de externalidades em que as relações comerciais e de produção se processam. Neste sentido, a cidade mantém perfeita integração entre os municípios vizinhos, quando promove a produção por divisão de trabalho e usufrui das externalidades marshallianas (XAVIER, 2006). O mapa do *cluster* de Santa Cruz do Capibaribe pode ser visualizado na página seguinte:

Mapa 1 A Aglomeração Produtiva do Agreste Pernambucano



A base da economia da cidade é a indústria e o comércio de confecções de diversos tipos, além da comercialização de tecidos, retalhos e aviamentos. A economia da cidade cresceu, no último ano, mais de 40%, embora represente apenas 0,45% a participação da economia da cidade no PIB do Estado. É significativo lembrar que se trata de uma economia localizada no setor informal, onde os registros de produção não são amplamente expressados nos dados oficiais (CONDEPE/FIDEM, 2004).

A Sulanca pode ser definida como uma feira de rua, cuja base comercial é de confecções de todos os tipos, feita nas ruas da cidade, iniciando na década de 1940 em apenas uma rua do centro, a Rua Siqueira Campos, como pode ser visualizado na Figura 1 e, com o passar do tempo, foi-se ramificando, ocupando o espaço de 28 ruas, tomando conta, assim, de toda a região central da cidade de Santa Cruz do Capibaribe (História Oral da cidade, entrevista em 2007).



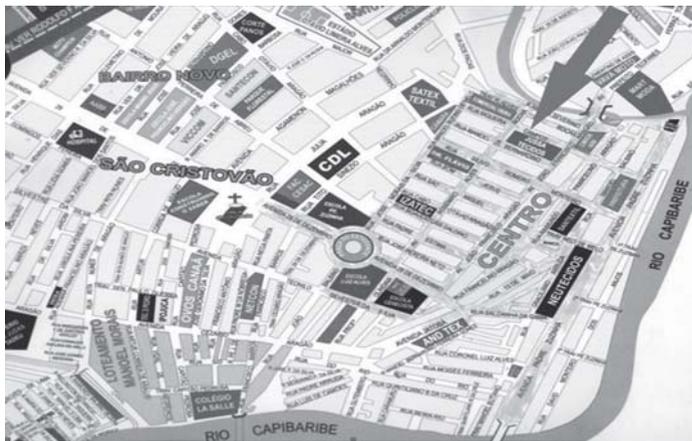
Figura 1

Mulher na Feira, comércio de retalhos forma de comercialização rudimentar – primeiras feiras.

Estudos de morfologia urbana têm representado satisfatoriamente a cidade pelo espaço construído, através de métodos de diferenciação, capazes de descrever e de medir o desempenho de um determinado estado da cidade em um determinado tempo, considerando as formas construídas e suas conexões através dos espaços abertos ou públicos, como vêm sendo comprovado por KRAFTA (1994). Nessa direção, a estrutura urbana pode ser representada por diferentes graus de centralidade, cujos valores estão correlacionados com vários indicadores de atividade do sistema urbano. Então, o que acontece em Santa Cruz do Capibaribe?

Embora a cidade venha sendo reconhecida como um fenômeno dinâmico, com transformações permanentes e com resultados instáveis, há efetiva dificuldade de aproximar teorias e práticas dessa dimensão. Estes aspectos de desenvolvimento urbano dizem respeito ao dinamismo inerente à própria economia de comércio de rua da cidade e da necessidade de mudança para uma adequação do uso dos espaços físicos da cidade, em detrimento de seu comércio, e que se situa a cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Desta forma, dentro de uma perspectiva morfológica, a formação da cidade veio a partir do centro e seu crescimento urbano se deu de forma circular, como pode ser visualizado no Mapa 2, onde também estão demarcadas as ruas que compunham a feira nas 28 ruas do centro da cidade. Morfologicamente, a cidade se formou fisicamente sem a perspectiva de planejamento em seus espaços. As ruas foram utilizadas da maneira que exigia a atividade econômica que destinou excessivo uso dado à expansão da feira na cidade. O crescimento, portanto, acontecia durante todo o processo como consequência da atividade econômica através da agregação dos espaços rurais ao urbano (XAVIER, 2006).



Mapa 2: Mapa das ruas do centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Nota: As ruas destacadas em rosa indicam a ocupação espacial da Feira da Sulanca (28 ruas) e a seta em destaque indica a Rua Siqueira Campos, onde a feira se iniciou na década de 1940.

Santa Cruz do Capibaribe absorveu essa expansão até o seu limite físico, haja vista que o continuado crescimento da feira já ocasionava transtornos intensos no espaço urbano. Em busca de saída para essa problemática, surge a necessidade de requalificação dos espaços centrais da cidade. Sabe-se que, trabalhar com a mudança, é preciso apreender os processos que a provocam e capturar os fatores que a condicionam ou a determinam, produzindo conhecimento sobre os modos como a cidade muda, as regras subjacentes às mudanças e os padrões que emergem de cada situação (PORTUGALI, 2000).

As cidades do interior do país não estavam regidas por planos diretores, somente mais recentemente, a partir da Constituição de 1988, com a descentralização do poder para os municípios, a necessidade de planejamento urbano passou, pouco a pouco, a ser exigida (MELO 1996). No caso de Santa Cruz do Capibaribe, o Plano Diretor, uma exigência e determinação do Estatuto das Cidades, foi elaborado com a intervenção externa por técnicos de agência de planejamento do Estado. Nesse caso, houve pouca intervenção da equipe do planejamento municipal e a ausência da participação popular. Em relação ao planejamento do espaço da cidade, houve uma preocupação muito maior com a comercialização da mercadoria.

É sobre o processo de reorganização deste espaço, após a saída da feira, o foco desta discussão.

3. A REALIDADE ESPACIAL DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE NOS ANOS 1980 E 1990

A forma de reorganização do espaço da cidade foi estudada a partir do método de análise das fotografias e história da cidade. Neste primeiro momento foi utilizada a imagem da Feira da Sulanca nas ruas da cidade no ano de 1981, conforme pôde ser observada na análise dos detalhes da imagem, segundo relatos orais do próprio autor da fotografia. Nesse período, a feira começava a ter um grande salto evolutivo, em termos de crescimento, tornando-se um fator de crescimento característico da cidade. Este tipo de comércio se torna o grande motor econômico de Santa Cruz, formatando uma cultura econômica e urbana peculiar que se proliferava rapidamente e, em pouco tempo, tomando conta de quase todas as ruas centrais da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. A cidade de uma região deprimida, vivia a cultura da feira que direcionava todo o espaço urbano, envolvendo a população (em pelo menos 80%) durante todos os dias da semana, nas atividades de confecção, divididas entre a compra de matéria prima e aviamentos trazidos em caminhões estacionados no grande pátio formado pelas ruas centrais da cidade, na produção de roupas em 90% das casas, na organização da feira e na venda das mercadorias.



Figura 2 Vista superior da Feira da Sulanca na Rua Siqueira Campos no ano de 1981.

Ficha técnica da imagem

- Descrição da cena: Trata-se de uma feira de rua, disposta de maneira a ocupar todos os espaços físicos e de circulação. A distribuição das "bancas" e/ou barracas se dá de maneira aleatória e sem nenhum tipo de demarcação. A predominância dos imóveis presentes na rua, visualmente é residencial, com apenas alguns utilizados como estabelecimentos comerciais. Vê-se também a predominância do comércio de confecções. Há presença de uma grande circulação de pessoas, tanto como comerciantes, como também compradores. Observam-se também a dificuldade de circulação das pessoas e a ausência de veículos de transporte motorizados, restrito, apenas, a bicicletas e carros de mão;

- Data: Foto obtida no ano de 1981, época de proliferação e crescimento da feira na cidade;

- Legenda: A legenda: "Vista superior da Feira da Sulanca, na Rua Siqueira Campos no ano

de 1981", foi obtida do próprio autor da imagem, o Sr. José Romildo Bezerra, responsável pelo relato da História oral das fotografias e informações, históricos obtidos neste trabalho;

- Sublinhou-se a visualização do espaço da feira da Sulanca a partir desta rua, pois como pode ser visto no mapa, esta rua foi onde o comércio da feira teve início e a história da urbanização mostra que esta rua, a Siqueira Campos, é uma das primeiras que formaram o centro da cidade.

No final dos anos 1990, como visto na Figura 3, a Feira da Sulanca já extrapolava toda a capacidade morfológica da cidade, o que justifica ainda mais a necessidade de reorganização deste espaço físico ou de realocação da mesma, para um local mais adequado do ponto de vista da lógica do planejamento urbano, onde a infraestrutura do espaço do comércio de varejo e de atacado e, os serviços para escoamento dessa produção, se concentrassem e viessem a possibilitar maior racionalidade dos custos. Segundo levantamentos preliminares, pôde-se observar um aumento do custo benefício aos comerciantes a partir da mudança para o novo espaço. Nestes termos, passou-se a utilizar de infraestrutura coletiva para o comércio da confecção do *cluster* e promover maiores condições de competitividade e expansão da economia da confecção, através da instalação do "Santa Cruz Moda Center".



Ficha técnica da imagem

- Descrição da cena: Neste momento, a feira de rua disposta de maneira a ocupar todos os espaços físicos e de circulação. Pode-se observar que ocorre uma intensa disputa pelos espaços físicos das ruas da cidade, não havendo mais a circulação pelas calçadas da cidade. Os imóveis neste período se caracterizam como sendo os comerciais, os de moradias e os de ocupação mista que abrigam,

em geral, a produção de confecção (Xavier, 2006). Observa-se também a dificuldade de circulação das pessoas e a ausência de veículos de transporte motorizados pela dificuldade visível do acesso as ruas da cidade.

- Data: Foto obtida no final do ano 1990, início de 2000. Neste período, a feira já ocupava 24 ruas da cidade;

- Legenda: A legenda: “Vista superior da Feira da Sulanca nas ruas do centro da cidade no final dos anos 1990.”; (imagem obtida da Prefeitura da cidade e não foi precisado nem o autor e nem a data).

- Observações dos pesquisadores: Neste momento, poucos são os aspectos visuais tangíveis desta imagem, mas diversos podem ser enumerados como intangíveis, aqueles que podemos perceber, como a dificuldade de circulação, o calor extremamente excessivo sob o teto dessas barracas, o transtorno dos lojistas e moradores da cidade nos dias de feira, o lixo e a falta de condições sanitárias, como banheiros, entre diversos outros aspectos.

3.1 A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: O SANTA CRUZ MODA CENTER

No ano de 2006, na véspera de mudança para o novo espaço o “Santa Cruz Moda Center”, a feira disputava o espaço físico das lojas instaladas nos pontos comerciais dos prédios nas ruas do centro, dos prédios de diversos serviços, bancos, e outras instituições. Trata-se de uma forma de comercialização no espaço físico da cidade, com precárias condições de infraestrutura econômica e social na alocação de serviços, espaços de comercialização e para instituições financeiras. A estrutura física deste local de produção, habitação e comercialização em feiras, não comportava mais uma quantidade crescente de transeuntes que circulavam tanto para comercializar, como também para comprar, ou seja, o acréscimo populacional advindo com o público flutuante que representava em média de 12.000 pessoas circulando nos três dias da feira, semanalmente.

Segundo relatos, o crescimento da atividade comercial foi tão incontrollável, que dificultava a circulação das pessoas durante a prática comercial, questões estruturais como estacionamento para acessos e escoamento das mercadorias. Sem contar que as condições sanitárias também eram bastante precárias, pois a difícil circulação e o próprio comércio na rua não contemplavam o uso de banheiros e outros programas de limpeza urbana.

Estas circunstâncias, com o passar do tempo, foram se tornando prejudiciais ao próprio comércio que, gradativamente, foi enfraquecendo-se e levando os comerciantes e compradores a procurar novas praças para a alocação de suas demandas. Este foi o motivo da implantação do comércio de rua na cidade vizinha e com vocação para a produção e comercialização de roupas de jeans, Toritama, incluída no conjunto de municípios da aglomeração produtiva (Mapa 1).

Diante desta problemática que perpassa não apenas o caráter morfológico espacial indo até o econômico, foi buscado pelo poder público uma saída para a requalificação desse espaço, ocasião em que foi pensado e instalado o Centro Comercial o “Santa Cruz Moda Center”, que proporcionou um processo de mudança no contexto da cultura comercial dos feirantes. O modelo do “Santa Cruz Moda Center” preserva a proximidade com o cliente, distribuindo o espaço em boxes de maneira bem construídos, privilegiando os mais de 6.000 feirantes da rua, em uma obra disposta em 6.200 boxes semelhantes a bancas de feiras e 460 espaços para lojas comerciais, reunidos em dois galpões (Figura 4). Também dispõe de infraestrutura de banheiros, praças de alimentação, dormitórios, estacionamentos e todos os mesmos serviços que antes eram oferecidos de forma precária e insatisfatória nas ruas da cidade. Trata-se do uso de uma arquitetura simples que pretende absorver a grande parte da população ocupada da confecção na cidade, através de alocação dos feirantes em boxes estruturados. Mesmo assim, em locais mais distantes do centro comercial, começaram a se alojar os micro comerciantes não absorvidos no espaço recém estruturado, usando toscas bancas de feira improvisadas. Constituem-se em um novo espaço urbano em degradação, onde se encontram mais de 4.000 pequenos comerciantes. Observa-se, de passagem, a forma como a atividade se expande, agregando novos desempregados da região e usando de infraestrutura urbana precária e condizente com a forma de crescimento de regiões de capitalismo tardio.

A construção do galpão de vendas, resultado de um planejamento, elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio do governo municipal, o que mostra o esforço institucional deste tipo de cidade empreendedora. O planejamento deste espaço urbano foi baseado nas necessidades da população empreendedora da localidade, para atender sua clientela de sacoleiros e outros compradores em grosso. Assim, aos lojistas que tinham comércio nas ruas do centro, foi oferecido a possibilidade de comprarem os espaços construídos e de se mudarem para o novo ambiente que passou a abarcar também o lojista de confecção das ruas da cidade.

É comum compreender-se que as cidades necessitam de novos espaços com o decorrer do processo de crescimento e, mesmo as médias cidades de regiões periféricas apresentam a transformação no uso dos mesmos, da mesma forma que ocorre nas grandes cidades. As altas densidades habitacionais nas cidades e uso intensivo do espaço são consideradas como fator de vitalidade por alguns e, ao mesmo tempo, são mal vistas pelos urbanistas ortodoxos, pela agregação de cortiços em suas vias de resolução do uso e aproveitamento dos lugares (JACOBS, 2003). Nota-se que as condições econômicas e sociais são diferentes e se repetem as mesmas distorções quando se planeja e executa requalificações de espaços em cidades pequenas, médias ou grandes. As utilizações das antigas áreas e das novas sofrem continuas modificações e isto ocorre em curto espaço de tempo a depreciação do ambiente, especialmente neste caso de cidades em regiões deprimidas (XAVIER, 2006).



Figura 4 Vista Frontal do Santa Cruz Moda Center

4. O ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE APÓS A MUDANÇA – A BUSCA POR UMA REQUALIFICAÇÃO

As cidades, por menores que sejam - desenvolvidas ou não - não podem fugir da extrema velocidade das mudanças necessárias, decorrentes da modernização da sociedade (AGUIAR, 1998), demonstrando que, neste caso, o econômico reflete no social e necessita do físico para expandir-se, o que explica o fenômeno de expansão ocorrido na cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Diante disso, tornou-se iminente a necessidade da mudança do espaço da feira e, aparentemente, o problema econômico foi bem resolvido. Houve muitos ganhos dentro deste processo de realocação da feira, mas com o esvaziamento das ruas da cidade, após a mudança da feira, como se pode observar na própria análise das imagens. Desta maneira, qual a situação dos comerciantes que permaneceram estabelecidos nas ruas da cidade? Esse processo de requalificação do espaço contempla políticas de implementação de melhorias, para a diminuição do fluxo de transeuntes e/ou comerciantes no centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe?

A foto a seguir foi obtida no final do mês de junho de 2007, período em que se iniciou a pesquisa na cidade, exatamente 10 meses após a saída da feira da Sulanca das ruas para o “Santa Cruz Moda Center”.



Figura 5 Vista superior do principal cruzamento da principal rua da cidade, a Rua Francisco Aragão, em junho de 2007, dez meses após a saída da feira das ruas da cidade. Neste local era um importante ponto de concentração de bancas.

Trata-se da principal rua da parte central da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, após a realocação da feira da Sulanca, que antes ocorria neste espaço. Pode-se observar o pouco fluxo de veículos e de transeuntes, como também a pouca movimentação do comércio da cidade. Alguns problemas de infraestrutura, como buracos na pista e calçamentos destruídos também podem ser observados. Estes podem ser considerados os resquícios da antiga função do espaço, no implemento da feira de confecção da cidade, situação inevitavelmente decorrente da antiga função da rua de absorver a estrutura da feira. A principal observação é o esvaziamento da cidade, certa sensação de abandono que se reflete nos relatos dos comerciantes locais e na grande quantidade de imóveis fechados e com placa de alugar, os quais são encontrados nas ruas do centro.

Segundo relatos da prefeitura, o espaço do centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, antes de qualquer coisa, deve ser revitalizado, não só arquitetonicamente, como também na sua função econômica, pois o grande fluxo de transeuntes no mesmo espaço gerou diversos problemas que refletiam na destruição física dos calçamentos e calçadas, na sujeira e no lixo acumulado na cidade nos dias de feira, que totalizava mais de 3000 toneladas semanais. Todo esse espaço, fisicamente deve ser reestruturado com reformas e busca de novas saídas para direcionar um maior público ao centro da cidade, fazendo com que se complete este processo de requalificação espacial, pois se entende como requalificação um conjunto de políticas que se estendam por todas as partes da cidade, como o proposto por CHOAY (1992).

Antecipando as conclusões, compreende-se que não somente a realocação da população de comerciantes e a estrutura comercial para outros espaços da cidade é suficiente, faz-se necessário também solucionar as questões do lugar agora esvaziado, observando que este processo como uma via de mão dupla. O espaço no centro da cidade abrigava, além da função de habitação, a comercialização. Quanto a esta última função, não houve expansão de atividades que promovesse a organização de novo tipo de comércio, ou de serviços, por exemplo, que revertesse em lucros empresariais. Nestas condições, a questão da requalificação em Santa Cruz do Capibaribe está permeada de conflito e consenso. O que é comum a diversos espaços requalificados, no contexto de um processo de mudança, cujos atores sociais são diversos e envolve múltiplas funções do espaço.

A mudança dos atores econômicos da feira para um novo espaço ocorreu devido à preocupação do poder público de promover a melhoria de condições físicas do comércio da cidade em infraestrutura, condições básicas de higiene, segurança, circulação, estacionamento e conforto para os comerciantes e compradores vindos de diversas partes do Brasil (público flutuante). Esta nova forma de organização do espaço com melhores condições estruturais, levaria os comerciantes a aumentar a venda, evidenciando-se, portanto, um maior poder de competição em relação a outros mercados no *cluster*. Estas, então, seriam as previsões do planejamento urbano.

Em contrapartida, cerca de 80% dos comerciantes de lojas do centro da cidade, demonstrou desagrado com a realocação da feira das ruas da cidade para o “Santa Cruz Moda Center”, principalmente nos aspectos de diminuição da circulação de pessoas na região central, o que refletiu na queda de seus volumes de negócios. Mesmo reconhecendo as precárias condições de trabalho antes existentes, e todo o desconforto gerado pelo esgotamento da estrutura física da cidade no período em que a feira ocorria nas ruas.

Nestas condições, não se pode deixar de ser ressaltada, a grande quantidade de imóveis encontrados fechados, sem utilização para atividades de mercado, com placas de “Mudou-se” ou “Aluga-se”. Este fenômeno de mudança, para os espaços novos, comprova o abandono e o

esvaziamento da parte central da cidade, que se tornou um espaço ocioso para o mercado, e em grande parte, para habitação, tendo em vista que a maioria das empresas familiares é alocada em recintos comuns das empresas e moradia.

Por um lado, observou-se um aumento do valor dos terrenos, podendo-se constatar pelo vertiginoso aumento dos preços comerciais dos imóveis no “Moda Center”. Por outro, ao contrário, nas ruas do centro da cidade, ocorreu uma intensa desvalorização, quando o preço comercial dos imóveis, tanto dos alugueis como das vendas, diminuiu em torno de 60 a 70%, segundo levantamentos preliminares junto aos agentes imobiliários da cidade.

No início, os organizadores da execução do galpão de vendas, do denominado “Santa Cruz Moda Center”, tinham a frente os gestores da prefeitura, comissão de comerciantes da cidade e o SEBRAE, planejaram e comercializaram o espaço de modo a permitir uma acessibilidade a maioria dos comerciantes pequenos e médios, como pode ser observado no Quadro 1, através exame dos preços módicos. Pode-se dizer, também, que os preços de comercialização atuais, em 2007, cresceram em média mais de 300%. A valorização da terra foi proporcionada pelo aumento de disponibilização de infraestrutura urbana e criação de um novo espaço com maiores condições de comercialização e de competição de confecções de outras regiões.

Tipo de ponto comercial no “Santa Cruz/Moda Center”	Preços da ocasião de lançamento do empreendimento	Preços atuais em Julho/2007
Box Feira 0,90 x 2,00	De R\$ 500,00 a R\$ 3.700,00	De R\$ 8.000,00 a R\$ 12.000,00
Loja Frontal 3,00 x 6,00	De R\$ 22.000,00 a R\$ 28.000,00	De R\$ 80.000,00 a R\$ 100.000,00
Loja Lateral 3,00 x 6,00	R\$ 14.000,00	R\$ 65.000,00
Lojas para Restaurantes 3,00 x 7,00	De R\$ 21.000,00 a R\$ 27.000,00	R\$ 80.000,00 em média

Fonte: Dados da Pesquisa

Dentro de uma perspectiva comercial, a região central da cidade ficou restrita a lojas de comércio de subsídio para confecção como aviamentos, tecidos e máquinas, indispensáveis à produção. Entretanto, como não houve, necessariamente, expansão da confecção, a quantidade de casas comerciais com esta finalidade e característica não aumentaram. Outros tipos de atividades comerciais, como os de confecção, alimentos, cama, mesa e banho, estabelecidos em lojas que estavam ligadas a atuação da feira da Sulanca, diminuíram substancialmente e, atualmente, estão restritos apenas ao público consumidor dos moradores da cidade. Percebe-se, pois, que os lojistas deixaram de absorver a função de comerciante de feira. Demonstrando-se assim que mesmo com a necessidade de requalificação deste espaço, tanto do ponto de vista arquitetônico, como também do ponto de vista comercial, ocorre sempre uma relação de conflito e consenso.

5. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA

O artigo objetivou realizar a descrição física, econômica e social da Feira da Sulanca, desde sua implantação, até o seu grande salto de crescimento, finalizando na situação de realocação de espaço para o “Santa Cruz Moda Center”, a realidade atual. Procurou-se examinar a realidade da região, visando dar subsídios para a implantação de políticas públicas através da pesquisa e caracterização de novas formas de requalificação do espaço. Análise dos resultados poderá servir para ajudar a resgatar a história de uma produção econômica de iniciativa da população, podendo ser referência para a implantação de outras produções em desenvolvimento local.

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe pode ser observada como um fenômeno de desenvolvimento local e um objeto particular de estudo, pois seu processo de requalificação espacial se deu diferentemente do que se observa em outras cidades que passaram por processos parecidos. A especificidade de Santa Cruz do Capibaribe é de ser uma localidade do interior e, normalmente, no Nordeste, as cidades interioranas não apresentam problemas no seu espaço morfológico, a não ser que sejam tombadas pelo patrimônio histórico, como preconizam AGUIAR (1998) e CHOAY (1992), são lugares mais antigos e que experimentaram de processos de desenvolvimento econômico anteriores. Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade nova, de meados do século passado, localizada e devido ao seu desenvolvimento econômico, característico de região deprimida, teve seu espaço disposto para a requalificação. A feira de roupas da Sulanca (ou de confecção feita de retalhos), desordenadamente se espalhou pelo espaço urbano e de forma precária utilizou infraestrutura para praticar os negócios, exaurindo as condições de instalação para um comércio.

O poder público já previa no Plano Diretor da cidade, recentemente elaborado que a mudança da feira das ruas do centro da cidade para o Centro da Moda, causaria fortes impactos na dinâmica urbana. Impactos positivos que seriam a reorganização espacial do Centro, a redução dos conflitos de tráfego e o benefício que uma grande estrutura de caráter permanente, pressupondo a expansão do comércio da Aglomeração Produtiva; Impactos negativos importantes como a eliminação da simbiose entre o comércio fixo e a feira da Sulanca, e os comerciantes das lojas instaladas no centro da cidade, criando incertezas sobre o futuro do próprio Centro da cidade, com riscos inclusive de deterioração daquele espaço tendendo a atividades marginais.

Faz mais de um ano da mudança e até o momento o poder público não manifestou planejamento efetivo para revitalização do centro da cidade. As entrevistas com os empresários e representantes de instituições, como CDL e Associações demonstraram a insatisfação dos comerciantes que permaneceram na rua, como também os que se mudaram para o “Moda

Center”, pois assinalam que ocorreu uma modificação profunda na sua cultura econômica, isto é, na maneira que estavam acostumados a comercializar, durante muitos anos, e também os reflexos financeiros, ocorrendo queda nas vendas.

Outro ponto importante é a intensa especulação imobiliária que está ocorrendo no “Sta Cruz Moda Center”, dificultando o acesso a pequenos comerciantes, e também as despesas fixas que os mesmos passaram a ter para manter seus boxes em funcionamento no novo estilo *Shopping* e na contrapartida disso, nas ruas do centro da cidade ocorre o movimento contrário, uma crescente desvalorização do capital imobiliário, decorrente do esvaziamento do público circulante nas ruas, que agora fica restrita ao comércio apenas aos moradores da cidade.

A cidade é um sistema altamente complexo, com variáveis políticas, econômicas, sociais e culturais, que não funcionam independentes no planejamento urbano, são partes essenciais e inter-relacionadas indispensáveis às quais devem ser consideradas e discutidas na busca de soluções para seu planejamento. No caso de Santa Cruz, a mudança foi planejada, mas não pôde contemplar todos os caracteres deste sistema, gerando conseqüências importantes para o funcionamento da cidade e que foram amplamente abordadas neste trabalho.

A título de consideração, não se pode deixar de ressaltar que se constata a diversidade de questões colocadas ao pesquisador que aceita o desafio em trabalhar com documentos visuais e lida com a imagem fotográfica, mesmo reconhecendo que a sociedade contemporânea está absolutamente mergulhada em um mundo de imagens, sendo esta uma proposta de trabalho inovadora e ousada. Do ponto de vista da metodologia de análise das transformações ocorridas na cidade a partir de fotografias, verificou-se que além de um processo de reconhecimento dos caracteres visuais tangíveis, pode-se também observar os diversos elementos intangíveis constantes das imagens fotográficas analisadas nos três períodos, os quais reproduzem além da realidade da cidade, e funcionam, também, como um processo de reconstituição da história da cidade.

Eis o fator crucial para rediscutir a problemática que toda fotografia traz, a fim de recuperar a importância singular de cada imagem. Não há fotografia que não seja documento, que não revele questões inerentes a uma época, a um acontecimento de um tempo e lugar, mesmo que subjetiva. Dessa forma, sem atribuir o tratamento singular e diferenciado que cada foto requer, torna-se cada vez mais justificada a importância de fotografias da preservação destes momentos históricos, que vêm ser estudados e tratados pelas ciências sociais da forma e com o valor que merecem. Lembrando que a fotografia é a reprodução de um instante real, em um recorte espaço-temporal, envolvendo pessoas que estão em movimento junto com a história, firmando sua importância e relevância social que não podem ser descartáveis.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José (Re)**Habilitação e Conservação do Patrimônio Urbano**, em Re-Habilitar Centros Antigos, Guimarães AO-CMG (policopiado), 1998.

BAGNASCO, Angelo. **Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Il Mulino, 1977.

BECCATINI, Giacomo “**El distrito marshalliano: una noción socioeconómica**”. In Las regions que ganan: distritos y redes, los nuevos paradigmas de la geografia económica. Benko , G. y Lipietz; Ed. Alfons el magnànim, Valencia, 1994 .

BEZERRA, Bruno **Caminhos do Desenvolvimento: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

CHOAY, Françoise **L'allégorie du patrimoine**, Paris: Ed du Seuil, 1992.

CONDEPE/FIDEM: Agencia estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 2004. Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br> Acesso em 13 fev 2008.

FERRO, Marc **O filme, uma contra-análise da sociedade?**, in *História: novos objetos*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora, 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GAROFOLI, Gioacchino. **Le développement périphérique en Italie**. *Economie et Humanisme* , n° 289, 1986.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, 2006. Disponível em: <www.ibge.org.br> Acesso em 12 jun 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S Mendes Rosa. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2003.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics**. 1. ed. London: McMillan, 1891. Tradução revista por Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch, São Paulo: Victor Civita, 1982.

MELO, Marcus Andre de. Crise Federativa, Guerra-Fiscal e Hobbesianismo Municipal: As Vicissitudes da Descentralização. São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 3, p. 1-14, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. **A «história de vida» como técnica de pesquisa.** *Sociologia*, XIV (1): 3-16, mar. 1952.

PORTUGALI, Juval. **Self organization and the city.** Berlin: Springer, 2000.

SINSON, Olga Von. **Som e Imagem na pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: Reflexões da Pesquisa In: Anais do Seminário Pedagogia da Imagem, imagem na pedagogia.** Rio de Janeiro: U.F.F., 1996.

XAVIER, MGilca P. **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MECONOMIA RETARDATÁRIA: a AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (1960 – 2000).** Tese de Doutorado, 2006.

¹Este método de análise das fotografias foi proposto pela Profa. Dra. Olga Von Sinson em sua pesquisa “Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais”, onde ela demonstrar a importância da reconstrução histórica através da fotografia, mas que leva em conta o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo e com os informantes - como ela denomina – aqueles que fornecem as imagens para objeto de estudo. Não que não existam outros métodos de análise de imagens, mas a sistematização proposta pelo método de Sinson, traz uma maior confiabilidade na interpretação de todos os aspectos tangíveis ou intangíveis existentes no documento fotográfico.

²Com relação ao público flutuante, relatos orais demonstram que chegavam a cidade centenas de ônibus de viagem trazendo cerca de 12.000 pessoas das diversas regiões do Brasil. Santa Cruz do Capibaribe, atualmente, alimenta o mercado de confecções para mais de 12 estados do Brasil. Assim, pode-se observar que ainda existe um grande mercado nacional a ser explorado.

³A valorização da terra ocorre com a realização de obras públicas, por exemplo, novas vias ou melhoramento das existentes, nos lugares construídos, infraestrutura de saneamento, água, telefone, energia elétrica, etc. SANTORO et al (2004). www.polis.org.br/, em 29 de julho de 2007.

⁴No período da feira nas ruas, na principal rua da cidade – Rua João Francisco Aragão – via de acesso ao centro, não se encontrava nenhum imóvel fechado da forma que existe atualmente. Um imóvel que antes era alugado neste endereço, por cerca de R\$ 1.200,00, quando surgia, pois, a procura por estes pontos comerciais era muito intensa, atualmente são negociados por em média R\$ 400, 00, existindo uma grande disponibilidade de imóveis para alugar. Esta desvalorização ocorreu também nos valores de venda, pois até o ano de 2006, um prédio que era comercializado na Rua Cabo Otávio, um endereço de grande representatividade comercial no período da feira, pelo valor de R\$ 300.000,00, em 2007 não vale mais de R\$ 120.000,00, segundo os agentes imobiliários da cidade.

⁵Uma particularidade muito importante observada no processo de comercialização do “Santa Cruz Moda Center”, foi que desde o princípio do lançamento das vendas pela Construtora Camilo Dias, pelo descrédito dos comerciantes no sucesso do empreendimento, não houve uma venda homogênea das 460 lojas comerciais localizadas no “Moda Center”, o que ocorreu foi uma corrida de compradores interessados em investir para esperar uma maior valorização futura, podendo ser vendidos ou alugados por um preço muito mais alto.

A CONTABILIDADE AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DA EMPRESA

*José Argemiro da Silva**
jasconsultoria@terra.com.br

*Silvana Maria da Silva***
lusica@uol.com.br

RESUMO

À primeira vista, parece que a contabilidade ambiental não tem muito a contribuir com o processo de gestão de uma empresa, mas, em sua essência, direciona e fornece informações acerca das utilizações de recursos para reposição, recuperação e manutenção do meio ambiente, que vem sofrendo ao longo dos anos com a degradação e poluição em consequência da ação do homem e pelos resíduos lançados sem qualquer tratamento ao solo, no ar e na água em prol de uma necessidade egoísta de consumo ou de uma produção acelerada para se manter na competitividade do mercado, sem se preocupar com danos causados à natureza que constitui o patrimônio da humanidade. A presente pesquisa teve, em um primeiro momento como enfoque, a importância da contabilidade ambiental na construção das políticas de ações sócio-ambientais na empresa, mostrando a existência de legislações e normas pertinentes ao assunto e sua importância com responsabilidade social como ferramenta de controle preventivo para os impactos ambientais. Em um segundo momento, a realização de um questionário, onde foi investigada a atuação das empresas nas políticas, nos custos e no controle de seus recursos na preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVES

Contabilidade Ambiental. Controle. Meio Ambiente.

* *Mestre em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu. Especialista em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Especialista em Auditoria Externa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.*

** *Bacharela em Ciências Contábeis pela FOCCA. Técnica em Contabilidade. Licenciada em Ciências com Habilitação em Matemática.*

ABSTRACT

At first glance, it seems that the environmental accounting is not much to contribute to the process of management of a company, but in its essence, directs and provides information about the uses of resources for remediation, restoration and maintenance of the environment, that is suffering over the years from degradation and pollution. This research explained the importance of environmental accounting and the construction of the policies of socio-environmental actions in the company, in accordance within the existing laws and standards to the subject and its relevance to social responsibility.

KEYWORDS

Environmental Accounting. Control. Environment.

1.INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu da necessidade humana de ter sobre seu controle informações registradas relativas ao seu patrimônio. Esses registros lhes asseguravam saber sobre suas possibilidades de uso, de consumo e de produção do seu negócio, porém com o advento da Revolução Industrial, novos investimentos tecnológicos foram feitos como forma de garantir uma produção mais efetiva diante do consumismo que se instalou no mundo em consequência do crescimento populacional. Por outro lado, com toda essa revolução industrial, os recursos naturais foram também bastante solicitados, chegando a constituir para o quadro de degradação do meio ambiente que hoje é visto no mundo. Quadro esse que não afeta só o desenvolvimento industrial, mas a sobrevivência do homem à terra.

A toda esta mudança e modernização tecnológica, a contabilidade teve que se adequar e estabelecer novos parâmetros quanto a estruturação de seus registros, passando a ser mais analítica e eficiente, não sendo só financeira, mas trazendo informações, como: econômicas, gerenciais, sociais e ambientais.

Diante das necessidades sociais e ambientais, em decorrência da poluição e degradação aos recursos da natureza, observados ao longo dos anos, provocados em geral pelas empresas, que a Contabilidade precisou se especializar, agregando aos seus relatórios contábeis informações sociais que serão ajustadas a termos econômicos para as ações de empresa que modificam o seu patrimônio. Para fazer jus a essas informações sociais surgiu a Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade Ambiental utiliza-se da mesma metodologia da contabilidade tradicional, só que dá ênfase aos eventos relacionados ao meio ambiente. Eventos esses que são analisados com a finalidade de minimizar ou coibir a ação dos resíduos industriais tratados ou não lançados na natureza.

O objetivo primordial da contabilidade ambiental é trazer em seus relatórios contábeis informações sociais que sejam pertinentes aos gestores usá-las como ferramentas de controle e para a construção de políticas de ações sócio ambientais à áreas internas da empresa.

A questão ambiental já é tema de discussão há muito tempo e em todo mundo, em todas as esferas de governo, bem como nas entidades privadas, pois a degradação e preservação da natureza é fato real e preocupante, sendo fator de estudo e análise em todas as áreas de conhecimento. Para Martins e Ribeiro (1995, p. 38):

Cabe a todas as áreas científicas e profissionais atuar na preservação e proteção ambiental. E a área contábil pode (e deve) empenhar-se para que seus instrumentos de informação melhor reflitam o real valor do patrimônio da empresa, seus desempenhos e, ao mesmo tempo, satisfaçam as necessidades de seus usuários, inclusive sob o aspecto ambiental, dado que todas ou quase todas as alternativas que se têm apresentado para o seu controle e preservação são mensuráveis e, portanto, passíveis de contabilização e informação à sociedade.

As empresas e as indústrias como entidades privadas têm participação significativa na degradação e preservação do meio ambiente, pois na grande maioria são elas, com atividades de produção, que jogam os resíduos e poluem a natureza. Porém, para que se tenha um controle de todo o investimento utilizado, seja na recuperação ou preservação dos recursos naturais, faz-se necessária a contabilidade.

Conforme Maria Elisabeth Pereira Kraemer (2007, p. 1),

(...) a participação da Contabilidade é de extrema importância, pois vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial, a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

A contabilidade ambiental direciona suas informações para identificar e avaliar eventos econômico-financeiros que interferiram no meio ambiente.

Neste trabalho foi utilizado como fonte de pesquisa qualitativa os registros bibliográficos disponíveis sobre o tema de estudo proposto, com base em livros, periódicos e rede eletrônica – Internet, que conforme Vergara (2003, p. 48):

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, rede eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas pode esgotar-se em si mesma (...).

Como pesquisa quantitativa, foi aplicado questionário em empresas localizadas no Grande Recife, com o objetivo de identificar as políticas e práticas dessas empresas relacionadas com o meio ambiente.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

A contabilidade data sua história desde os tempos em que o homem primitivo precisou de registros e de informações para conhecer seu patrimônio. Porém, foi na Itália, no período da Idade Média e Moderna, com o surgimento do comércio, que a contabilidade constituiu-se cientificamente. Mas, segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.19), “foi no Oriente, especialmente na China, na Índia, no Egito e, também, na Grécia, que os primeiros registros e estudos de contabilidade se deram, (...)”.

Com o aparecimento das navegações, nos séculos XIV a XVI, a atividade comercial expandiu-se gerando grandes investimentos de compras e vendas de produtos, principalmente mercadorias, que eram contabilizados e, ao final da expedição, apurava-se, o resultado pelo confronto entre receitas e gastos de investimento e das despesas. Porém, foi no século XVIII, com o surgimento da indústria, que a questão ambiental passou a ser importante para a qualidade de vida da população.

A indústria, visando atender as necessidades de consumo das pessoas, optou por investir em recursos tecnológicos, que favorecessem na produção de grandes quantidades de produtos (e) em menor tempo, valendo-se, para isso, dos recursos naturais que, além de gratuito, era uma fonte inesgotável de matéria-prima, não se preocupando com a preservação, manutenção e

recuperação da natureza. De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 22).

(...) Esse aumento da população implicou o aumento do uso das reservas ecológicas do planeta Terra, em decorrência da expansão de bens industriais que se valeram, em muitos casos, do uso de tecnologias sujas, levando, por conseguinte à geração de lixo, em bases exponenciais.

Com o processo de industrialização, as empresas começaram a despejar seus resíduos sem qualquer tipo de tratamento ao meio ambiente, gerando, além das agressões, os acidentes ambientais. Alguns acidentes ambientais datam dos anos 30. Na Bélgica, por exemplo, uma espessa névoa cobriu a zona industrial, ocasionando à população tosse, dores no peito, irritação na mucosa nasal e nos olhos, onde cerca de 70 pessoas morreram. Nos anos 70, na Itália, um incêndio em uma indústria de pesticida, originou uma pequena nuvem branca, prejudicando a população, por mais de cinco dias. Já na Suíça, nos anos 80, um incêndio em uma fábrica de produtos químicos derramou 30 toneladas de pesticida no Rio Reno, ocasionando uma séria poluição em três países – Alemanha, França e Holanda. Tantos acidentes ambientais graves que ocorreram, que ocorrem e que ocorrerão no planeta em decorrência do uso inconseqüente dos recursos naturais pelas indústrias, vêm, segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 63) “(...) fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental. (...)” Para Ribeiro (2005, p. 45).

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objeto de contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

O surgimento da contabilidade ambiental se deu em decorrência da necessidade de adequação das informações relacionadas aos termos econômicos que atuam na empresa como mediadores modificativos do patrimônio, termos econômicos esses voltados para recursos direcionados a manutenção e preservação ao meio ambiente interno ou externo à empresa.

Para que uma empresa possa adotar uma contabilidade ambiental, serão necessários três motivos básicos elucidados por Maria Elisabeth Pereira Kraemer (2007, p. 5):

Razão de gestão interna – *Está relacionado com uma ativa gestão ambiental e seu controle.*

Exigências legais – *A crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas.*

Demanda dos partícipes – *A empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administração pública, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.*

No entanto, para realizar e manter uma contabilidade ambiental inserida nos ideais organizacionais e gerenciais de uma empresa, será indispensável a implantação de políticas de gestão ambiental embasadas nas normas e legislações pertinentes ao assunto.

3. PROBLEMAS AMBIENTAIS

Desde a fixação à terra, ao longo de sua existência, o homem utiliza recursos da natureza para a sua sobrevivência. Com o crescimento populacional, outras necessidades surgiram e, junto com essas necessidades, as pessoas começaram a consumir mais, a plantar mais e a exigir e buscar mais da natureza. Em decorrência deste crescimento, entende Tinoco e Kraemer (2004, p. 42) que,

“(...) criou-se uma demanda sem precedentes, a que o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo o meio ambiente a uma agressão que está provocando o declínio cada vez mais acelerado de sua qualidade e de sua capacidade para sustentar a vida”.

Observa-se que os problemas ambientais vivenciados hoje no mundo são originários da intervenção do homem no planeta e no ecossistema. A poluição é vista como um processo negativo de produção, pois quase sempre é decorrente do uso incorreto de recursos da natureza. Em geral, são resíduos industriais lançados ao meio ambiente, resultando em conseqüências nocivas à natureza por um longo espaço de tempo.

A indústria motivada pelo consumismo, cresceu consideravelmente em número, desenvolveu-se em áreas de atuação e variedade de produtos, pois uma vez que os recursos naturais se encontravam disponíveis e abundantes na natureza, as empresas aumentaram suas produções desordenadamente sem qualquer preocupação com o futuro, exaustão das reservas minerais, animais, vegetais e livres, como a água, o solo e o ar, reservas essas renováveis ou não.

Atualmente tem-se presenciado pela imprensa escrita e falada, com grande ênfase, as agressões ao meio ambiente, como foi publicado no jornal Diário de Pernambuco, em 09 de novembro de 2007, o caso de vários peixes mortos no Rio Capibaribe, onde segundo a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH de Pernambuco, em 27 de julho deste ano, foram recolhidos mais de 1,3 toneladas de peixes mortos em rios pernambucanos, sendo decorrente dos produtos tóxicos lançados ao rio por indústrias e usinas ou por esgoto doméstico.

Apesar de toda poluição que ainda vem atingindo o nosso planeta, é claro, produzida em sua maioria, por algumas indústrias que ainda mantêm um processo produtivo tradicional, é que as sociedades desenvolvidas vêm exigindo de suas empresas um maior comprometimento com responsabilidade social em relação a questão ambiental, pois em um mundo globalizado de hoje, os impactos ambientais não atingem só uma localidade isolada, mas reflete e repercute no planeta como um todo, o que já se faz sentir nos países em desenvolvimento, como é o caso o Brasil, através do aquecimento global. As empresas necessitam ser competitivas, prestigiar a qualidade de seus produtos com menor custo, e ter a capacidade em participar ativamente em favor das causas ambientais, que é bem explicitado por Martins & de Lucas (1994, p. 29).

(...) as empresas têm de se ajustar a uma nova realidade, na qual os objetivos ambientais, além dos econômicos, passam a ter grande importância e têm de ser perseguidos vigorosamente. A batalha para a realização de bons negócios envolve, agora, não somente a qualidade de seus produtos, como também a natureza de seus insumos e de sua capacidade poluente.

Contudo, as companhias que não se adaptarem às novas realidades, segundo Costa e Marin (2007, p. 21), “(...) além de prejudicar a sua imagem com os consumidores e perder valor no mercado, a empresa poderá, ainda, sofrer penalidade se cometer alguma infração contra o meio ambiente”, pois deverão garantir reservas financeiras, para, em caso de danos ao meio ambiente, serem capazes de amenizar o impacto causado à natureza.

4. CONTABILIDADE AMBIENTAL

Contabilidade Ambiental segue os Princípios Fundamentais da Contabilidade, assegurados pela Resolução CFC n.º. 750:

- I – o da ENTIDADE;
- II – o da CONTINUIDADE;
- III – o da OPORTUNIDADE;
- IV – o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V – o da ATUALIZAÇÃO;
- VI – o da COMPETÊNCIA E
- VII – o da PRUDÊNCIA.

Para uma indústria madeireira que explora o meio ambiente, e cuja degradação acontece ao longo de um determinado período de concessão pelas autoridades públicas, deve-se contabilizar este produto como custos previstos de renovação no ato de concessão, não somente ao término do período de exploração, mas também, durante todo período, atendendo assim ao regime de competência.

Em relação aos recursos com pesquisa e tecnologia para conservação e reparação do meio ambiente, estes devem ser registrados, a princípio, em conta do ativo diferido até que seja decidido sua utilização ou abandono de tais pesquisas e tecnologia. Em caso de abandono, debita-se imediatamente o resultado do exercício; em caso de se optar pela utilização, deve-se amortizar os valores ativados de acordo com o período previsto de utilização. Sendo assim, aplicar-se-á nesta situação o princípio da oportunidade.

A contabilidade ambiental se fundamenta em estudar gastos decorrentes do uso ou não de eventos provenientes do meio ambiente que venham afetar o patrimônio ambiental da entidade, sendo necessário para isto a utilização de relatórios contábeis, principalmente as informações apresentadas no Balanço social, onde constaram os investimentos utilizados ou reservados para os riscos e benefícios destinados à área ambiental.

O controle dos investimentos com o meio ambiente é registrado no ativo. As despesas com gastos são registradas em contas individualizadas de resultado, e as obrigações, no passivo.

O ativo ambiental é formado pelos bens e direitos que se destinam ou provêm de atividade de gerenciamento ambiental, que podem estar sobre a forma de capital circulante ou capital fixo. Para IBRACON (1996, p. 4)

(...) são componentes dos Ativos Ambientais o Imobilizado, no que se refere aos equipamentos adquiridos visando a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazo, constituindo, a rigor, valores integrantes do Ativo Diferido, se envolverem benefícios e ações que se reflita por exercícios futuros; e os Estoques, quando relacionados com insumo de processo de eliminação dos níveis de poluição.

O passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente que esteja destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando assim, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. Segundo o IBRACON (1996, p. 5).

O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

A receita ambiental não abrange somente os eventos diretos, mas aqueles que provêm da exigência de controle ambiental, seja por contrato explícito ou implícito entre a entidade e seus compradores.

O custo e despesa ambiental referem-se a gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo da empresa. É considerado custo quando os gastos aplicados são diretamente usados na produção de bens e serviços e é despesa quando os gastos aplicados não têm relação com a produção.

Uma empresa só é considerada socialmente responsável quando, além de contribuir para a sustentabilidade da comunidade a médio e longo prazo, também procura adotar políticas ambientais de proteção, recuperação e controle dos eventos ligados ao meio ambiente onde se encontra inserida.

Ao longo dos anos, as empresas vêm utilizando os recursos ambientais renováveis ou não, direta ou indiretamente de forma desordenada, e sem qualquer gerenciamento no seu manejo, visando apenas aumentar sua lucratividade, produzir cada vez mais em grande proporção. Com o advento da globalização, novas tecnologias de produção, de informação e da comunica-

ção surgiram e, junto com ela, a responsabilidade social das empresas passou a ter seu papel de destaque.

A responsabilidade social de uma empresa não está pautada em promover investimentos em ações filantrópicas ou iniciativas voluntárias na comunidade interna ou externa, mas em lidar com a idéia de crescimento econômico em parceria ao uso adequado dos recursos naturais pertencentes à sociedade, conhecido assim, como patrimônio gratuito da humanidade. Para Melo Neto e Froes (1999, p.84):

(...) se a empresa obtém recursos da sociedade, é seu dever restituí-los não apenas sob a forma de produtos e serviços comercializados, mas, principalmente, através de ações sociais voltadas para a solução dos problemas sociais que afligem esta sociedade.

Com o surgimento das informações sociais e a crescente degradação ambiental, as empresas se viram obrigadas a agregarem aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social com gerenciamento ambiental, que não só visa assegurar o bem-estar da população, mas a manutenção de condições saudáveis, conforme Martins e Ribeiro (1995, p.2),

empenhar-se na manutenção de condições saudáveis de trabalho, na segurança, no treinamento e no lazer para seus funcionários e familiares; na contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos, decorrentes do seu processo produtivo e de uso ou consumo de seus produtos, de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral; na elaboração e na entrega de produtos ou serviços, de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

Portanto, para que uma empresa seja reconhecida como socialmente responsável, no que tange a preservação ambiental, faz-se necessário a implantação de uma excelente política de gestão ambiental, um desenvolvimento sustentável, conforme Melo Neto e Froes (2001, p.150).

(...) sua atuação como agente de fomento de desenvolvimento sustentável local e regional, e de preservação da saúde, da segurança e da qualidade de vida de seus empregados e da comunidade situada ao seu redor, e pela inserção da questão ambiental como valor de sua gestão e

como compromisso, sob a forma de missão e visão do seu desempenho empresarial.

Hoje, por mais recursos tecnológicos que as empresas implantem para assegurar o tratamento de seus resíduos e modernização de suas máquinas, não será o suficiente para garantir que esta empresa seja socialmente responsável, que não causará danos ao meio ambiente, pois além de todo investimento, ela terá que fazer um gerenciamento diário dos resíduos lançados na natureza, de manutenção nas máquinas e capacitação de seus funcionários, como forma de controle e meios de tentar reduzir alguma agressão que possa vir causar a natureza.

5. A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE

A gestão ambiental de uma empresa não se limita somente e exclusivamente às decisões tomadas pelos gestores, mas a um conjunto de políticas, informações, procedimentos, programas e práticas administrativas e operacionais debatidas e discutidas com cada segmento da entidade, buscando como objetivo a permanente melhoria da qualidade ambiental dos serviços, dos produtos e do ambiente de trabalho.

Com o surgimento da consciência ecológica, as empresas tiveram que se adequar a nova realidade e na forma de apresentar sua informações contábeis, trazendo em seu balanço informações de natureza ambiental. Para tanto, faz-se necessário a implantação de um sistema de gestão que demonstre e dê suporte ao controle dos impactos ambientais. A contabilidade ambiental é uma ferramenta que possui um potencial para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, uma vez que pode ser usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, através de relatórios que evidencie os gastos com o controle ambiental. Na visão de Costa e Marion (2007, p. 21),

(...) a contabilidade pode ser vista como um importante instrumento para controlar e proporcionar melhores decisões sobre as atividades das empresas. As informações ambientais são de interesse de todos os grupos de usuários, como os fornecedores, o Governo, os Bancos, os investidores, a sociedade, etc., uma vez que afetam direta ou indiretamente o patrimônio das empresas.

Por outro lado, essa melhoria da qualidade ambiental de uma empresa não pára quando alguns objetivos são alcançados. É um processo de aprimoramento constante e deverá estar de acordo com a política ambiental estabelecida pela entidade e fundamentada nas normas e legislação vigentes.

6. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988, estabelece em seu artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente, pois é um bem de uso comum, patrimônio da sociedade, sendo dever do governo e da coletividade preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para que esta preservação aconteça, a Constituição no § 1º do mencionado artigo, estabelece como missão do Poder Público, nos incisos IV a VI, o seguinte:

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, a Constituição estabelece ainda as sanções penais e administrativas às pessoas físicas ou jurídicas que causarem danos ao meio ambiente. Para essas sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, foi sancionada em 1998 a Lei Federal nº 9.605, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Porém, é a Secretaria do Meio Ambiente de cada Estado que autoriza, licencia, fiscaliza e controla as instalações e modificações operacionais das empresas.

A Inglaterra, preocupada com a degradação ao meio ambiente que se instalou no mundo, tomou a iniciativa de estabelecer normas de orientação para gestão ambiental, que foram aceitas nos países da Europa serviram de parâmetros para a elaboração da ISO 14000.

A ISO – International Organization for Standardization – é uma organização criada para definir e desenvolver padrões internacionais a serem seguidos por empresas que apresentam um grande potencial de poluição. A norma ISO 14000 pode ser aplicada a qualquer empresa em sua totalidade ou não. O que definirá sua implantação será a política ambiental adotada pela empresa. A ISO 14000 não estabelece critérios específicos, porém direciona seus objetivos na construção de políticas de ações que tenham como foco os aspectos ambientais da empresa.

Para alcançar esses objetivos, a empresa deverá, de acordo com a norma NBR-ISO 14001:

- *implementar, manter e aprimorar um sistema de gestão ambiental;*
- *assegurar-se de sua conformidade;*
- *demonstrar tal conformidade a terceiro;*
- *buscar certificação ou registro do seu sistema de gestão ambiental por uma organização externa;*
- *realizar uma auto-avaliação e emitir auto-declaração de conformidade com esta Norma.*

7. RESULTADOS DA PESQUISA

O universo da pesquisa foi composto por 12 (doze) empresas do Grande Recife que têm políticas de meio ambiente. Dessas, apenas 7 (sete) responderam os questionários, equivalente a 58,33%. O resultado está demonstrado em tabelas e gráficos.

Conforme a Tabela 1, 22,22% das empresas têm política ambiental; 25,93% têm plano de investimento, 22,22% têm Planejamento de ações ambientais; 7,71% têm Certificação ISO 14000; 22,22% têm Campanhas ambientais e 0,00% de benefícios fiscais.

Tabela 1 – Política ambiental

Conteúdos pesquisados	Quantidade	%
Política ambiental	6	22,22
Plano de investimento	7	25,93
Planejamento de ações ambientais	6	22,22
Certificação ISO 14000	2	7,41
Campanhas ambientais	6	22,22
Benefícios fiscais	0	0,00
Total		100,00

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme Tabela 2, 19,44% têm Administração dos resíduos; 13,89% têm Comunicação com órgãos e comunidade; 16,67% têm Sistema de gerenciamento de atividades; 2,78% têm Seguro ambiental; 11,11% têm SGA - Sistema de Gestão ambiental; 16,67% têm Avaliação dos impactos ambientais e 19,44% têm Auditoria ambiental.

Tabela 2 – Controle ambiental

Conteúdos pesquisados	Quantidade	%
Administração dos resíduos	7	19,44
Comunicação com órgãos e comunidade	5	13,89
Sistema de gerenciamento de atividades	6	16,67
Seguro ambiental	1	2,78
SGA - Sistema de Gestão Ambiental	4	11,11
Avaliação dos impactos ambientais	6	16,67
Auditoria ambiental	7	19,44
Total		100,00

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 3, 31,82% têm Controle dos custos operacionais; 27,27% têm Uso de energia, água e bens naturais; 18,18% têm Custo contabilizado como despesa e 22,73% têm Custo contabilizado como investimento.

Tabela 3 – Custo ambiental

Conteúdos pesquisados	Quantidade	%
Controle dos custos operacionais	7	31,82
Uso de energia, água e bens naturais	6	27,27
Custo contabilizado como despesa	4	18,18
Custo contabilizado como investimento	5	22,73
Total		100,00

Fonte: elaborada pela autora.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo verificar a preocupação de algumas empresas do Grande Recife sobre os problemas ambientais. Observa-se que essas empresas têm políticas voltadas para controles ambientais, conforme ficou demonstrado nas tabelas 1, 2 e 3. Esse trabalho procurou, também, contribuir com informações para estudos dos graduandos de Ciências Contábeis na disciplina de contabilidade ambiental, uma vez que esta área envolve volume de recursos, aplicados como investimentos sociais, despesas com manutenção do sistema e passivos financeiros que a contabilidade ambiental deve(m) tratá-los de forma segregada que possibilitem controle e demonstrações de balanços sociais.

Dada a importância do tema, recomenda-se que outros alunos e pesquisadores realizem pesquisas aprimorando esse estudo, bem como trazendo contribuições relevantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Coleção Saraiva de Legislação. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 422 p.

COSTA, R. S. da.; MARION, J. C. **A uniformidade na evidencia das informações ambientais**. Revista Contabilidade & Finanças. FEA-USP, São Paulo:, v. 18, n. 43, 20-33, jan/abr. 2007.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11** – Balanço e Ecologia. 1996.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental: Relatório para um futuro Sustentável, Responsável e Transparente**. Ambientebrasil – portal ambiental. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/gestao/index.html&conteudo=/gestao...>>. Acesso em: 09 dez 2007.

MARTINS, E.; RIBEIRO, M. de S. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.

MARTINS, E.; DE LUCA, M. M. M. **Ecologia via Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, mar. 1994.

MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa, São Paulo: Melhoramento.2002.

MELO NETO, F.P. de, FROES, C. **Gestão da Responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 189 p.

MELO NETO, F.P. de.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 190 p.

RIBEIRO, M. de S. **Tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental pelo custeio por atividades**. Revista de Contabilidade do CRC-SP, ano 3, n 7, mar. 1999.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005. 220 p.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004, 303 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 96 p.

IMPACTOS ECOEFICIENTES RESULTANTES DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA: CASO ACINOL

*Álvaro Antônio Maia Moreira**
alvaromaia@bol.com.br

*Luiz Antônio de Melo***
luanmelo@terra.com.br

RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar os resultados advindos do uso do modelo de Gestão Ambiental da Produção Mais Limpa (P+L) em uma fábrica de produtos de cimento, através de ganhos de produtividade no processo de produção, redução de desperdícios e da reciclagem de resíduos na fonte, eliminando riscos ambientais internos e externos. Essas inovações tecnológicas são potencialmente geradoras de novas oportunidades, de baixo custo, passíveis de melhorar a performance empresarial, através de ganhos de competitividade.

PALAVRA CHAVE

Produção mais limpa. Eco-eficiência. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The paper presents the results and impact of the Cleaner Production Management at a Portland Cement Plant. The research considered the production cost and quantitative lost and its environmental risks.

* *Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.*

** *Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFPE). Especialista em Gestão do Controle Ambiental pela Universidade de Pernambuco (UPE). Bacharel em Engenharia Civil pela UFPE. Tecnólogo e Coordenador da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).*

KEYWORDS

Cleaner Production. Sustainable Development. Environmental Management.

1. INTRODUÇÃO

A causa ambiental revolucionou o mundo através de movimentos intensos da sociedade organizada, da geração de importantes documentos, como Nosso Futuro Comum do Relatório Brundtland, do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) e de iniciativas da comunidade industrial expressas pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), todos pós Conferência Rio-92, que estabeleceram o marco de referência de um novo padrão de comportamento do crescimento econômico.

Assim é que, para Lemos (1997), “a grande novidade da abordagem do desenvolvimento sustentável (DS) reside na inserção da dimensão ambiental nos modelos de crescimento econômico”.

Apesar dos constantes avanços proporcionados pela sociedade organizada – ONGs, comunidades – e instituições governamentais com a execução de políticas, normas, leis etc. voltadas para proporcionar consenso sobre o DS, a resposta das empresas foi lenta e de posição reativa – poluir para depois remediar, utilizando tecnologias consideradas de fim de tubo – e mesmo assim adotada por poucas atividades industriais, como as mais danosas ao meio ambiente: papel/celulose, química, mineração.

Movidas pelo desejo de não perderem espaços nos mercados internos e externos e pressionadas pela legislação, que tem se tornado mais atuante, as indústrias nacionais ingressaram no tema vantagem competitiva. Assim, as estratégias empresariais de produção são impulsionadas a se posicionarem de forma mais global, considerando as extensões do ciclo de vida do produto - uso de técnicas dirigidas para resíduos e preservar recursos naturais em todas as fases da geração de um produto -. Este paradigma chamado de eco-eficiente tem como abordagem para gestão ambiental empresarial a prevenção da poluição na fonte, com o uso do modelo de gestão ambiental Mais Limpa (P+L), contrastando, assim, com a técnica do controle da poluição ou fim de tubo.

Desta forma, as empresas abordam, basicamente, de duas formas seu relacionamento quanto à questão ambiental: controle da produção, até então a prevalecente, e a prevenção da poluição. O Quadro 1 apresenta as peculiaridades destas duas principais formas de abordagens ambientais.

Segundo Elias e Magalhães (2003), “a P+L foi desenvolvida no sentido de substituir, gradativamente, as práticas do fim de tubo ou de controle da poluição, construindo, assim, estratégias voltadas para integrar os conceitos de desempenho econômico e ambiental”.

Para Barbieri (2006, p. 103), a abordagem ambiental P+L tem como preceitos atender os critérios “usar com eficiência os recursos não renováveis, conservar os renováveis e não ultrapassar a capacidade do meio ambiente de absorver os resíduos”.

Neste percurso este trabalho objetiva mostrar os resultados advindos do uso de práticas P+L em uma fábrica de produtos de cimento, como os ganhos de produtividade do processo produtivo, a eliminação dos riscos ambientais internos e externos e a formação de um clima e gestão inovadora. Essas inovações são, potencialmente, geradoras de oportunidades de melhorar a performance empresarial, através de ganhos de competitividade.

Características	Prevenção da Poluição	Controle da poluição
Preocupação básica	uso eficiente dos insumos.	cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade.
Postura típica	reativa e proativa.	reativa.
Ações típicas	corretivas e preventivas. conservação e substituição de insumos. uso de tecnologias limpas.	corretivas. tecnologias de remediação e de controle no final do processo (fim-de-tubo). aplicação de normas de segurança.
Percepção dos empresários e administradores	redução de custo e aumento da produtividade.	custo adicional.
Envolvimento da alta administração	periódico.	esporádico.
Áreas envolvidas	as principais ações ambientais continuam confinadas nas áreas produtivas, mas há crescente envolvimento de outras áreas.	ações ambientais confinadas nas áreas produtivas.

Fonte: Adaptado de BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

2. PRODUÇÃO MAIS LIMPA (P+L)

A Produção Mais Limpa (*Cleaner Production*) foi originada de uma iniciativa do movimento Greenpeace com o nome de Produção Limpa. Posteriormente, em 1989, foi lançada a versão P+L pelo Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1991, as agências United Nations Environmental Program (UNEP) e United Nations Industrial Development (UNIDO) publicaram o primeiro manual de operação da P+L. Este manual foi colocado à disposição de pessoas e entidades interessadas em ajudar as empresas a compatibilizarem produção com o meio ambiente saudável.

No sentido de prover a visibilidade e, conseqüentemente, a universalização da aplicabilidade do Programa P+L, o PNUMA criou, em vários países, dez Centros Nacionais de Produção mais Limpa (CNTL), incluindo o Brasil, cujo representante é o NAI/RGS (CNTL/Senai-RS). De acordo com o CNTL a P+L significa "a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica integrada aos processos produtivos, a fim de aumentar a eco-eficiência no uso de matérias primas, água e energia, por meio da não-geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados".

Portanto, a P+L envolve produtos e processos, e estabelece uma hierarquia de prioridade, invertendo a atual proposta do modelo do fim de tubo, através da seqüência apresentada na Figura 1.

Figura 1 Seqüência Lógica da P+L



Fonte: Curso de Produção Mais Limpa (UFES, 2002).

O modelo P+L é visto pela UNIDO (2004) como uma estratégia preventiva integrada que proporciona uma atuação transversal em todas as fases do processo produtivo, proporcionando ganhos à empresa, como:

- aumentar a produtividade, através do uso mais eficiente dos materiais, energia e água.
- promover a melhoria da performance ambiental, através da redução de resíduos e emissões.
- reduzir o impacto ambiental dos produtos em todo seu ciclo de vida, através de um projeto ecológico e economicamente eficiente.

A introdução de práticas de P+L, requer, para a sua execução, investimentos financeiros. Todavia, segundo experiências comprovadas por Barbieri (2004), “os investimentos trazem vantagens econômicas a médio/longo prazo dependendo do montante investido. Isto ocorre pela otimização do uso de matérias-primas e insumos através da modificação do processo de produção; por outro lado, reduzem-se os custos de produção (menos perdas), o que aumenta a competitividade no mercado. Os resultados, também, produzem diminuição dos impactos ambientais – solo, água e ar – e melhor qualidade do trabalho”.

Vista sob o aspecto de estratégia empresarial, a P+L é, potencialmente, uma ferramenta ambiental importante no tocante à formação de um diferencial competitivo a ser utilizada pelas empresas, tanto nos ganhos proporcionados no processo produtivo – redução do uso de matérias-primas, água e energia elétrica - quanto no marketing ecológico. Castro (1991),

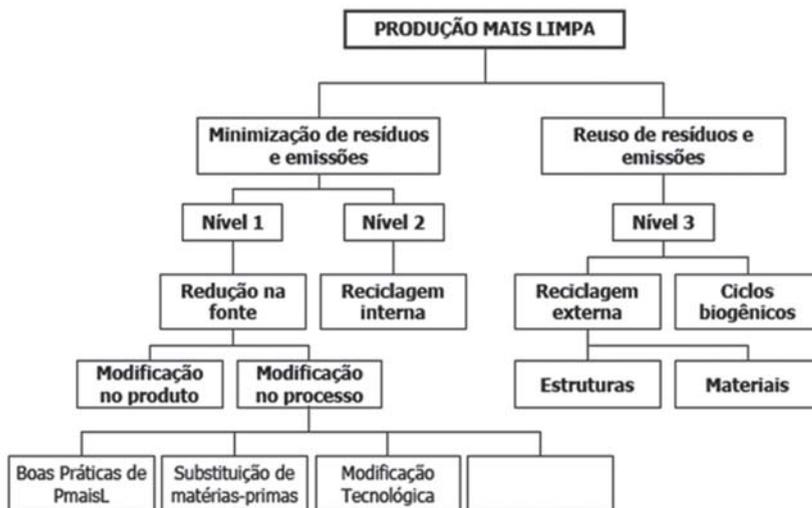
ênfatisa esta possibilidade dizendo: “a fatia aumentada de mercado é apenas um dos inúmeros benefícios em potencial do *esverdeamento* corporativo e do produto. Os mercadólogos também começam a descobrir que o desenvolvimento de produtos e processos de manufatura ambientalmente saudáveis não apenas fornece uma oportunidade para fazer a coisa certa, mas também aumentar a imagem corporativa e de marca, economizar dinheiro e abrir novos mercados para produtos que tenham o intuito de satisfazer as necessidades dos consumidores no sentido de manter uma alta qualidade de vida”.

2.1 METODOLOGIA DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA

A P+L adota a eliminação da poluição durante o processo de produção, através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos. Portanto, sua implementação está baseada em uma interação de todo um processo produtivo, interagindo um conjunto de medidas – o uso inteligente e econômico de materiais e equipamentos -.

Basicamente o processo de implantação da P+L compreende escolher, dentre as opções apresentadas pela Figura 2, qual a mais adequada para a redução na fonte, de forma contínua e mais acessível financeiramente para a empresa, dos resíduos resultantes da produção tradicional, ou aquela que opera com solução fim-de-tubo (controle dos resíduos)

Figura 2 – Produção Mais Limpa – Níveis de Intervenção



Fonte: Centro Nacional de Produção Mais Limpa (CNTL/ Senai: RS, 2003)

Para tanto, convencionalmente, as atitudes gerenciais e técnicas, quando da opção pela P+L na versão CNTL pela empresa, organizam-se, conforme a Figura 2, desta forma: opção pela minimização de resíduos e emissões, iniciando-se pelo nível 1, adotando a modificação do processo. Todavia, na prática é necessário conciliar outros aspectos, como as características das plantas das empresas consideradas, custos de implementação, o retorno financeiro e o impacto ambiental e que podem estender o processo aos níveis 2 e 3.

Este processo é prioritário, pois, leva em consideração as medidas que buscam eliminar ou minimizar resíduos, efluentes e emissões no processo produtivo onde são gerados, através de medidas de boas práticas com pouco ou nenhum custo.

Operacionalmente, o processo de implantação da P+L (Figura 3) conforme o CNTL/ Senai-RS (2003) é dividido em 5 etapas, segmentadas em 18 passos descritos assim:

A **Etapa 1** compreende a busca de sensibilização e, posteriormente, a participação e o compromisso da alta gerência da empresa. Também, procura identificar barreiras e soluções à implementação da P+L e selecionar um grupo de funcionários – ecotime – que possa adotar e

conduzir o programa. A observância de todos os passos desta etapa é fundamental para o sucesso da operacionalização do programa.

A **Etapa 2** contempla a realização do diagnóstico ambiental e do processo produtivo. São elaborados fluxogramas dos processos produtivos da empresa e feito um rol de todas as matérias-primas, insumos e produtos finais, além dos resíduos sólidos, efluentes e emissões resultantes do processo produtivo. Essas informações vão compor a pré-avaliação que irá mostrar uma visão global qualitativa e quantitativa da empresa, em relação à forma de produção que irá definir o foco da avaliação e intervenção da P+L.

Na **Etapa 3** é elaborado o balanço de materiais, são estabelecidos indicadores e são identificadas as causas da geração de resíduos e as oportunidades de P+L. São analisados: quantitativamente e qualitativamente as entradas – matérias-primas, água, energia e outros insumos – e saídas – resíduos, efluentes, emissões, subprodutos e produtos –; dados da situação ambiental da empresa, dados referentes à estocagem, armazenamento e acondicionamento de entradas e saídas. Após a análise desse balanço, são identificadas as oportunidades de P+L que possam ser implantadas imediatamente – boas práticas e estudos de caso – e as que necessitam de análises adicionais mais detalhadas.

No tocante à **Etapa 4**, através de um estudo de viabilização técnica, econômica e ambiental são selecionadas, definitivamente, as oportunidades de P+L mais viáveis.

Figura 3 Etapas e Passos da Implantação do Programa P+L

Tarefa 01	Comprometimento da direção da empresa
Tarefa 02	Sensibilização dos funcionários
Tarefa 03	Formação do ECOTIME
Tarefa 04	Apresentação da metodologia
Tarefa 05	Pré-avaliação
Tarefa 06	Elaboração dos fluxogramas
Tarefa 07	Tabelas quantitativas
Tarefa 08	Definição de indicadores
Tarefa 09	Avaliação dos dados coletados
Tarefa 10	Barreiras
Tarefa 11	Seleção do foco de avaliação e priorização
Tarefa 12	Balancos de massa e de energia
Tarefa 13	Avaliação das causas de geração de resíduos
Tarefa 14	Geração das opções de PmaisL
Tarefa 15	Avaliação técnica, ambiental e econômica
Tarefa 16	Seleção da opção
Tarefa 17	Implementação
Tarefa 18	Plano de monitoramento e continuidade

Fonte: Guia de Produção Mais Limpa Sebrae, 2004.

Os resultados encontrados durante as atividades de avaliação técnica, ambiental e econômica possibilitarão a seleção das medidas viáveis de acordo com os critérios estabelecidos pelo ecotime, gerando as oportunidades de P+L.

Finalmente, na **Etapa 5**, são elaborados os planos de implementação das oportunidades de P+L, de monitoramento e de continuidade das atividades previstas.

3. CASO ACINOL

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Artefatos de Cimento do Nordeste (ACINOL) foi selecionada para ser o projeto piloto do requisito final do Curso de Formação de Consultor em Produção Mais Limpa, promovido pelo Sebrae e o Conselho Brasileiro Para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Foi fundada em 1989, está localizada em Recife/PE, em uma área de aproximadamente 1h. É uma fábrica de pequeno porte, funcionando com 47 colaboradores, tendo no quadro dois engenheiros-civis. Todo seu processo de produção é informatizado, contando com um serviço próprio de contabilidade. A planta instalada tem uma capacidade de produção estimada em 1.500 toneladas de produtos de cimento/ano – blocos para alvenaria, lajes pré-moldadas, pisos intertravados, combogós para diversas aplicações e produtos especiais sob encomendas. O mercado atendido está circunscrito à Região Metropolitana do Recife e a alguns municípios próximos.

Toda a atividade produtiva é realizada através de cinco linhas de produção – chamada de betoneiras – sendo duas destinadas à fabricação de lajes pré-moldadas e três utilizadas na confecção de blocos. As máquinas e equipamentos com mais de 10 anos de uso são obsoletas tecnologicamente, porém recebem uma manutenção programada.

No intuito de acompanhar as mudanças tecnológicas para redução de custos e melhorias na qualidade, ocorridas na construção civil, a direção tem adotado mudanças centradas, principalmente, na substituição de matérias-primas e oferta de novos produtos.

Usualmente, a empresa não tem por hábito o uso de práticas ambientais, como a redução de desperdício, reciclagem de resíduos e a segregação de resíduos.

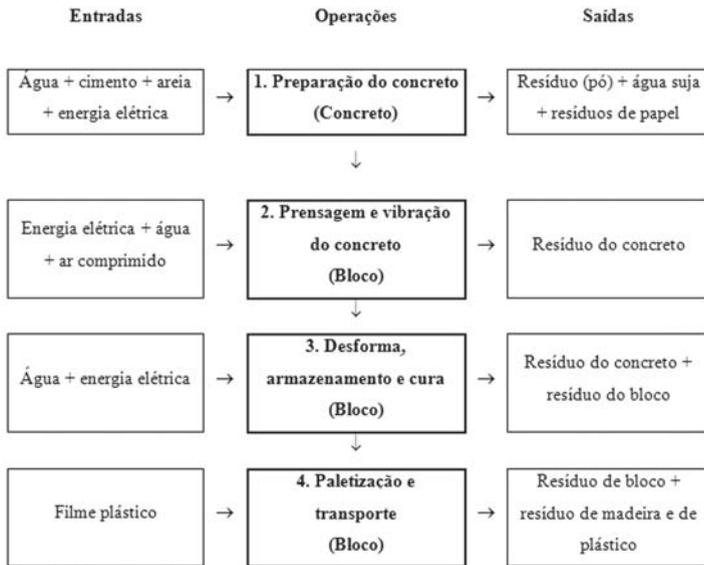
3.2 PRÉ-AVALIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

As condições acertadas com a diretoria da Acinol quanto à execução deste trabalho,

foram: prazo de um mês e, como foco, a linha de produção de blocos, tipo cobograma para pisos de estacionamento de veículos. Para efeito da aplicação do modelo P+L foi estudada uma produção estimada de 4.700 m²/ano.

A manufatura de produtos de cimento tem tecnologia relativamente simples. Basicamente, o processo produtivo é composto das seguintes etapas (Quadro 2):

Quadro 2 Fluxograma do processo de produção do Cobograma



Fonte: Elaboração própria.

Através do fluxograma do processo da produção do cobograma foram identificadas e caracterizadas, abaixo, as etapas do processo de produção e, ainda, preliminarmente, os aspectos ambientais:

Na operação 1 o processo fabril tem início com a produção do concreto, utilizando areia e cimento – responsáveis por 63% do custo da produção -, água e energia elétrica. Foram verificadas perdas importantes de cimento e areia ainda na fase de armazenagem e de manipulação. Também, foi observado razoável desperdício de água, através de vazamento na tubulação. No tocante a aspectos ambientais¹, o pó do cimento e da areia, ruídos e sacos usados de cimento sem destinação adequada, são os mais significativos.

Ação resultante do processo de produção, causadora de impactos ambientais.

Quanto à operação 2 – fabricação do cobograma -, a matéria-prima básica é o concreto que é introduzido na prensa através de uma esteira. Foram observados vários aspectos relacionados a desperdícios de matéria-prima: perda de concreto, retrabalho, quebra de blocos. Não foram identificados aspectos ambientais significativos.

Na operação seguinte, os blocos são conduzidos através de carro de mão para estocagem e processo de cura do cimento. Algumas indicações de perdas foram notificadas, como: quebra de bloco, desperdícios de concreto – resíduos resultantes da desforma –. O aspecto ambiental resultante é o acúmulo de entulhos de blocos que são depositados, através de caçambas alugadas, nos lixões.

Na operação 4, os blocos são paletizados e revestidos com filme plástico. Foi verificada a existência de quebras resultantes do manuseio e embarque. As causas das quebras podem, também, ter origem na inobservância do tempo de cura. Igualmente à operação anterior, existe acúmulo de entulhos que são depositados no interior da fábrica. As perdas ainda são produzidas na descarga e manuseio dos blocos, que resultam em entulhos que vão terminar nos lixões.

3.3 ELABORAÇÃO DO BALANÇO DE MASSAS

O balanço de massas visa identificar o uso ou entrada de matérias-primas e insumos e as saídas de resíduos resultantes das produções. O quadro 3 resume o resultado do balanço de massa do processo produtivo do cobograma.

Entradas	Etapas	Saídas
400,6 M ³ de areia 69.100 kg de cimento 16,6 M ³ de água 2.536 KWh	1 Preparo do concreto	370kg de sacos usado de cimento Pó de cimento e areia (material particulado, classe 1)
	Concreto	
2.536 KWh de energia	2 Prensagem e vibração do concreto	Ruído 1.668kg de resíduo de concreto
	Bloco	
2 m ³ de água	3 Desforma, cura e armazenamento	6.580kg de resíduo de concreto
	Bloco acabado	
5 bobinas de filme plástico	4 Paletização / transporte	150 KG de plástico 1.600kg de resíduo de concreto e de blocos

Através do balanço de massas foram encontrados, em termos qualitativos e quantitativos, os resíduos e efluentes derivados do processo produtivo. O quadro 3 mostra que nas etapas 2 e 3 há maior concentração das principais fontes de aspectos ambientais.

Com base nas causas da geração de resíduos, já descritas no item 3.2, é possível reduzi-las, sensivelmente, com aplicação de ações de P+L.

A proposta da P+L é utilizar, prioritariamente (Figura 2), ações do Nível 1, secundada, se necessário, dos demais níveis previstos. Este direcionamento deve buscar medidas ou oportunidades que tenham como meta evitar a geração de resíduos na fonte, que podem incluir modificações, tanto no processo produtivo quanto no próprio produto.

Para efeito do trabalho é importante frisar que as indicações das oportunidades de P+L foram escolhidas levando-se em consideração as de menor custo e facilidade de implantação e de estudos de caso – oportunidades desenvolvidas e testadas por entidades credenciadas pelo CNTL – e/ou as boas práticas de produção (*housekeeping*) que visam estabelecer procedimentos administrativos e técnicos que possibilitem a minimização da produção de resíduos na fonte.

3.4 OPORTUNIDADES DE P+L IMPLANTADAS

As oportunidades de P+L selecionadas neste estudo e suas respectivas implantações estão expostas, por etapas, a seguir:

Etapa 1

Oportunidade – foram identificadas duas oportunidades: os sacos de papel da embalagem de cimento espalhados em todos os locais da fábrica, tornando-se um impacto ambiental de classe 2; resíduo do pó, proporcionado pela manipulação do cimento e da areia, que produz um impacto de concentração de sílica no ar.

Implantação: no caso dos sacos de cimento foi implantada a segregação e destinação adequada dos mesmos. Quanto ao pó, a solução foi pulverizar água com mangueira e a varrição.

Etapa 2

Oportunidade – os aspectos ambientais existentes são originados da produção de resíduos do concreto (Classe 1) que geram pó, além de entulhos.

Implantação: esses resíduos são aglomerados de grãos de tamanhos variados com teor rico em cimento. Depois de triturados, podem substituir a areia no processo de produção. Portanto, o seu aproveitamento, além de propiciar a redução de impactos ambientais tem uma conotação econômica, através da redução de custo de produção.

Etapa 3

Oportunidade – esta etapa é responsável pela maior formação de resíduos do concreto. Foi anotado que os processos de desforma – retirada dos blocos da forma –, do transporte e da cura, são responsáveis por importantes quantidades de resíduos de cimento e de pó.

Implantação: foi sugerido um controle mais rígido no uso das normas de produção do concreto e do tempo de cura – três dias –. Quanto ao pó e resíduo, utilizar os mesmos procedimento da etapa 2.

Etapa 4

Oportunidade – a paletização dos blocos é feita sem o menor cuidado com a manipulação. Este fato revela a ausência de cumprimento de normas mínimas de manuseio. A ausência deste procedimento tem provocando perda anual estimada em 2% do concreto total utilizado na produção do cobograma. Outra oportunidade detectada é relativa à utilização de filme plástico no invólucro dos paletes, que são descartados nos aterros sanitários.

Implantação: no processo de paletização, a solução foi através de palestra abordando assuntos relacionados à qualidade e educação ambiental. Ainda, foi melhorada a etapa do transporte e acondicionamento dos blocos, através da introdução de pneus nas carroças para evitar trepidação. Quanto ao filme de plástico, foi substituído por cintas plásticas mais resistentes ao rompimento dos paletes, de menor preço e recicláveis.

Outras oportunidades foram levantadas, paralelamente às obtidas no processo de produção, visando a redução de custos e de impactos nos recursos naturais, como: aproveitamento de águas pluviais, uso da luz solar para iluminação dos galpões, com a utilização de telhas plásticas translúcidas e a economia de perdas de areia estocada pela erosão eólica, com cobertura de lona plástica.

4. CONCLUSÃO

Pesquisas levadas a efeito por entidades públicas e privadas revelam que as empresas, de um modo geral, estão distantes de alcançarem uma postura de enfrentamento da questão ambiental com medidas de proteção mais concretas. Dentre as causas observadas que justificam esta postura, estão o afrouxamento de exigências, principalmente as de ordem normativa e legal, além da ausência de política de fomento para adequar as empresas quanto à educação ambiental e a implantação de medidas baseadas na gestão ambiental. Na persistência desta realidade, as empresas procuram adotar uma postura reativa – trabalhar no limite permitido pela legislação – o que significa não desenvolver esforços no tocante a inovações que levem ao uso de práticas sustentáveis.

O grande desafio ambiental colocado para a sociedade é encontrar soluções sustentáveis de como lidar com o incontrolável processo de geração de resíduos. A solução prevalecente – que não vem produzindo efeitos satisfatórios – está baseada na abordagem do controle e deposição final adequados dos resíduos -.

As soluções baseadas na P+L (Figura 2) com conotação na redução de resíduo na fonte, apresentam-se como a mais real solução ambiental sustentável. A seqüência de ações adotadas tendem a eliminar os resíduos com graduais quedas nos custos. Estudos de casos exitosos de aplicação de P+L em pequenas, médias e grandes empresas de diversos setores econômicos, desenvolvidos pelos CNPL, podem comprovar que os resultados, em termos de ganhos econômicos e ambientais, são factíveis a qualquer atividade econômica.

O trabalho em pauta, embora tenha sido efetuado em uma só linha de produção, utilizando apenas um mês de pesquisa, demonstrou que a implantação de oportunidades de P+L produz resultados significativos e de baixo custo para a empresa, no tocante aos aspectos ambientais e econômicos. Outras, promissoras, de redução na fonte e de mudanças no produto, foram anotadas para futuro estudo de mais profundidade da metodologia, atingindo, desta feita, toda a planta da empresa. Por fim, estes resultados são ainda valiosos quando se projeta a oportunidade de ser um referencial para as demais empresas do setor.

Finalizando, é importante salientar que as informações sobre possibilidades de implantação de P+L não estão disponíveis a contento às empresas, impedindo melhor desempenho ao reduzir as perdas, melhorar a qualidade ambiental dos produtos e estabelecer um convívio harmonioso com a comunidade, governo e, poder explorar o marketing ecológico como um diferencial competitivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alexandre Feller. **A aplicação da metodologia de produção mais limpa: estudo em uma empresa do setor de construção civil.** 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BARBIERE, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CASTRO, N. de. **A questão ambiental: o que o empresário precisa saber:** Brasília: SEBRAE: FGV, 1991.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ELIAS J. B., MAGALHÃES I. C. **Contribuição da produção enxuta para obtenção de produção mais limpa**. Ouro Preto: 2003. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP. Anais ABEPRO, outubro 2003.

FENSTERSEIFER, J. Notas de Aulas do Mestrado PPGA-UCS. Porto Alegre: 1996.

LEMOS, Ângela Denise da Cunha. **Ecoestratégia e as tecnologias limpas como fonte de competitividade para o setor orizícola gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS/PPGA/NITEC, 1996. Projeto de Dissertação.

MATTOS, Haroldo. **Desenvolvimento empresarial sustentável**. S.l: Universidade Federal Fluminense : dez. 2003. Apostila do Curso de Gestão de Negócios Sustentáveis.

NÚCLEO DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA. CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIAS LIMPAS. **Questões Ambientais e Produção mais Limpa: Curso de Produção Mais Limpa**. Capacitação de Consultores, Centro de Tecnologia Ambiental, mimeo, 2004.

AUDITORIA INTERNA: UMA FERRAMENTA DE CONTROLE PREVENTIVO E ASSESSORAMENTO NAS ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR

*José Geraldo de Albuquerque Pinto**
jpgap@terra.com.br

*Risonete Maria de Souza Pessoa***
risouva4@hotmail.com

RESUMO

O presente consolida a importância da auditoria interna nas organizações como importante ferramenta para práticas preventivas e para assessoria no processo de tomada de decisão dos dirigentes. O artigo observa como estudo de caso, a auditoria interna nas entidades de ensino superior, destacando a importância na prevenção e economia de processos e procedimentos.

PALAVRAS-CHAVE:

Auditoria Interna. Controle. Prevenção.

ABSTRACT

The present paper reinforces the internal audit process as important organizational tool on preventing losses and essential information for the decision making process. The article also analyses the Higher Education Institution Internal Audit process as “case” of study.

* *Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UNB). Bacharel em Direito e em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.*

** *Bacharela em Ciências Contábeis pela FOCCA.*

KEYWORDS

Controller. Internal Audit. Loss Prevention.

1. INTRODUÇÃO

A Atividade da Auditoria Interna tem como base resguardar e salvaguardar os interesses da entidade, prestando informações necessárias a seus administradores, em todos os níveis existentes, assessorando e avaliando a adequação dos controles internos implantados pela empresa. A proteção aos ativos da entidade deve-se ao fato de poupá-los de situação indesejável, ou seja, por um erro ou falta de observância às normas existentes, a empresa venha a sofrer redução no seu patrimônio. As informações prestadas devem estar em acordo com as orientações legais a elas pertinentes, e conter a transparência necessária para que, tanto o usuário interno, quanto o externo as compreendam.

Seu maior objetivo é assessorar a organização no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhe análises, apreciações, recomendações, relatórios e informações relativas às atividades examinadas, promovendo assim, um controle efetivo a um custo razoável. Diferentemente do objetivo principal da auditoria independente que é o de avaliar os demonstrativos contábeis e financeiros das entidades.

Para a realização deste trabalho, a escolha do tema “Auditoria Interna: uma ferramenta de controle preventivo e assessoramento nas Entidades de Ensino Superior”, deve-se a uma pressuposta importância perante essas entidades e, tem como objetivo, demonstrar a importância de uma auditoria interna nas Instituições de Ensino Superior.

As entidades organizacionais, especialmente as de capital aberto, influenciadas pelo enfoque utilizado pelas empresas de auditoria independentes, assimilaram a necessidade de utilizar a Auditoria interna como instrumento de controle preventivo de possíveis ineficiências, desequilíbrio patrimoniais, que acarretariam prejuízos para as entidades empresariais de um modo geral.

2. CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as empresas.

A independência da Auditoria Interna visa a quem possa desincumbir-se das responsabilidades, atribuições e tarefas atribuídas pelas normas, atos, decisões e solicitações dos colegiados e autoridades integrantes da diretoria da entidade.

A Auditoria Interna tem por missão básica, assessorar a Administração no desempenho de suas funções e metas, através do exame da:

- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e da sua efetiva utilização;
- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e da sua efetiva utilização;
- Eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos; dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de suas existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos;
- Compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos.

A auditoria interna tem caráter opinativo, mas as opiniões oriundas do exercício auditoria influenciam e trazem conseqüências ao processo de gestão. Segundo Sá (2002, p. 25),

a Auditoria Interna é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

3. CONTROLE INTERNO

Podemos dizer que o controle interno nas empresas é o grande passo para a auditoria interna, pois através deste controle poderemos verificar todos os processos e rotinas, de natureza administrativa ou contábil, com a finalidade de fazer com que na empresa os colaboradores respeitem e adiram às políticas traçadas pela administração; que os ativos tenham sua integridade protegida; as operações sejam adequadamente registradas em sua totalidade; nos registros contábeis e, fidedignamente, retratadas pelas demonstrações financeiras.

O Controle Interno é essencial para efeito de todo trabalho da auditoria, tornando assim, ferramenta fundamental no auxílio da organização da empresa, ajudando a reduzir a possibilidade de erros e irregularidades. Há empresas que costumam adotar o controle interno como parte integrante de cada setor facilitando assim, o cumprimento de suas normas estabelecidas, assegurando a fluidez e a organização necessária para obtenção de algo palpável. Sobre o assunto, William Attie (1998, p. 110) afirma que

o Controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a dignidade de seus dados contábeis. Promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela empresa.

4. O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AUDITORIA INTERNA

Antes do Século XIX, a auditoria interna era direcionada para a descoberta de erros e fraudes, possuindo, assim, uma ênfase punitiva.

Nos dias atuais, a auditoria interna evoluiu em sua aplicação, consistindo em um importante apoio para o controle e a eficiência organizacional.

Abaixo, apresentamos um quadro histórico da evolução da Auditoria Interna.

Antes do século XIX	
Foco na descoberta de erros e processos fraudulentos consubstanciados ou em andamento.	Ênfase punitiva e policial.
Século XIX	
Foco na investigação acerca da descontinuidade dos negócios. Auditoria anual de balanços.	Ênfase elucidativa e não gerencial.
Década de noventa até os dias atuais	
Busca de opinião confiável; Alcance mais amplo abrangendo o complexo organizacional como um todo.	Foco voltado para o Controle aziendale e para o apoio gerencial.

Fonte: Revista Brasileira de Contabilidade, 2004 n°149, p. 10-17.

4.1 O PAPEL DO AUDITOR NA AUDITORIA INTERNA

O Auditor Interno tem, como qualquer outro profissional direitos e obrigações decorrentes do exercício de sua atividade. Tem ele a obrigação de desenvolver suas tarefas com zelo e qualidade técnica (responsabilidade funcional), atualizando-se, constantemente, para cada vez mais oferecer respostas compatíveis às necessidades organizacionais; tem o dever da obediência às normas que regulam o exercício da profissão, tem ainda um dever moral para consigo mesmo, com a classe e a coletividade (responsabilidades, éticas e sociais). O Auditor Interno é empregado da empresa auditada, possui menor grau de independência do que o auditor externo, entretanto, executa auditoria contábil, operacional, de gestão, de qualidade, de processos, de produtos e outros.

4.2 NORMAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

As normas de auditoria, geralmente aceitas, orientam os auditores na realização de seus exames e na preparação de relatórios. Estabelecidas como objetivos gerais das normas, servem de orientação a qual os auditores não devem fugir. As normas de auditoria são normas para controlar a qualidade do exame e do relatório, os procedimentos de auditoria descrevem as tarefas realmente cumpridas pelo auditor, na realização do exame. Essas normas são claramente estabelecidas e não se permite desvio algum. De acordo com Cook e Winkle, (1983, p. 9-10),

antes de emitir um parecer o auditor precisa conhecer o suficiente para fundamentar solidamente as afirmações que fizer. Esse conhecimento ele adquire examinando o sistema contábil, observando seu funcionamento, verificando o sistema de controles internos, inspecionando documentos e bens. Os vários métodos de auditoria que o auditor emprega para reunir evidências são chamados técnicas de auditoria.

4.3 RESPONSABILIDADE DA AUDITORIA

A Auditoria Interna tem a responsabilidade de desenvolver suas tarefas em todas as áreas da empresa ou de qualquer local aplicável, analisando as políticas, procedimentos, usos e costumes, documentos, sistemas e métodos para buscar a eficiência, aprimoramento e padronização dos controles aplicáveis às operações e atividades pertinentes à empresa, concedendo sugestões de políticas administrativas e estratégias para a organização.

4.4 AS NORMAS DE AUDITORIA

Norma é a regra de conduta para que o profissional exerça, corretamente, a sua atividade. Franco (1992, p. 53), explica que o auditor deve planejar seu trabalho consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade.

Para a atividade de Auditoria temos:

- Normas Relativas à Pessoa do Auditor (NBC P1);
- Normas Relativas à Execução do Trabalho (NBC T11);
- Normas Relativas à Elaboração do Parecer (Item 11.3 da NBC T11).

4.4.1 NORMAS RELATIVAS À PESSOA DO AUDITOR

O profissional de auditoria deve ser muito bem treinado, pois a competência é consequência direta do seu preparo, da sua experiência e da sua postura.

4.4.2 NORMAS RELATIVAS À EXECUÇÃO DO TRABALHO

Um bom trabalho é fruto de um bom planejamento. O Auditor tem que ter a capacidade de discernir, o que é relevante ou não pois o trabalho é feito por amostras de determinados setores, e, em geral, os indicadores de relevância são os saldos, os valores de determinadas transações.

A amostragem pode ser feita de forma aleatória ou estatística. Isso será em função do universo da empresa ou da forma que a Auditoria atuar. As estimativas são as provisões, e estas devem ser verificadas se estão de acordo com a legislação vigente.

4.4.3 NORMAS RELATIVAS À ELABORAÇÃO DO PARECER

O produto final do trabalho da auditoria externa é o que podemos chamar de Parecer. Esse relatório é o veículo de comunicação do Auditor com a administração da empresa e com a sociedade, portanto deve ser cuidadosamente elaborado apresentando informações tais como: o trabalho realizado, o alcance abrangido pelo trabalho, a forma como foi realizado, os fatos relevantes observados e julgados importantes à divulgação.

5. OBJETIVOS, FINALIDADES E TÉCNICAS

5.1 OBJETIVO DA AUDITORIA

Auditoria tem como objeto principal comprovar a veracidade das informações contidas nos demonstrativos financeiros apresentados a sociedade, no caso da auditoria externa e de prestar assessoramento a gestão empresarial de um modo geral, no caso da auditoria interna.

5.2 TÉCNICAS DE AUDITORIA

Os procedimentos de Auditoria são os conjuntos de técnicas que permitem ao Auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Segundo Franco (1987, p. 99), a expressão técnica de auditoria pode ser usada para explicar os métodos básicos de obtenção de provas utilizados pelos auditores, e que a técnica por si só não é uma prova. Ela fornece a prova exigida pelo auditor, dando-lhe informações suficientes sobre o assunto, a fim de que ele possa emitir seu parecer profissional.

5.2.1 TÉCNICAS BÁSICAS E ESSENCIAIS DE AUDITORIA

As técnicas básicas para conseguir informações são as seguintes:

- Exame e contagem física;
- Confirmação;
- Exame dos Comproverantes hábeis e comparação com os registros;
- Conferências de cálculos;
- Acompanhamento dos procedimentos de escrituração;

5.3 TESTES DE AUDITORIA

A Utilização de testes é fundamental na auditoria e deve ser mais um item a ser incluído para se obter mais dados a respeito do que está sendo trabalhado para conclusões de um determinado exame.

Attie (1992, p. 261) aborda que para o auditor observar, significa ver e conhecer, o que implica cuidadoso exame de pessoas e coisas. A observação exige exame visual com o propósito de comparação mental com padrões, deve ser em verdade, avaliadora.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.

Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve buscar as seguintes evidências:

Existência: se o componente patrimonial existe em certa data;

O saldo de uma conta do Balanço Patrimonial ou da Demonstração do Resultado do Exercício pode estar errado para mais – superavaliado ou, para menos subavaliado.

5.3.1 TESTE DE OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Segundo Almeida (2003), os testes de observância consistem em o auditor se certificar de que o sistema de controle interno levantado é o que realmente está sendo utilizado.

Caso o sistema em uso seja diferente do descrito nos manuais internos, o auditor deve alterar as informações sobre o sistema anteriormente levantadas, de forma a ajustá-las à situação real existente. Isso quer dizer que o auditor deve avaliar o sistema que, efetivamente, está sendo praticado no controle dos ativos da empresa e na produção de dados contábeis. O auditor normalmente cumpre esse procedimento, mediante a observação dos trabalhos pelos funcionários e da inspeção de documentos e registros contábeis.

6. RELAÇÃO DO CUSTO DO CONTROLE X BENEFÍCIOS

O Custo do controle não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter, ou seja, os controles mais sofisticados (normalmente mais onerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controles menos rígidos devem ser implantados para as transações menos importantes. Os controles internos implantados devem ter caráter preventivo, voltados para a correção de eventuais desvios e minimizando eventuais custos elevados que a entidade possa enfrentar em relação aos parâmetros estabelecidos, prevalecendo como um instrumento auxiliares da gestão.

Após consultarmos alguns autores, os benefícios encontrados pela utilização da Auditoria Interna são as seguintes:

- Simplificar procedimentos e, portanto, otimizar os custos;
- Melhoria na execução e aumento da eficiência das áreas;
- Correção de problemas organizacionais, funcionais ou operacionais;
- Otimização de aplicação da Legislação fiscal e seus custos;

- Melhor qualidade e velocidade de informações para a tomada de decisões Gerenciais.
- Assegurar a exatidão, completabilidade, pontualidade e Justeza dos demonstrativos contábeis, financeiros, fiscais, estatísticos e operacionais da empresa.

7. PROGRAMA DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA

O Trabalho de auditoria interna deve abranger o exame e a avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno e da qualidade do seu desempenho.

O Auditor Interno deve estruturar sua programação de trabalhos de forma abrangente, compreendendo o fluxo de planejamento, de execução, de coordenação e controle das diversas atividades da organização. Deve aplicar as técnicas cabíveis a cada caso e práticas a auditoria em todos os seus enfoques, seja analítica, contábil-financeira, operacional, questional, de informática ou outras, conforme necessário. Horas para investigações especiais devem ser previstas e incluídas nessa programação.

8. ORGANIZAÇÃO BÁSICA E INFRA-ESTRUTURA DA AUDITORIA INTERNA

8.1 PREPARAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E ESTRUTURA

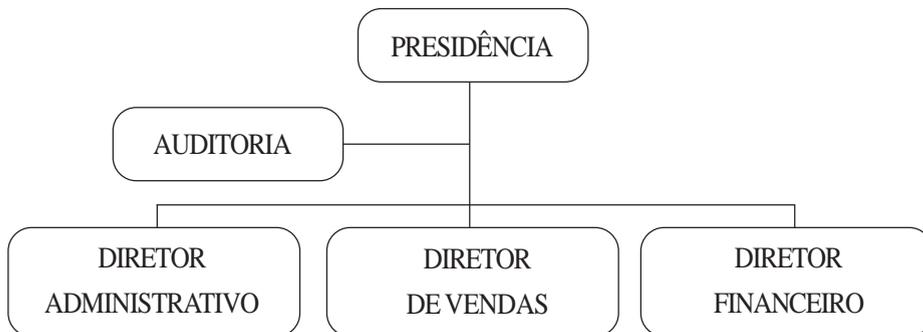
Segundo o Instituto de Auditores Internos do Brasil, a estrutura departamental da auditoria interna deve ser montada de maneira tal a permitir a realização dos objetivos do seu estatuto de funcionamento, aprovado pela alta direção da empresa.

A formação de cada auditor deve ser claramente especificada e formalizada através do manual de auditoria interna e incluída nas respectivas descrições de funções para fins de avaliação, supervisão dos trabalhos, contratação de pessoal e promoções internas.

8.2 POSIÇÃO HIERÁRQUICA DA AUDITORIA

O Órgão de Auditoria deverá ser independente dos demais setores da organização. O mesmo deverá se reportar diretamente à alta direção da empresa. Attie, (1992, p. 30), explica que a independência total e completa é impalpável, uma vez que implica em liberdade de todas e qualquer dependência, incluindo a dependência financeira.

A auditoria interna necessita do mais alto grau de imparcialidade mantendo-se em condições que a permita agir integralmente, onde sua colocação seja separada das pessoas cujas atividades examinam.



Fonte: própria.

8.3 MODALIDADES DA AUDITORIA INTERNA

Quanto aos objetivos e natureza, os trabalhos de auditoria interna podem ser distribuídos em:

- 1) Auditoria Financeira;
- 2) Auditoria Fiscal;
- 3) Auditoria Operacional;

4) Auditoria em Sistemas e Processamento Eletrônico de Dados; Auditoria Especial: A auditoria interna é solicitada a efetuar determinados exames não previstos no plano anual de auditoria, tais como: contagem de caixa em vista da mudança do responsável pelo caixa, inventários físicos não previstos, análises especiais de contas de despesas e outros, visando objetivos específicos de auditoria.

8.4 PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

O auditor interno precisa planejar toda a auditoria, documentando todo seu estudo que, em sua essência, consiste em:

- Estabelecimento dos objetivos de auditoria e do âmbito do trabalho;
- Obtenção de informações básicas sobre as atividades a serem examinadas;
- Determinação dos recursos necessários à realização da auditoria;

- Comunicação com todos que precisam ter conhecimento da auditoria;
- Realização de um levantamento, no local de trabalho, para que os encarregados se familiarizem com as áreas a serem ressaltadas e seja estimulada a apresentação de comentários e sugestões;
- Elaboração do programa de auditoria;
- Determinação de como, quando e a quem os resultados da auditoria serão comunicados.
- Obtenção de aprovação para o plano de trabalho

Os objetivos da auditoria interna devem ser mensuráveis, passíveis de realização e capazes de ser alcançados através dos planos operacionais e dos orçamentos. Devem ser acompanhados, estabelecendo-se critérios de avaliação e prazos para sua consecução.

9. DIFERENÇAS ENTRE A AUDITORIA INTERNA E A AUDITORIA INDEPENDENTE

9.1 CONFRONTO DAS FINALIDADES E OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA E INDEPENDENTE

A auditoria interna e a auditoria independente mostram suas grandes diferenças. Os profissionais que atuam em qualquer um dos campos trabalham com documentos comprobatórios, revisam as medidas do controle interno, aplicam as técnicas básicas de verificação, na forma de procedimentos de auditoria e emitem seus pareceres sobre a fidelidade das informações contábeis, assim como sobre a adequada aplicação das técnicas e procedimentos de contabilidade. Embora os dois campos tenham muito em comum, há também significativas diferenças, as quais separam um do outro. Assim sendo, apresentamos a seguir um quadro comparativo entre a atuação da auditoria interna e o da auditoria independente.

Auditoria Interna x Auditoria Independente²

AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA INDEPENDENTE
A auditoria é realizada por um funcionário da empresa.	A auditoria é realizada através da contratação de um profissional independente.
O objetivo principal é atender às necessidades da administração.	O objetivo principal é atender às necessidades de terceiros, no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.

Revisão das operações e do controle interno é, principalmente, realizada para desenvolver aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas, sem está restrito aos assuntos financeiros.	A revisão das operações e do controle interno é, principalmente, realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras.
O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa.	O trabalho é subdividido em relação às principais contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultados.
O auditor, diretamente, preocupa-se com a interceptação e prevenção de fraudes.	O auditor, incidentemente, preocupa-se com a interceptação e prevenção de fraudes, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras.
O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém subordinado às necessidades e desejos da alta administração.	O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental.
A revisão das atividades da empresa é contínua.	O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras é periódica, geralmente anual.
O produto do trabalho da auditoria interna é o relatório.	O produto da auditoria independente são os pareceres.

² Fonte: <http://www.auditoriainterna.com.br>

9.2 VANTAGENS X DESVANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA

A vantagem da Auditoria Interna é a existência, dentro da própria instituição, de um departamento que exerce permanentemente controle prévio, concomitante e, conseqüentemente de todos os atos da administração. Os componentes desse departamento, auditores, assistentes e/ou auxiliares, devem exercer sua função com absoluta independência, conforme já abordamos em tópicos anteriores, e devem ter acesso a qualquer departamento da empresa,

para fazer verificações, exames, levantamentos e pedir informações e dados para suas conclusões. Pelo fato de permanecerem em tempo integral, diferente do auditor externo, pode programar uma auditoria geral e contínua, com revisão de todos os registros contábeis e verificações periódicas das existências físicas, tipo: título, dinheiro, ativo fixo e outros.

A desvantagem da Auditoria Interna é o risco de que os funcionários do departamento de auditoria sejam envolvidos pela rotina de trabalho e só examinem aquilo que lhes é oferecido para exame. Além disso, os laços de amizade e coleguismo que podem advir entre funcionários desse departamento e dos demais setores da empresa, poderão provocar um arrefecimento no rigor dos controles e na fiscalização dos serviços, além da possível diminuição da independência devido à existência de vínculo empregatício.

9.3 A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NA APURAÇÃO DE ERROS E FRAUDES

A Auditoria Interna dificulta a ocorrência de erros e fraudes, mas também não se deve ser levada ao exagero à interpretação das possibilidades de sua total eliminação, pois isso somente seria possível com uma fiscalização integral e constante de todos os registros contábeis, bem como de todos os atos de administração e funcionários. Muitos erros e fraudes são dissimulados na escrituração, enquanto outras irregularidades praticadas contra o patrimônio, não são contabilizadas, somente podem ser apuradas por ocasião física dos valores patrimoniais. A Auditoria continuada ou Interna traz para a empresa a vantagem da fiscalização constante, pelo auditor, cuja presença constante na empresa pode auxiliar na solução de problemas contábeis, pouco tempo após sua ocorrência, impedindo sua repetição. Relativamente aos erros de natureza fiscal, sua correção imediata ou oportuna evita penalidades para a empresa.

Segundo Franco & Marra (apud, PINTO, 2004, p. 71), se referindo aos casos de alcances, desfalques e desvios, dizem:

“O programa de verificação das disponibilidades assume importância extraordinária, pelos fatos acima expostos, devendo ser planejados tendo em vista as enormes possibilidades de desvios e manipulações. Levando em conta que a verificação do programa deve ser rigorosa e cuidadosa, aplicando o auditor toda sua experiência e anuidade para detectar ou descobrir as possíveis falhas, considerando que resta área, mais do que nas outras, essa falhas podem acontecer.”

10. A CARACTERIZAÇÃO DO CASO SOB ESTUDO

10.1 HISTÓRICO

A Instituição de Ensino Superior - SOL é fruto da experiência em ensino, pesquisa e consultoria de um grupo de professores universitários e consultores nas áreas de economia e gestão. Na busca pela excelência, o SOL procura desenvolver um trabalho de parcerias com instituições e pessoas dentro e fora do Brasil, objetivando a troca de experiências e a elevação do nível técnico dos seus programas educacionais.

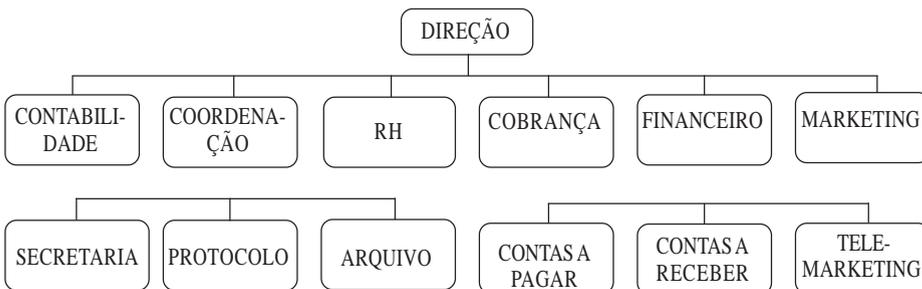
10.2 MISSÃO

A Instituição de Ensino Superior – SOL tem por missão promover o desenvolvimento do ser humano através da oferta de educação executiva de alto padrão técnico, de acordo com princípios éticos e responsabilidade social.

Seu objetivo principal é a educação executiva e o ensino superior. No entanto, são de grande importância para o instituto, a pesquisa aplicada e as atividades de consultoria. A SOL acredita que o bom entrosamento entre teoria e prática é fundamental para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino. Com esse objetivo, o Instituto tem trabalhado visando organizar sua divisão de pesquisa aplicada e consultoria.

10.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com o levantamento efetuado na entidade sob análise, segue abaixo a estrutura informal da Instituição de Ensino Superior - SOL. Apesar de não existir formalmente o organograma abaixo apresentado, as funções desempenhadas nas unidades de serviços mencionadas abaixo são devidamente formalizadas através do registro em carteira profissional.



Fonte: este organograma, não existe formalmente na Instituição, o mesmo foi elaborado pelo pesquisador.

10.4 – UNIDADES DE SERVIÇOS

Contabilidade: Responsável por toda parte contábil, emissão de impostos sobre o faturamento da empresa e impostos sobre os serviços prestados, balancetes mensais, demonstrações contábeis, conciliações bancárias, ajustes e tudo mais que se designem as responsabilidades contábeis.

Coordenação: Responsável por toda parte acadêmica da Instituição, o mesmo é subdividido em três setores:

- Secretaria – atendimento ao cliente (alunos), expedição de declarações e históricos, elaboração e acompanhamento das cadernetas, imputação das notas dos alunos.
- Setor de Protocolo – responsável pelas saídas e entradas de documentos da coordenação e controle de matrículas.
- Arquivo – Onde são arquivados todos os documentos dos alunos, desde sua inscrição no vestibular e todos os demais documentos necessários para efetivação de matrículas e vida acadêmica.

Recursos Humanos: Responsável pela elaboração dos contratos dos professores, prestadores de serviços, folha de pagamentos, emissão de guias de impostos e contratação de pessoal.

Cobrança: Acompanha todos os pagamentos dos alunos que se encontram com mensalidades em atraso, efetua acordos financeiros, controla toda a parte de alunos inadimplentes da instituição.

Financeiro: Composto de dois setores:

- Contas a pagar - Controle de todos os pagamentos de fornecedores e duplicatas diversas, arquivamento mensalmente, encaminhado todos os dados para a Contabilidade posteriormente;
- Contas a receber – acompanha todos os pagamentos dos alunos efetuados on-line e manuais (quando acontece, emite os boletos de mensalidades dos alunos e boletos de suas matrículas semestrais).

Marketing: Responsável pela divulgação dos vestibulares, dos novos cursos, elaborando novos projetos de mídia e assessorando diretamente a direção com relação a contratações de agências de publicidade, elaboração dos programas acadêmicos como, grades de livros e as demais veiculações de comunicação. Acompanha também o seguinte setor:

- Telemarketing – direcionado a atender o público em geral, concedendo informações sobre a empresa e seus cursos e a venda do produto em geral.

11. A ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO CONTROLE INTERNO DA ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR

11.1 CONTROLE ORGANIZACIONAL

A Instituição não dispõe de nenhum instrumento organizacional ou institucional constituído, como:

- Manual de organização e estrutura dos setores;
- Manual de normas e procedimentos dos funcionários;
- Controles internos;
- Avaliação de desempenho.

11.2 CONTROLES ADMINISTRATIVOS

Alguns procedimentos inerentes ao controle administrativos, tais como:

- Controle de qualidade;
- Análise de estatística de Pessoal;
- Treinamento de Pessoal;
- Estudos de tempos dos serviços executados.

11.2.1 CONTROLES DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

O contas a pagar é o responsável direto. A emissão dos cheques para pagamento diversos só é emitido mediante a autorização prévia dos diretores. Após a emissão dos cheques e a assinatura dos diretores, os mesmos são colocados em pastas classificadoras, por ordem alfabética ou vencimentos, de acordo com as ordens de pagamentos, o que determina a existência de certo controle, apesar de não haver sido implantado manual de procedimentos.

11.3 CONTROLES CONTÁBEIS

11.3.1 SISTEMA DE CONFERÊNCIA

Como já especificamos em outros controles anteriores, constatamos que na empresa há este tipo de controle, pois para todos os pagamentos há uma aprovação ou autorização concedida diretamente pela direção.

11.3.2 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

A instituição vem cumprindo adequadamente a este princípio de controle.

11.3.3 CONTROLE FÍSICO DOS ATIVOS

Todo controle fica em poder da contabilidade. Após o arquivamento feito pelo setor financeiro, o mesmo é passado para o setor contábil e em seguida são realizadas as conciliações e arquivado.

Foram observados que outras formas de controles contábeis deveriam ser efetuadas mas não estão sendo cumpridas, como:

- Controles Físicos sobre o ativo;
- Auditoria Interna;
- Ativo permanente;
- Auditoria interna.

12. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO EFETUADO NA ENTIDADE PESQUISADA

12.1 FRAQUEZAS E INEFICIÊNCIAS OBSERVADAS

FRAQUEZAS	PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS
Organizacionais: 1. Inexistência de controles formalmente constituídos.	1. Instituir manuais de organização, de procedimentos e manual de direitos e obrigações dos funcionários.
Controles Contábeis: 1. Controle físico de ativos; 2. Auditoria Interna; 3. Acompanhamento financeiro.	1. Instituir tombamento do ativo permanente; 2. Criação de um órgão de auditoria interna; 3. Criação de um mapa de acompanhamento das contas a pagar e das contas a receber.
Controles Administrativos: 1. Treinamento de Pessoal; 2. Controle de tempo trabalhado ou quantidade produzida; 3. Plano de cargo e de Salário.	1. Criação de um programa de treinamento de pessoal; 2. Criação de Livro de ponto ou cartão de ponto; 3. Criação de um plano de cargos par formalizar as alterações de salários

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa efetuada em uma Entidade de Ensino Superior teve como objetivo analisar as características fundamentais e a necessidade de implantação de um setor de auditoria Interna e seus controles internos, facilitando todo controle adequado na obtenção dos objetivos organizacionais e aprimorando os processos internos e de suas atividades operacionais.

A auditoria interna através de sua evolução, conforme pode ser demonstrado no desenvolvimento deste trabalho, vem se consolidando no objetivo de proteger os bens patrimoniais e de garantir a confiabilidade dos registros contábeis.

Podemos observar pelo resultado da pesquisa, que as normas implantadas pela auditoria interna são de extrema segurança, não somente para preservar os interesses da empresa, mas também para o colaborador que necessita de procedimentos e normas que assegurem sua integridade diante do seu trabalho apresentado.

Podemos assim dizer, que a auditoria interna, juntamente com os instrumentos contábeis, quando são utilizados de forma efetiva e, quando permitem um fluxo contínuo e eficiente de informações gerais, concede à empresa a oportunidade de efetuar as correções de rumos necessárias em tempo hábil.

Diante do exposto, e pelo o que foi demonstrado através da pesquisa efetuada, pode - se inferir que existe a necessidade de implantação e implementação de um órgão de Auditoria Interna na entidade de ensino superior pesquisada como ferramenta de assessoramento e controle preventivo, de onde se pode concluir que a auditoria interna será também importante para as demais instituições de ensino superior que não possuam órgão de controle e avaliação dos seus controles internos que atuem no assessoramento a alta direção da entidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, Francisco José de. **Auditoria Interna: O que e para que?** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, V. 27 n°. 114, nov/dez.,1998.

ATTIE, William – **Auditoria Interna – Conceitos e Aplicações**, São Paulo: 3º ed.,Atlas, 1992.

CREPALDI, Silvio Aparecido – **Auditoria Contábil**, São Paulo: Atlas, 2000

- FACHIN, Odília – **Fundamentos de Metodologia** – 3º ed. Local: Saraiva, 2001.
- FRANCO, Hilário – **Princípios de Auditoria**, São Paulo: 4º ed., Atlas, 1987.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto – **Auditoria Contábil**, São Paulo: 2º ed., Atlas, 1992.
- GIL, Antonio de Loureiro, - **Auditoria de Qualidade**, São Paulo: Atlas, 1994.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. – **Normas Brasileiras para o exercício da Auditoria Interna**, São Paulo: 2ª ed., 1992.
- PINTO, José Geraldo de Albuquerque. **Adequação de Controles Internos em Exames de Auditoria Para Validação de Certificados de Filantropia: Um estudo de caso em hospital filantrópico**. Dissertação de Mestrado, 2004.
- SÁ, Antonio Lopes de – **Auditoria Interna**, São Paulo: 2ª ed., Atlas, 1978.
- UHL, Franz; FERNANDES, João Teodorico F.S. **Auditoria Interna**, São Paulo: 2ª ed. Atlas 1982.
- Revista Contabilidade: Vista e revista. Conselho Editorial da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003, p. 33-36.
- TEXEIRA, Ivandi Silva. **Auditoria Interna**. Disponível em <<http://www.Kmpress.com.br/set.9902.htm>> Acesso em: 31 nov 2005.
- VASCONCELOS, Yumara Lúcia, **A importância da Auditoria interna no processo decisório das empresas**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, N°. 149, p. 65-76, set/out, 2004.

EXPORTAÇÕES DE ETANOL E CONVERGÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

*Alan José de Moura Silva**

alansilva@tce.pe.gov.br

*Jorge Expedito de Gusmão Lopes***

jlopes@ufpe.br

*José Francisco Ribeiro Filho****

francisco.ribeiro@ufpe.br

*Umbelina Cravo Teixeira Lagioia*****

umbelina@ufpe.br

RESUMO:

Este estudo tem como objetivo demonstrar de que forma a contabilidade crítica, diante do contexto de convergência de normas nacionais e internacionais, pode evidenciar impacto nas relações de emprego e renda no cenário de aumento das exportações, proporcionando um efeito emancipatório aos trabalhadores. Neste intuito, utilizou-se o caso do *impairment* como exemplo prático para a análise. O proceder metodológico utilizado neste trabalho foi o dedutivo, consubstanciado em pesquisa bibliográfica, utilizando-se técnicas de documentação indireta, concatenada ao objetivo anteriormente estabelecido. Pode-se concluir que a contabilidade crítica pode contribuir para uma relação de emprego e renda de forma emancipatória, mensurando e evidenciando o impacto do aumento das exportações das empresas na vida dos trabalhadores.

* *Mestrando do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).*

** *Pós-Doutor em Educação pela University of Miami. Doutor em Administração Escolar pela University of Miami, U.M.S., Estados Unidos. Mestre em Administração Escolar pela Penn State University. Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Professor do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE.*

*** *Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE.*

**** *Doutora em Administração (UFPE). Mestra em Administração (UFPE). Especialista em Contabilidade e Controladoria (UFPE). Especialista em Administração Financeira pela Universidade de Pernambuco (UPE). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis (UFPE). Professora do Departamento de Ciências Contábeis da UFPE.*

PALAVRAS-CHAVE

Convergência. Emancipação. Habermas. *Impairment*.

ABSTRACT

This study has the object to demonstrate that it forms the critical accounting, before the context of convergence of national and international norms, it can evidence impact in the employment relationships and income in the scenery of increase of the exports, providing emancipation to the workers. In this intention, the case of the impairment was used as practical example for the analysis. Proceeding methodological used in this study it was the deductive, bibliographical research, being used techniques of indirect documentation, connected previously to the objective established. It can be concluded that the critical accounting can contribute to an employment relationship and income of form to emancipate, measuring and evidencing the impact of the increase of the exports of the companies in the workers' life.

KEY WORDS

Convergence. Emancipation. Habermas. *Impairment*.

1. INTRODUÇÃO

Homero, na *Odisséia*, narra uma história que ficou conhecida como o Mito de Sísifo. Nela, observa-se que Sísifo, após irritar os deuses, sofre a punição de empurrar sem descanso uma rocha até o cume de uma montanha. Quando ele chega ao topo da montanha, a rocha desce montanha abaixo por conta de seu peso, e Sísifo se vê obrigado a recomençar sua tarefa. Essa história é utilizada na psicologia organizacional para identificar a realização de trabalhos inúteis e sem perspectiva (ZANELLI et. al., 2004).

O escritor argelino, Albert Camus (1989), em seu ensaio sobre o absurdo, interpreta que o momento mais trágico no Mito de Sísifo é quando ele se dá conta da inutilidade de seu trabalho e da sua condição, ou seja, quando percebe que a rocha retornará ao ponto de partida e que ele terá que reiniciar permanentemente sua tarefa.

Nesse contexto, sugere-se uma reflexão sobre a comodidade da alienação e sobre a inquietação, proveniente da consciência de uma situação em que o indivíduo percebe que está sendo explorado, e que não dispõe das condições necessárias para o seu próprio desenvolvimento.

Estudos recentes, dentre os quais, o realizado por Costa et al (2006), evidenciam que o aumento das exportações de açúcar e álcool nas Regiões Norte-Nordeste traz benefícios diretos no aumento da quantidade de empregos relacionados com o Agronegócio. O referido autor observa que, sobre o nível de emprego, há um impacto superior na região Norte-Nordeste em relação à região Centro-Sul. Os efeitos mais visíveis sobre o nível de emprego ocorreram nos seguintes setores: setor - cana-de-açúcar (com a criação de 54 empregos no Norte-Nordeste e 19 empregos no Centro-Sul); setor – restante agropecuária (30 empregos no Norte-Nordeste e 06 empregos no Centro-Sul); setor – fabricação de açúcar (15 empregos no Norte-Nordeste e 10 empregos no Centro-Sul); setor – serviços prestados às famílias (17 empregos no Norte-Nordeste e 06 empregos no Centro-Sul); e setor – outros serviços (30 empregos no Norte-Nordeste e 18 empregos no Centro-Sul).

Corroborando com a posição de “impactos positivos” desse crescimento das exportações, pesquisa realizada por Marques et. al. (2006) aponta que há uma relação direta entre os benefícios ao capital e a obtenção de superávits na balança comercial.

Como observou Marques et. al. (2006, p. 433):

[...] observa-se que, para o mesmo percentual de ampliação nas exportações aplicados em ambos os modelos, têm-se que:

a) Com relação à (re) distribuição de renda entre os fatores de produção, ambos os modelos apresentaram as mesmas tendências, ou seja, houve claro benefício ao capital em detrimento do trabalho na maioria dos cenários apresentados.

b) No que se refere à balança comercial, o país foi largamente beneficiado, em qualquer das simulações de expansão nas exportações, obtendo-se superávit em todos os cenários utilizados.

Nas simulações aplicadas no modelo MCS e nas aplicadas no MAEG, os resultados foram bastante semelhantes, o que indica que uma política de expansão das exportações teria forte impacto na balança comercial, possibilitando saldo positivo e ampliação de divisas ao país.

Este cenário traduz os reflexos no mundo atual do crescimento das exportações, e em especial, do caso do setor agroindustrial. Ressalta-se, entretanto, que apesar da tendência que indica que os choques exógenos (ampliação das exportações) aplicados resultam em efeitos positivos e significativos na balança comercial brasileira, com relação à (re)distribuição de

renda, haverá de se destacar, todavia a pesquisa supracitada constatou que não houve melhoria significativa no padrão distributivo, visto que na maioria dos cenários, o capital foi o maior beneficiário.

O Jornal do Comércio veiculou matéria no dia 27 de maio do ano corrente, apresentando resultados da pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, que entrevistou 601 canavieiros, concluindo que o trabalhador da cana de açúcar não se beneficia da corrida pela produção do etanol.

Segundo essa matéria, grandes investimentos estão sendo realizados, mas a situação do trabalhador apresenta sinais de estagnação. A entressafra continua a se apresentar como um problema sério para as famílias dos canavieiros, pois não há trabalho fixo nesse período, havendo apenas serviços temporários e incertos. Na entressafra, a renda média das famílias do trabalhador da cana, segundo a pesquisa, cai de R\$ 622,28 para R\$ 294,74. Além disso, essa mão-de-obra não tem estudo e é mal qualificada, o que gera dificuldades para sua sobrevivência, principalmente durante esse período. (JORNAL DO COMÉRCIO, p. 06, 2007).

No dia 29 desse mesmo mês, o referido jornal veiculou outra matéria, onde o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco afirma que as usinas do Estado mantêm uma rede de benefícios para os canavieiros, financiando 125 escolas municipais, com oito mil alunos matriculados. Ainda, alega que as usinas contam com estruturas de lazer e esporte, bem como prestam assistência médica aos trabalhadores. (JORNAL DO COMÉRCIO, p. 06, 2007).

Essa afirmação parece destoar dos resultados da pesquisa e traz a seguinte reflexão: As usinas estão realmente investindo na melhoria das condições de vida dos trabalhadores que contribuem para a geração de sua riqueza patrimonial? Ou, por outro lado, estariam elas proporcionando a criação de um simulacro, ou de uma hiper-realidade? (BAUDRILLARD *apud* MATTESSICH, 2003).

A sociedade da informação em que vivemos exige a obtenção de conhecimento e quem não obtém fica excluído dos benefícios da modernidade e à margem das oportunidades de emprego. Dessa forma, o aumento do nível de escolaridade, a profissionalização e a educação continuada são necessidades prementes. Esse contexto de mundo do trabalho, apresenta-se como reflexo da rápida evolução tecnológica que tem rebatimento nas necessidades da sociedade e, conseqüentemente, no crescimento dos mercados, os quais ultrapassam barreiras e se disseminam por todo o mundo. No ambiente econômico brasileiro, isso se reflete na abertura da economia nacional, com a penetração das empresas estabelecidas em território nacional, em bolsas de valores internacionais.

Assim, explica-se a demanda existente no Brasil, para que haja a compatibilização da

linguagem contábil utilizada no exterior às práticas e procedimentos adotados nesse país, com o fim de melhorar a troca de informações com outros mercados.

Carvalho e Lemes (2007) afirmam que a contabilidade como fornecedora de informações para a tomada de decisões nunca esteve tão em foco, com implicações relevantes no mercado de capitais e nas finanças globais. Afirmam ainda que a confiança no sistema de informações contábeis é elemento essencial para assegurar que o mercado aloque capital eficientemente, com o objetivo de gerar emprego e renda, que seria, em última análise, o objetivo maior de toda sociedade organizada.

Por outro lado, frente a estas necessidades de melhoria de comunicação, surge no meio contábil uma visão de linguagem e comunicação, defendida por autores, cujos pensamentos encontram conforto na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Essa visão passa a ser denominada de Contabilidade Crítica. (LYYTINEN e KLEIN, 1985; ARRINGTON e PUXTY, 1991; BROADBENT et. al., 1991; CHUA e DEGELING, 1993; LODH e GAFFIKIN, 1997; SHAPIRO, 1998)

Alguns autores têm usado a teoria da linguagem de Habermas para examinar as conexões entre a contabilidade e a Teoria da Democracia, para explicar como a contabilidade interage com o mundo social e para desenvolver novos sistemas em direção a modelos normativos de argumentação racional. (LEHMAN, 2006)

Neste sentido, a contabilidade crítica a partir dos conceitos de linguagem comunicativa e ação emancipatória, compreendidos em Habermas, encara o processo de comunicação contábil como um processo de interação sujeito-sujeito, que além da geração de informação, contribui na emancipação do ambiente social dos usuários (encarados como sujeitos ativos) da contabilidade.

Assim, se de um lado tem-se a contabilidade com o desafio de atender à necessidade de convergência de normas Brasileiras e Internacionais de forma eficiente e eficaz, de outro, levanta-se a dúvida acerca de como tem evidenciado neste contexto de mercados internacionais, e aumento de exportações do agronegócio (tomado como exemplo), o impacto nas relações de emprego e renda dos trabalhadores envolvidos nesse processo. Dessa forma emerge, portanto, a seguinte pergunta: ***Quais seriam as contribuições da contabilidade, sob a visão da teoria crítica, para a emancipação dos trabalhadores de empresas que trabalham com exportações em um contexto de convergência das normas internacionais?***

Parametrizou-se, como objetivo geral do estudo em tela, demonstrar de que forma a contabilidade crítica, diante do contexto de convergência de normas internacionais, pode evidenciar impacto nas relações de emprego e renda no cenário de aumento das exportações, proporcionando um efeito emancipatório aos trabalhadores. Neste intuito, utilizou-se o caso do

impairment como exemplo prático para a análise. O proceder metodológico utilizado neste estudo foi o dedutivo, consubstanciado em pesquisa bibliográfica, utilizando-se de técnicas de documentação indireta, concatenada ao objetivo anteriormente estabelecido.

A discussão sobre mensuração contábil sob a óptica da contabilidade crítica pode proporcionar uma atuação diferenciada no que concerne a sua atividade emancipatória, em especial, frente às modificações que serão produzidas no âmbito nacional, com a obrigatoriedade de utilização das normas internacionais pelas companhias abertas.

2. METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho foi evidenciar de que forma poderá contribuir a contabilidade crítica para a emancipação dos trabalhadores de empresas que trabalham com exportações em um contexto de convergência internacional de normas contábeis.

Para tanto, o procedimento metodológico utilizado foi o dedutivo, consubstanciado em ampla pesquisa bibliográfica, utilizando-se de técnicas de documentação indireta, concatenada ao objetivo anteriormente estabelecido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O MUNDO GLOBALIZADO E O EMERGIR DE UM CENÁRIO DE CONVERGÊNCIA

Os casos de crime de escândalos contábeis que o mundo presenciou, a exemplo do ocorrido na Enron, trouxeram à tona a discussão sobre o papel da contabilidade diante das manipulações escusas das informações dos balanços de grandes empresas. Essa situação gerou muitas desconfianças, especialmente entre investidores, mas contribuiu para a aceleração da necessidade de uma adequação das normas de cada país a uma norma internacional.

Nesse sentido, afirma Levy Neto (2007) que esse movimento de adequação, ou convergência das normas contábeis tem como objetivo facilitar a comparação entre as empresas de todos os países, dar maior confiança aos investidores e financiadores e, com isto, diminuir o custo de capital das empresas, impulsionando o crescimento e o desenvolvimento com menos recursos.

Em substituição ao antigo International Accounting Standards Committee – IASC, surge o International Accounting Standards Board, IASB, sediado em Londres, com o objetivo de desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais, a fim de proporcionar trans-

parência e comparabilidade na elaboração de Demonstrações Contábeis que atendam a investidores, administradores, analistas, pesquisadores ou quaisquer outros usuários interessados em tais informações. (CFC, IBRACON, 2006).

Essa organização vem atuando desde 2001 e conseguiu aproveitar a maioria das antigas normas elaboradas pelo IASC, além de desenvolver outras, que somadas as primeiras, formaram um conjunto de normas e interpretações conhecidas por normas internacionais de contabilidade. (CFC, IBRACON, 2006).

Desde 2005, mais de 100 países já adotaram o IFRS como padrão contábil, destacando-se Canadá, Chile e Coréia do Sul. Em dezembro de 2005, a União Européia passou a adotar o IFRS e recentemente a SEC (CVM dos EUA) anunciou que passará a aceitar o IFRS como padrão para empresas estrangeiras e americanas que se listarem nas bolsas de valores do país. (ALVES, 2007).

Segundo Carvalho (2007), o Brasil é um dos mais atrasados nessa área, entretanto os obstáculos que impedem o alinhamento das práticas contábeis brasileiras em relação às internacionais estão sendo gradativamente removidos através da atualização da lei que rege o setor, fato que deve ocorrer ainda em 2007. O Banco Central e a CVM já se mobilizam no sentido de obter tal convergência.

Especialistas afirmam que se essa convergência não se efetivar, o Brasil corre o risco de perder investimentos e credibilidade internacional, por falta de aderência a um conjunto de alta qualidade de normas de preparo de balanços e de divulgação do desempenho empresarial. (CARVALHO *apud* ALVES, 2007).

Corroborando com essa tendência, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução CVM n° 457, de 13 de julho de 2007, em seu Art. 1° ordena:

Art. 1° As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, ainda, às demonstrações consolidadas do exercício anterior apresentadas para fins comparativos.

Importa registrar que já há um prazo legal para adoção das práticas internacionais e que o preâmbulo da instrução justifica a convergência na importância da necessidade de convergência entre as práticas contábeis brasileiras e as internacionais, seja em função do aumento da

transparência e da confiabilidade, seja por possibilitar, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas por menores custos.

Destaca ainda a referida instrução que os mercados e os reguladores de outros países e blocos internacionais, empenhados no processo de convergência, estão buscando, cada vez mais, desenvolver mecanismos restringindo o acesso daqueles países que ainda não adotaram ou se comprometeram com a adoção das normas contábeis internacionais, o que por sua vez se coaduna com o declarado na literatura.

3.2 HABERMAS E A AÇÃO COMUNICATIVA,

Considerando o foco deste estudo, cabe uma breve revisão de alguns conceitos da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas que se mostram importantes para a contextualização da denominada contabilidade crítica. Habermas descreve em sua Teoria da Ação Comunicativa, a inquietação no que concerne os efeitos do positivismo nas sociedades modernas, onde encontra-se em vigência uma razão técnica e instrumental.

Ele tem em mente uma sociedade composta de sujeitos capazes de interagir com base em acordos racionais e não na dominação de uns e na submissão de outros. Então, à razão instrumental, ele contrapõe a razão emancipatória. Esta surge, agora, como razão comunicativa.

De acordo com Habermas (1997, p. 418):

Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. Na medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa.

A ação comunicativa propõe ainda uma diferenciação entre os interesses humanos: interesse técnico (caracterizado pelo modo como a pessoa controla e manipula o seu ambiente, isto é, baseado em investigação empírica e governado por regras técnicas); interesse prático (que identifica interação humana social ou ação comunicativa, onde o critério de clarificação de condições para comunicação e intersubjetividade é usado para determinar o que é uma ação

apropriada) e o interesse emancipatório (que aduz ao fato do conhecimento ser obtido através de auto-emancipação, através da reflexão que conduz a uma consciência ou perspectiva de transformação), sendo este último o foco da teoria em questão.

No paradigma da comunicação proposto por Habermas, o sujeito não é mais definido exclusivamente como sendo aquele que se relaciona com objetos para conhecê-los ou para agir através deles e dominá-los, e sim, como aquele que, durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a interagir, entender e se fazer entender por outros sujeitos. (SIEBENEICHLER, 1989).

Portanto, a ação comunicativa é voltada para a compreensão, que é a capacidade dos sujeitos em entrarem em um consenso, realizando com isso, na concepção de Habermas, o ideal iluminista de emancipação humana no momento que há o entendimento mútuo e no entendimento livre do sujeito consigo mesmo. Logo, de acordo com Habermas *apud* Prestes (1997, p. 81) é necessário compreender:

Não é o conhecimento ou submissão de uma natureza objetivada tomados em si mesmos, senão a intersubjetividade do entendimento possível, tanto no plano interpessoal, como no plano intrapsíquico. O foco se desloca então de uma racionalidade cognitivo-instrumental a uma racionalidade comunicativa.

Nesse sentido, a proposta da teoria habermasiana se abriga na quebra do paradigma instrumental, onde o processo comunicativo ou processo educativo é visto como mera transmissão de conhecimentos, passando a ser posto como uma construção e reconstrução do conhecimento, baseado numa visão do todo, inserido em tudo. Com isso, proporcionando uma emancipação do sujeito, onde outrora estava arraigado à razão instrumental, que o privava dessa construção global do conhecimento.

Apropriando-se dos conceitos da ação comunicativa, a contabilidade crítica passaria a analisar as situações e evidenciar os fatos contábeis de forma a contribuir na inserção dos atores envolvidos, proporcionando-lhes emancipação no contexto em que estão envolvidos.

3.3 ANÁLISE DE UMA SITUAÇÃO PRÁTICA A LUZ DA TEORIA CRÍTICA

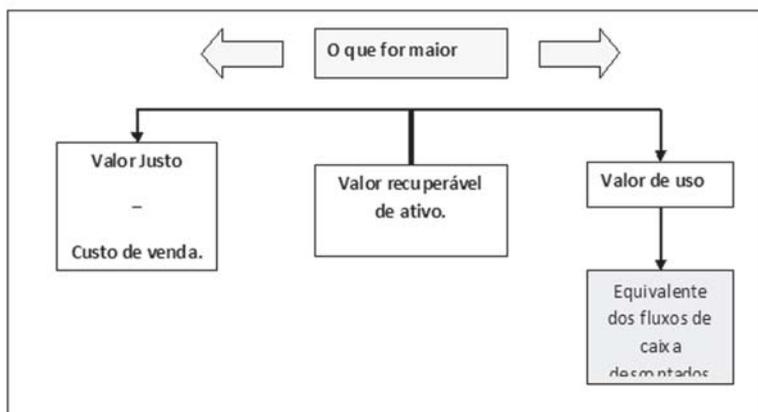
Considerando o objetivo deste estudo, destaca-se a seguir o caso do *impairment*, no qual se observam as diferenças entre a aplicação das normas brasileiras e das internacionais, sugerindo-se o que seria a posição da contabilidade crítica.

Redução no valor recuperável de ativos (*impairment*)

Descrição do caso de estudo: Determinada Usina de cana de açúcar possui em seu ativo um gerador de alta tensão utilizado no processo de fabricação do etanol. Esse ativo está registrado atualmente ao valor de \$ 1.000.000,00.

O diretor de produção está pensando na possibilidade de venda e estima que o mercado paga em média \$800.000,00. Os custos de venda são imateriais, no presente caso. O seu valor de uso calculado corresponde a \$ 850.000,00. Dessa forma, como será o registro do valor recuperável desse ativo?

Conceito: O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor de uso e o seu valor justo subtraído do custo de sua venda. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos derivados do uso contínuo do ativo até o final de sua vida útil). A taxa de desconto deve refletir um prêmio de mercado apropriado para os riscos inerentes aos fluxos de caixa.



Quando o valor residual contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, a entidade deverá reconhecer uma redução no saldo contábil deste ativo (*impairment*).

Para os ativos registrados pelo valor de custo, a redução no valor recuperável deve ser registrada no resultado do período. Para os ativos reavaliados, a redução deverá ser registrada em conta de reserva de reavaliação.

No exemplo supracitado, o valor recuperável será considerado o valor de uso de \$850.000,00, pois é maior do que o preço de venda (a valor de mercado, correspondente ao valor justo, menos o custo de venda). Assim, é lançada no resultado do exercício a perda de

\$150.000, pois o Ativo anteriormente registrado a \$1.000.000, foi reduzido para \$850.000.

b) Entendimento pela Norma Nacional - NPC 24 – IBRACON, NPC 7 IBRACON, Pronunciamento VIII do IBRACON, NBCT 4, NBCT 19.6.

Como não há uma metodologia definida para medição do valor em uso, não sendo obrigatório o cálculo de fluxos de caixa líquidos descontados, apesar de ser o método recomendável, o registro só seria realizado em uma eventual reavaliação.

A Resolução CFC no.1.110 de 07/12/2007 Originária do Pronunciamento Técnico CPC nº 01

O Pronunciamento Técnico CPC 01, que foi objeto de audiência pública no âmbito do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, foi adotada pelo Conselho Federal de Contabilidade como Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT 19.10 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos) através da Resolução CFC no.1.110 de 07/12/2007.

Considerando a publicação da Deliberação CVM nº 520, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre a audiência pública e a aceitação pela CVM dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, ser este o primeiro pronunciamento técnico a ser emitido pelo CPC, julgou-se apropriado e coerente com o processo de discussão pública dos pronunciamentos contábeis a serem adotados, iniciar, desde o primeiro pronunciamento, o processo de audiências públicas conjuntas entre o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é definir procedimentos, visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.

O Pronunciamento aplica-se a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agro-pecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. No caso de pronunciamento específico que trate da matéria para alguma classe de ativos em particular, prevalecerá essa determinação específica.

A entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos, porventura, perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a eventual desvalorização dos ativos.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o valor contábil, a diferença existente entre

esses valores deve ser ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período. No caso de ativos reavaliados, o montante da redução deve reverter uma reavaliação anterior, sendo debitado em reserva no patrimônio líquido. Caso essa reserva seja insuficiente, o excesso deverá ser contabilizado no resultado do Período.

Após o reconhecimento da provisão para perdas, a despesa de depreciação, amortização e exaustão dos ativos desvalorizados deve ser calculada em períodos futuros pelo novo valor contábil apurado, ajustado ao período de sua vida útil remanescente.

A entidade deve avaliar na data de encerramento do período social se há alguma indicação, com base nas fontes externas e internas de informação, de que uma perda reconhecida em anos anteriores deva ser reduzida ou eliminada. Em caso positivo, a provisão constituída deve ser revertida total ou parcialmente a crédito do resultado do período, desde que anteriormente a ele debitada; nos casos em que tenha sido debitada a reserva de reavaliação, esta deverá ser recomposta. Não se aplica a reversão no caso de perda no ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

c) Contribuições da Contabilidade Crítica

Um ponto favorável da norma internacional é a possibilidade de reavaliação instantânea em confronto com a norma brasileira, onde a reavaliação é um processo mais demorado, entretanto, subsiste o problema de mensuração do valor justo e do valor de uso, que são utilizados para obter-se o valor recuperável.

Nesse caso, a perda imediatamente reconhecida seria levada a resultado, afetando o lucro final distribuível. No que respeita a Demonstração do efeito no resultado, proceder-se-ia similarmente ao que foi discutido quanto aos estoques. Já no ativo, o bem ficaria registrado conforme se segue:

Bens

Gerador de Alta Tensão	\$ 1.000.000,00
(-) Provisão para Perda de Conversão	\$(150.000,00)
(=) Valor líquido realizável	\$ 850.000,00

Cabe ainda, em forma de Notas Explicativas direcionadas aos empregados, informar que a redução do valor recuperável desse ativo impactará negativamente no resultado da empresa (irá direto ao resultado) e, conseqüentemente, na parcela de participação de lucro dos empre-

gados e em possíveis benefícios diretos e indiretos à época do dissídio da categoria.

Nesse sentido, a atuação da contabilidade crítica deve deixar claro que futuras negociações trabalhistas, por exemplo, poderão ser impactadas pelo resultado que foi influenciado pelo *impairment*.

3.4 DEMONSTRATIVOS E EVIDENCIAÇÃO – UMA ANÁLISE CRÍTICA

De uma forma geral, demonstra-se a seguir um quadro resumo comparativo das demonstrações, no caso das normas internacionais e no caso das normas brasileiras.

Normas Internacionais	Normas Brasileiras
<ul style="list-style-type: none">• Balanço Patrimonial, segregado em ativos e passivos correntes e não corrente, ou em ordem, de liquidez.• Mutações do Patrimônio Líquido• Demonstração do Resultado 1. Conforme a Natureza da 2. Conta; 2. Conforme a Função;• Demonstração do Fluxo de Caixa• Apresentação de Demonstrações Contábeis Comparativas são obrigatórias	<ul style="list-style-type: none">• Balanço Patrimonial, em ordem de liquidez.• Mutações do Patrimônio Líquido• Demonstração do Resultado• Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos• Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Desse quadro resumo, bem como do caso hipotético discutido, percebe-se que na forma como se apresentam hoje, os demonstrativos não atendem satisfatoriamente às necessidades de evidenciação, em especial, quando tratados os impactos sociais no contexto de emprego e renda e aumento de exportações, no caso em estudo.

Autores há que entendem, por seu turno, que o Balanço Social – não previsto na norma internacional - seria um esforço neste sentido, haja vista que trata das informações que demonstram o perfil social da empresa. Assim, IUDÍCIBUS e MARION (2001, p. 25) definem Balanço Social, como sendo o:

“relatório que contém dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente”.

Desta conceituação, depreende-se que o objetivo deste demonstrativo é evidenciar a atuação da empresa, tratando informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho, de forma a propiciar uma participação social e econômica da empresa em seu ambiente de atuação, tendo em vista que se sujeita a atender as necessidades de informação de um número maior de atores, dentre os quais, empregados, fornecedores, consumidores e comunidade.

Cabe, entretanto, uma crítica à norma brasileira que define o modelo de Balanço Social, conforme hoje é utilizado, qual seja a de que exige informações vagas, como por exemplo, quanto foi gasto com salários, informação que faria sentido se comparada com outra empresa do setor. Gastos com cultura, educação e saúde são importantes, porém mais importante é quantificar, ou mensurar, a melhoria dos empregados quanto à cultura, educação e saúde. Dessa forma, além dos valores, seria necessário mensurar e divulgar a melhoria da qualidade da relação da empresa com os empregados.

4. CONCLUSÃO

Diante do caso em estudo, em cenário positivo produzido pelo aumento das exportações, especialmente no que diz respeito ao aumento do emprego e melhoria na balança comercial, o processo de convergência de normas demonstra ser uma solução para o processo de comunicação da informação contábil.

Entretanto, partindo do pressuposto emancipatório que a contabilidade deve assumir, considerando-se os conceitos defendidos pela Teoria Habermasiana aplicada à contabilidade, em um contexto de mensuração e evidenciação destes impactos das exportações de álcool e açúcar, por exemplo, outras seriam as preocupações e outros seriam os aspectos necessários a serem abordados pela contabilidade, como a melhor evidenciação contábil dos efeitos destes eventos nas vidas dos trabalhadores.

Neste sentido, a contabilidade crítica inclui no objeto de mensuração, por exemplo, a evidenciação da melhoria no nível de instrução dos trabalhadores das usinas exportadoras, ou a evolução da renda individual destes trabalhadores, ou ainda o grau de permanência no traba-

lho, ou o grau de passivos trabalhistas, de forma a indicar que impactos sociais permeiam diretamente as atividades da empresa e merecem ser evidenciados.

Há de se destacar que esta função da contabilidade crítica reside na obrigação de proporcionar, através de seus demonstrativos, a ação comunicativa, e para isto, promover o processo emancipatório através da inclusão (neste caso dos trabalhadores das usinas exportadoras) por meio da informação contábil. Cabe registrar um instrumento que poderia ser utilizado seria o próprio balanço social, utilizado com algumas alterações necessárias, tendo em vista que as informações exigidas pela norma não contemplam a mensuração dos impactos acima descritos.

Dessa forma, pode-se concluir que a contabilidade crítica pode contribuir para uma relação de emprego e renda de forma emancipatória, mensurando e evidenciando o impacto do aumento das exportações das empresas na vida dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. **Brasil tenta reduzir atraso nos padrões contábeis**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 29 jun 2007.

ARAGÃO, L.M.C. **Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

ARRINGTON, E.; PUXTY, A., Accounting, Interests and Rationality: A communicative relation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 2, p. 31-58, 1991.

BROADBENT, J., et. al., Recent Financial and Administrative Changes in the NHS: A critical theory analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 2, p. 01-29, 1991.

CAMUS, A. **Ensaio sobre o absurdo**. Editora Guanabara, 1989.

CARVALHO, L.N.; e LEMES, S. **Identificação do nível de harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais do IASB**. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0377_Artigo%20IAM%202003.pdf>. Acesso em 26 jun 2007.

CHUA, W.F. e DEGELING, P. Interrogating an Accounting Based Intervention on Three Axes: Instrumental, Moral and Aesthetic. **Accounting, Organization and Society**, p. 291-318, 1993.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 01. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 08 jul 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.** — São Paulo: Ibracon, 2006.

COSTA, C. C. et al. **Impacto de alterações nas exportações de açúcar e álcool nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste sobre a economia do Brasil.** RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 04, p. 609-627, out-dez 2006.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos.** 3ªed. Madrid: Cátedra, 1997.

_____. **Passado como futuro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

IUDÍCIBUS, S.de;MARION, J.C. **Dicionário de Termos de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

JORNAL DO COMMERCIO. **Etanol não beneficia canavieiro.** Recife, 27 maio 2007. Caderno Economia.

_____. **Síndiaçúcar diz que financia capacitação de trabalhador.** Recife, 29 maio 2007. Caderno Economia.

LEHMAN, G. Perspectives on language, accountability and critical accounting: An interpretative perspective. **Critical Perspectives on Accounting**. v. 17, p. 755-779, 2006.

LEVY NETO, H.R. **As conseqüências da padronização das normas contábeis na governança corporativa e na vida financeira das empresas brasileiras e o papel do CPC.** Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> . Acesso em 29 jun 2007.

LODH, Sudhir C. e GAFFITIKIN, Michael J. R. Critical Studies in Accounting Research, Rationality and Habermas: A methodological reflection. **Critical Perspectives on Accounting** v. 8, p. 433-474, 1997.

LYYTINEN, K. J. e KLEIN, H. K. The Critical Theory of Jurgen Habermas as a Basis for a Theory of Information Systems. **Research Methods In Information Systems**, p. 219 – 236, 1985.

MARQUES, N. A. et. al. **Efeitos da ampliação das exportações agropecuárias e agroindustriais na balança comercial e (re)distribuição da renda: uma análise de equilíbrio geral.** RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 413-435, jul/set 2006 – Impressa em setembro 2006.

MATTESSICH, R. Accounting representation and the onion model of reality: a comparison with Baudrillard's orders of simulacra and his hyperreality. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28 n. 5; p. 443-470, 2003.

PRESTES, N. H. **Educação e racionalidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional.** 2 ed. Petrópolis: Editora vozes, 2001, p. 82.

SHAPIRO, B. Toward a normative model of rational argumentation for critical accounting discussions. **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, p. 641-663, 1998.

SIEBENEICHLER, F. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ZANELLI, J.C.; ANDRADE, J.E.B.; e BASTOS, A.V.B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: ARTMED EDITORAAS, 2004.

A VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA A MULHER EM PROVÉRBIOS E MÚSICAS

*Fábio Rafael Soares da Silva**
phabio.rafael@hotmail.com

*Maria Lúcia de Sant'ana Nascimento***
luciasantanacontatos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute a violência verbal contra as mulheres. De 2002 a 2005, registraram-se, pelo menos, 1.193 assassinatos de mulheres em Pernambuco (ANISTIA, 2007). Isto não resultaria da educação machista, inspirada em, por exemplo, provérbios e músicas que denigrem e discriminam a mulher? Objetivamos, na primeira parte da pesquisa, aplicar um questionário a 45 mulheres de um movimento social, em Recife e, na segunda, analisar um corpus de sete músicas de brega, funk e forró. Investigamos a possibilidade de as mulheres serem vítimas de agressão verbal. Para a análise das músicas, adotamos a concepção sociointeracionista de linguagem como ação humana significativa, situada, resultante da socialização (BRONCKART, 1999). Consideramos as vozes enunciativas - neutra, do autor empírico, das personagens e sociais - e a teoria dos atos de fala e de escritura (Searle apud Kato, 1998). O texto é entendido como “ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa e formal” (COSTA VAL, 1994), que possui princípios pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade) e lingüísticos (coerência e coesão). Constatamos, nas letras de músicas, o recorrente jogo da ambigüidade de cunho erótico, na voz masculina e feminina. Os elementos coesivos, ora apenas estabelecem conexões, como no caso da pronominalização e da elipse, ora carregam um teor ideológico, através do uso de expressões nominais indefinidas e definidas. Estas coisificam, animalizam e depreciam a figura feminina. Aparentemente ingênuas, tais letras contribuem para enraizar a idéia de inferioridade em relação às mulheres, imposta pela sociedade onde ainda os homens dominam.

* Graduando em Letras pela FOCCA – Faculdade de Olinda.

** Mestra em Lingüística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em Letras (UFPE).

PALAVRAS-CHAVE

Mulher. Músicas. Provérbios. Referenciação. Violência Verbal.

ABSTRACT

The present paper claims the sexist (“machismo”) at several cultural heritage such music, poem, and cultural movements in Brazil have helped to raise statistics on violence against woman. The authors also analyze several songs that can present dual meanings on woman and their sensuality that, according to the authors can also help the statistics.

KEYWORDS

Women. Sexist. Violence. Sexual Abuse.

1. INTRODUÇÃO

Entre 2002 e 2005 foram mortas 1.193 mulheres em Pernambuco. Conforme o SOS Corpo, ocorreram 155 assassinatos de janeiro a maio deste ano. Entre as denúncias, o documento de lideranças da Mata Sul do Estado assegura serem os números ainda maiores. Eliane Nascimento, integrante do Fórum de Mulheres, revela que “de janeiro a março, o 10º Batalhão da Polícia Militar, que cobre 18 municípios da Mata Sul, teria anotado 75 homicídios contra mulheres” (ANISTIA, 2007). Não seria a violência contra mulheres consequência da educação machista, inspirada em comentários do dia-a-dia, nos quais quem vale e tem poder é o homem?

Algo, muitas vezes, passa despercebido: as frases machistas. Provérbios, ditos populares e músicas denigrem a figura feminina, em versos como “toma gostosa lapada na rachada”, “quem vai querer a minha periquita”, “só as cachorras, as preparadas, as popozudas”. Em pesquisa por mim co-realizada, dados impressionam: de 45 mulheres, 36 ouviram comentários machistas. Desta, surgiram as seguintes indagações: Para as mulheres, a agressão verbal resulta em agressão física? Qual a postura feminina diante de frases machistas? Linguisticamente, tal discriminação é uma forma de violência, já que a língua é concebida como ação verbal e prática social, carregando, assim, carga ideológica. Nesta perspectiva, o presente estudo busca combater o modo como a mulher, infelizmente, ainda é vista no século XXI: como objeto criticado por mau uso e descartado, quebrado por insatisfação masculina.

2. A VIOLÊNCIA VERBAL EM PROVÉRBIOS

Qual a origem desta violência? Em pesquisa de minha co-autoria (CALADO, 2007), levantamos e investigamos as seguintes questões: As mulheres são vítimas de agressão verbal, comentários e frases machistas de companheiros? Aceitam o provérbio “Briga de marido e mulher ninguém mete a colher”? Denunciam agressão sofrida por outra? Como se posicionam diante de músicas e frases machistas? Tomam atitude machista consigo mesmas? Concordam com a frase “Por trás de um grande homem existe uma grande mulher”? E o que sugerem diante de frases do tipo?

O Aurélio (2001) traz os verbetes: Dito adj. 1. Que se disse. sm. 2. Palavra ou frase. 3. O que se disse. 4. V. provérbio. 5. Mexerico, enredo; Popular adj2g. 1. Do, ou próprio do povo, ou feito por ele. 2. Simpático ao povo. 3. Vulgar, trivial. (...); Provérbio s.m. Sentença (1) de caráter prático e popular, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens; máxima, dito, ditado, refrão, rifão, prolóquio, anexim, adágio. De meras frases consideradas banais, inofensivas e aceitáveis, elas geram imagens preconceituosas. Sem mesmo concluir a sentença “mulher só nasceu para...”, já desenhamos uma figura inferiorizada.

Das 45 participantes da pesquisa, 36 ouviram frase machista. Assim, a sociedade, com seus bordões, humor e educação machista, contribui para a violência física, já que a força do homem e a inferioridade feminina estão explícitas em tais ditos. Das mulheres que responderam terem ouvido comentários machistas, 15 citaram “Mulher no volante é perigo constante”; 15, “Mulher só nasceu para cozinhar”; 8, “Comigo mulher tem roupa, mesa e cama: roupa pra lavar, mesa pra pôr comida e cama pra forrar” e 3, “Mulher só aprende a contar até seis porque não existe fogão de mais bocas”. Em outras palavras, mulher é um desastre dirigindo, mas um sucesso quando cozinha para o marido. Sobre isto, pesquisas norte-americanas e inglesas revelam que 75% dos acidentes envolvem homens, conforme Marín-León (2003).

Uma frase machista pode ser proferida por qualquer indivíduo. E quando essa pessoa é o próprio companheiro? As respostas dadas a essa questão foram: 18 mulheres escutaram diretamente de seu companheiro (marido, namorado) um comentário machista; 26 não ouviram e apenas 1 não respondeu. Nesse quadro, fica clara a disseminação do machismo, isso apenas em se tratando de frases, já que as músicas serão analisadas mais adiante. Assim, a maioria das mulheres declarou sofrer agressão verbal, mesmo de cunho humorístico e a minoria revelou que seus parceiros usaram do “provérbio” machista para colocarem-na em situação inferior. A seguir, apresentamos uma tabela com as respostas das informantes:

Provérbios	Sim	Não	Não respondeu
Mulheres que escutaram do companheiro frase machista.	18	26	01
Mulheres que concordam com a frase “Briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.	24	09	-
Mulheres que denunciariam caso uma conhecida sua fosse agredida.	33	10	02
Mulheres que já tomaram alguma atitude machista consigo mesmas.	17	26	02
Mulheres que concordam com a frase “Por trás de um grande homem existe uma grande mulher”.	22	22	01

A conhecida frase “Briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é interpretada quanto à intromissão em brigas de casais ou com relação ao desrespeito, à inoperância da lei e da sociedade diante do fato de uma mulher ser agredida e não poder contar com algum tipo de ajuda. Essa questão é fundamental, pois atesta a significativa omissão feminina frente aos atos violentos sofridos por outras mulheres. Qual o motivo de tal atitude? Pela tabela acima, aumentam a quantidade de mulheres preocupadas em denunciar um ato violento contra outra.

Em atitudes dessas mulheres, também surgem comentários machistas e agressivos. Acostumadas à submissão, acham natural servir a parceiros, irmãos. Bastante difundida, a frase “Por trás de um grande homem existe uma grande mulher” é interpretada positivamente, e não com teor de desvalorização. Afinal, esse provérbio não coloca a mulher em pé de igualdade com o homem, e sim, como um suporte para que ele seja bem-sucedido. Não seria o caso de ambos andarem lado a lado? Uma retrospectiva histórica atesta que hoje, diferente de décadas atrás, ela assume outros papéis, além da função de dona de casa, mãe e esposa cativa.

Com relação à opinião das mulheres diante de músicas que as desvalorizam, como “só as cachorras, as preparadas, as popozudas”, constatamos que 29 acham péssimas essas músicas, 14 consideram ruins e 2 declaram que são boas. É preocupante saber que uma parcela, mesmo pequena, de mulheres acha essas músicas boas e as escuta sem perceber o quanto ofendem a sua imagem. É válido lembrar que elas cantam, dançam e frequentam shows de tais músicas. Diante de uma frase machista, 1 mulher disse aceitá-la calada, 6 revelam não aceitar e 38 afirmam que não aceitam e ainda reclamam.

Foram citadas várias soluções para se combater a violência verbal contra as mulheres: não comprar Cds com músicas que denigram a imagem feminina; não pedir tais músicas nas rádios; educar, desde pequenos, os filhos para não serem machistas; não dar atenção aos homens preconceituosos; criar leis contra esse tipo de comentário; censurar músicas; informar as mulheres de que certas letras de músicas não são construtivas; tentar construir uma sociedade de direitos iguais a todos e todas e não tornar cultural esse tipo de violência. Leis contra esse tipo de preconceito já foram criadas, mas, como em outros casos, não são cumpridas. De uma forma geral, a censura, por sua vez, vai de encontro à liberdade de expressão.

Defendemos que as mulheres tenham acesso a mais informações, esclarecimentos e discussões sobre seus direitos, para que se conscientizem de seu verdadeiro valor. Do contrário, quanto mais se desvalorizarem, menos espaço elas terão na sociedade. Acreditamos também que o combate à educação machista, ao patriarcalismo, no qual o macho impõe decisões, à idéia de violência cultural, ao comércio que anuncia o produto “mulher”, às manifestações e temas preconceituosos em qualquer âmbito, além da participação em movimentos de enfrentamento da violência feminina, são medidas que certamente minimizarão o problema em questão.

Constatamos que a maioria das mulheres sofre com comentários machistas e que, mesmo aparentemente inofensivos, podem desdobrar-se em agressões físicas. A maioria se impõe e reprova as músicas que as tratam como objeto. Atitudes como estas se enraizaram na sociedade, onde muitas mulheres se acostumaram com o machismo e aceitam que certas tarefas foram destinadas a elas (ROLLEMBERG, 2007). Muitas vezes, até proibem o marido ou filho de as ajudarem na cozinha, por exemplo.

3. A VIOLÊNCIA VERBAL EM MÚSICAS

Segundo Bronckart (1999, p. 13), o sociointeracionismo trata a linguagem como ação humana situada, em que as propriedades estruturais e funcionais resultam da socialização, da interação entre os componentes da sociedade. O autor considera tanto a condição externa de produção quanto a arquitetura interna do texto, cujas camadas superpostas são: a infra-estrutura geral (organização do conteúdo temático), os mecanismos de textualização (coesão) e os mecanismos enunciativos (vozes e modalização). Na voz neutra, ocorre a instância geral do enunciado. Na voz do autor empírico, quem produz a enunciação, comenta e avalia. As vozes das personagens são tanto de seres humanos, quanto humanizados (fábulas, contos de fadas). Pelas vozes sociais, o autor atribui aos indivíduos da sociedade exteriores ao texto o posicionamento acerca do que ocorre, segundo fórmulas (segundo, conforme, de acordo com).

Adotamos a concepção de língua(gem) enquanto ação verbal, cabendo retomar a teoria dos atos de fala e de escritura, de Searle (apud KATO, 1998, p. 45-48). Em “Mulher é tudo cachorra”, a agressão realiza-se por meio de um ato verbal, cuja força ilocucionária, isto é, a intenção de quem se expressa é denegrir a imagem feminina. Essa intenção pode vir explicitada por um verbo performativo, como em “Ele ameaçou matar a mulher que o trair”. Os atos verbais podem ser locutórios, ilocutórios e perlocutórios. Quando informamos, realizamos o ato locutório. Por exemplo: “As pernambucanas sofrem cada dia mais com a violência dos companheiros”. Em “Na relação apenas eu, o homem da casa, devo trabalhar para sustentar minha

mulher”, fala-se e, simultaneamente, realiza-se um ato ilocutório. Os atos perlocutórios referem-se às ações em que o falante diz e faz esperando uma ação do outro, como, por exemplo, em “Cala essa boca mulher, pois mulher boa é mulher calada”.

O texto é entendido como “ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa e formal” (COSTA VAL, 1994, p. 3). Seus princípios pragmáticos são: intencionalidade e aceitabilidade (referentes aos protagonistas da comunicação), situacionalidade (meio ao qual o texto se adequará), informatividade (conhecimento passado ao leitor) e intertextualidade (retomada de outros textos).

A coerência e a coesão são princípios lingüísticos do texto. A primeira é o sentido e “envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivo, na medida em que depende do partilhar de conhecimentos entre interlocutores” (Idem, p. 5). A coesão conecta o texto com mecanismos gramaticais e lexicais. A coerência é condição para reconhecer-se um texto, mas a coesão é desejável por facilitar o trabalho do leitor. Ao introduzir uma entidade textual, dá-se a referenciação por repetição, elipse, pronomes, numerais. Koch & Elias (2006, p. 123) afirmam que “quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial”. Não são apenas rotulações do que vemos na realidade, desenvolve-se no discurso abarcado à nossa percepção de mundo, visão da sociedade, crenças e costumes. Isto se revela quando a mídia, pela propaganda ou música, por exemplo, denigre a figura da mulher, já que precisa conhecê-la (ou inventá-la) para banalizá-la e criticá-la sob uma ótica machista.

Não se entende aqui a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como simples representação extencional de referentes do mundo extramental: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural (KOCH, 2003, p. 79).

No processo de referenciação, há três estratégias, conforme Koch & Elias (2006, p. 125-26). A introdução (ou construção) em que os “objetos” ainda não citados no texto são introduzidos e evidenciados. A retomada (ou manutenção) em que se reativa o “objeto” a ser novamente enfocado. A desfocalização introduz um “objeto-de-discurso” não citado que passa a ser o foco. Deixa-se disponível o outro objeto, colocado em stand by, em ativação parcial. Com isso, o leitor/ouvinte adapta-se e forma uma gradativa visualização do referente.

Koch & Marcuschi (apud KOCH, 2003, p. 84) relacionam referir, remeter e retomar: 1) retomada implica remissão e referenciação; 2) remissão implica referenciação e não necessariamente retomada e 3) referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada. Nas retomadas “estratégias permitem a construção, no texto, de cadeias referenciais” (Ibidem, p. 85), informando e criando a imagem do referente com pronomes ou elipses (pronome nulo) e expressões nominais definidas e indefinidas. Essas últimas não se limitam à conexão. Essenciais na construção das entidades textuais, comportam carga semântica e ideológica, agregando informações ao referente no decorrer do texto.

As expressões nominais definidas possuem artigo definido ou pronome demonstrativo, mais nome e enfatizam uma informação, como em “Essa mulher é cachorra”. Já “as expressões nominais introduzidas por artigo indefinido não são normalmente adequadas para a retomada de referentes já introduzidos no texto” (Koch, 2003, p. 104). Porém, são usadas com essa função, tanto enfatizando, quanto denegrindo a figura feminina: “Ela dirige bem, mas é uma mulher”. Vejamos um exemplo de cadeia coesiva no texto abaixo:

O papel da mulher na sociedade brasileira (Rita de Cássia Correia)

A mulher é considerada pelo homem como objeto de cama e mesa, apesar de os poetas a terem divinizado (clássicos platônicos e românticos) e apesar do folclore nacional mais ou menos cínico: “em mulher não se bate nem com uma flor.” Tudo isso está dentro do contexto machista, que fala da mulher como de seu objeto preferido, nada mais.

No Brasil não é diferente. As leis, o dia-a-dia da mulher em casa, na rua ou no trabalho, tudo revela que a mulher é inferior ao homem. Pela lei brasileira, os sexos são desiguais: o macho vale, a fêmea não. É o marido que dá nome para a mulher, é o marido que é o chefe da família, é o marido que é a cabeça do casal e administra os bens comuns, é o marido que diz onde a família deve morar. Pelas nossas leis, o homem pode anular o casamento, se provar que a mulher não era virgem quando casou. Agora, o machão pode ter tido todas as experiências sexuais, que isso a lei permite.

Na rua, as mulheres estão servindo de prostitutas, vendendo seu corpo, sendo violentadas e assassinadas. O comércio progrida vendendo o artigo: a carne da mulher. Nas fábricas e escritórios ? ganham menos que os homens mesmo fazendo serviço igual. Sem contar que o homem é sempre preferido, pois não dá à luz e assim não interrompe o trabalho.

As mulheres brasileiras ainda não estão conscientes de sua situação de inferioridade. Aceitam e defendem os machões dizendo: sempre foi assim, e assim deve continuar.

O referente “a mulher” é retomado por repetição (mulher, a mulher, as mulheres), pronominalização (a, seu, sua) ou elipse (?), funcionando como conectivos. Já as expressões “a fêmea”, “a carne da mulher” e “as mulheres brasileiras” também agregam informações ao referente. A cadeia coesiva pode possuir vários referentes que perpassam o texto (a mulher, o homem) ou não (nacional, o Brasil, brasileira, nossas; as leis, a lei). “Os sexos” refere-se “a mulher” e “o homem” – retomado por “machista”, “machão”, em uma crítica ao patriarcalismo.

A seguir serão identificados, descritos e categorizados os mecanismos de coesão presentes em músicas de brega, funk e forró (textos 1, 2, 3, 4 e 5) que têm como tema a mulher, cuja imagem é agredida em um tipo de violência considerada verbal. Nessa análise, também adotaremos a teoria dos atos de fala e de escritura, por se tratar de ações de agressão por meio da palavra, e das vozes enunciativas: a voz neutra, a voz do autor empírico, as vozes das personagens e as vozes sociais.

TEXTO 1 - Coelhoinho (Saia Rodada)

Ô minha prima, o que é que tem nesse coelhoinho que todo mundo quer pegar, mulher.

É que ele é bem fofinho e bem bonitinho, primo.

A minha prima tá criando um bicho, o bicho é cabeludo e é muito bonito.

Aí todo mundo quer pegar no bicho, porque o bicho dela é um coelhoinho.

O meu vizinho que é muito atrevido, já anda falando que vai comer o bicho.

A minha prima não sai mais de casa, não quer fazer nada, só agarrada no bicho.

É o seu vizinho que quer comer meu cuelhoinho, é o seu vizinho que quer comer meu aaii.

Ô minha prima se acalma deixa eu segurar o bicho, eita coisa boa.

Ô primo não deixa o seu vizinho comer meu coelhoinho não.

Em primeiro lugar, destacamos que a música “Coelhoinho” faz um intertexto com outra, de domínio popular (“Cuelhinho, se eu fosse como tu, tirava a mão do bolso e botava no cu-e-lhi-nho, se eu fosse(...”), cuja intenção é jogar com o duplo sentido, a ambigüidade aparentemente ingênua, mas intencionalmente sexual. Contudo, o texto 1 tem como alvo a mulher. Notam-se as vozes de uma mulher, que é personagem, e de um homem, que ora é personagem, usando o vocativo “mulher”, “Ô minha prima se acalma...” ora é o autor empírico identificado pelo emprego da terceira pessoa (“A minha prima tá...”). Quanto à referenciação, identificamos os elementos “(a) minha prima”, “mulher” e “dela”, que apenas estabelecem conexões.

Quando se refere ao “coelhinho” (ele, bicho), o homem banaliza os órgãos genitais femininos, e, o que é pior, com a cumplicidade feminina, o que pode ser comprovado pelo verso: “É o seu vizinho (todo mundo e o próprio primo) que quer comer meu coelhinho”. Assim, a agressão verbal contra a mulher torna-se “democrática” a partir do momento em que, para suprir o mercado popular com músicas de fácil assimilação, dividem-se o preconceito e a trivialidade quanto à figura feminina.

TEXTO 2 - Mulher boa é minha mãe (Saia Rodada)

A mulher boa é minha mãe,
Gostosa é minha vizinha, pense numa mulher galinha,
Todos querem lhe traçar, todo dia é um macho, é um caba diferente.
Pense numa mulher bonita, e quero ir, mas tenho medo e nós temos um segredo,
Eu vejo ela se acabar... E no gemido vai, aiiiiii aiiiiii,
E a covardinha atrás, e no gemido vem, aiiiiii aiiiiii,
E dá janela eu quase caiu.

No texto 2, encontramos apenas a voz masculina do autor empírico. “Minha vizinha” é o referente textual para os pronomes *lhe*, *ela*, *nós*, que funcionam como mecanismos coesivos. Já nas expressões nominais indefinidas e definidas, respectivamente, “uma mulher bonita”, “uma mulher galinha”, “a covardinha”, nota-se, além das retomadas, o estado de coisificação, animalização e depreciação da figura feminina. Em síntese, a “paixão” masculina configura-se de forma agressiva. Vale ressaltar que a imagem da mulher só é valorizada quando esta assume o papel de mãe: “A mulher boa é minha mãe”, no mais é objeto de desejo sexual (“Todos querem lhe traçar, todo dia é um macho, é um caba diferente”), evidenciado pelos gemidos, recurso muito freqüente no referido estilo musical e presente em ambos os textos analisados.

TEXTO 3 - Periquita (Banda Lapada)

Uma águia passou pelo meu quintal, um vento muito forte querendo namorar.
Acho que tá querendo a minha piriquita, que há muito tempo estou doida pra dar.
Já passou uma semana e essa águia sumiu, eu não ouvi o grito dela por aqui.
O que que eu faço pra dar minha piriquita, que há muito tempo não dá uma puladinha.
Quem vai querer a minha piriquita A minha piriquita A minha piriquita

O autor empírico fala no terceiro texto, na voz da mulher, comprovado pelo verso “O que eu faço pra dar minha piriquita”, entre outros. A mulher é retomada por pronominalização em “meu”, “minha” e “eu” e por elipse em “?estou doida”. Nos segmentos “?estou doida pra dar”, “O que que eu faço pra dar minha piriquita, que há muito tempo não dá uma puladinha”, “Quem vai querer a minha piriquita?”, observa-se o processo de banalização da mulher por ela própria, que canta e dança tais músicas. Neste texto, também aparecem a animalização de parte do corpo feminino (a minha piriquita), assim como masculina (Uma/essa águia (...) querendo namorar).

TEXTO 4 - Só as cachorras (Bonde do Tigrão)

*Só as cachorras, as preparadas, as popozudas. O baile todo... pula, sai do chão.
Esse é o Bonde do Tigrão. Libere a energia e vem pro meio do salão.
O baile está tomado, eu quero ver você dançar. Tá tudo dominado, e o planeta vai gritar.
Assim! Só as cachorras, as preparadas, as popozudas.
Vem prá cá que eu sou tigrão, vou te dar muita pressão.
Quando vejo um popozão rebolando no salão, não consigo respirar, fico louco pra pegar.
Melhor tu se preparar que o tigrão vai te ensinar. Vai aonde tu fugir que o tigrão vai te engulir
Se tu corre por aqui, eu te pego logo ali... Eu vou lutar até o fim, vou trazer você pra mim.
E eu te chamo bem assim... Só as cachorras, as preparadas, as popozudas.*

Na voz masculina do autor empírico, o texto 4, retoma as mulheres pelos mecanismos coesivos de pronominalização (você, te, tu), elipse (?), expressões nominais (as cachorras, as preparadas, as popozudas) e hiponímia, em que a parte “um popozão” retoma o todo “mulher”. Os versos “Vem pra cá que sou tigrão, vou te dar muita pressão”, “Melhor tu se preparar que o tigrão vai te ensinar”. “Vai aonde tu fugir que o tigrão vai te engulir”, “Se tu corre por aqui, eu te pego logo ali...” e “Eu vou lutar até o fim, vou trazer você pra mim” enfatizam a supremacia, a força, o poder masculino (o Tigrão) e caracteriza a mulher como animal e/ou objeto sob a ótica machista – “E eu te chamo bem assim... Só as cachorras, as preparadas, as popozudas”.

TEXTO 5 - Lapada na Rachada (Saia Rodada)

Toma gostosa lapada na rachada. Você pede e eu te dou lapada na rachada.
E aí, tá gostoso lapada na rachadaaaaaaaa... Toma toma tomaa...
Pense numa mina linda, a danada enlouqueceu. A macharada ficou louca quando ela apareceu
Um sorriso envolvente um jeitinho sensual. Pra acabar de completar deu mole no final.
Juro não acreditava no que estava acontecendo. Sorria e me olhava e o clima foi crescendo.
Fui direto ao assunto e não pude acreditar. Chegou no meu ouvido e começou a falar.
Vaaaaai, dá tapinha na bundinhaaaa, vaaaaai. Que eu sou sua cachorrinha, vaaaaaaai.
Fico muito assanhada, seu eu pedir você me dá. Lapada na rachada.
Vamos dá uma lapadinha Só se for na rachadinha.
Você pede e eu te dou, forró saia rodada. E aí, tá gostoso lapada na rachada.
Toma toma, há vai!

Homem e mulher falam no texto e os pronomes você, te e ela, além da elipse (?), são usados como recursos coesivos. Quanto às referências com carga ideológica, apontamos os termos e expressões “gostosa”, “uma mina linda”, “a danada”, “sua cachorrinha”, que enfatizam os aspectos físicos, eróticos, animalizados, às vezes pela voz feminina. Como em texto anterior, a banalização de partes do corpo da mulher fica latente nas expressões “rachada” e “bundinha”. Vale registrar a apologia à violência nos versos: “Toma gostosa lapada na rachada. Você pede e eu te dou lapada na rachada. Fico muito assanhada, seu eu pedir você me dá. Lapada na rachada, E aí, tá gostoso? dá tapinha na bundinhaaaa.” Como foi mencionado anteriormente, não seria a violência contra mulheres consequência da educação machista, inspirada em comentários do dia-a-dia, nos quais quem vale e tem poder é o homem (a macharada)?

TEXTO 6 - Tapa na cara (Café con Leche)

Se ela me pedir, o que eu vou fazer. Meu Deus me ajude em mulher. Não vou bater. Pois ela me pede todo dia toda hora. Quando a gente faz amor. Tapa na cara mamãe...

Se você quiser há eu vou te dar. Vem Café con Leche, venha requebrar.

Jogue as mãos para cima bate na palma da mão. Eu quero ver balançar. E digue digue ah...

Eu vou te dar mama mamãe... Eu vou te dar. Vem vem vem vem vem... Tapa na cara...

Na música acima, a voz que canta é a masculina. Os mecanismos coesivos que se referem à mulher são pronomes (ela e te), diversas vezes repetidos, e os termos ‘mulher’ e ‘mamãe’. O mais marcante, contudo, é a apologia à violência: Tapa na cara mamãe. O autor empírico se vale de um intertexto implícito com o ditado popular “em mulher não se bate nem com uma flor” quando diz “Meu Deus me ajude em mulher não vou bater”, posteriormente diz: “Se você quiser há eu vou te dar”. O interessante desse texto é que o autor justifica a agressão física contra a mulher, afirmando que ela pede e gosta, “pois ela me pede todo dia toda hora. Quando a gente faz amor. Tapa na cara mamãe”.

TEXTO 7 – Dinheiro na mão, calcinha no chão (Saia Rodada)

Olha que eu tenho uma gatinha muito cara. E eu já gastei mais de um milhão.

E quando ela foi me conhecer ela disse: Tá liso, quero não.

Mas se o dinheiro tá na mão. Não precisa ser gato.

E quando chamou pra passear ela disse: A pé vou não.

Mas se o dinheiro tá na mão. Eu só ando de carrão. Eu só ando de Hillux.

E quando chamou pra viajar. De ônibus Quero não.

Mas se o dinheiro tá na mão. Eu só ando de jatinho. Avião é pobre.

E quando chamou para um motel, ela disse: De graça Tá louco

Mas se o dinheiro tá na mão. A calcinha tá no chão.

A voz masculina e a feminina alternam-se no texto 7. Nesta última análise, as retomadas ao referente feminino ocorrem por elipse (?) e pronominalização (ela e eu), além do uso da expressão nominal indefinida, uma gatinha. A mulher é caracterizada como aproveitadora (“Mas se o dinheiro tá na mão. Não precisa ser gato. Eu só ando de carrão. Eu só ando de Hillux. Eu só ando de jatinho. Avião é pobre.”) e prostituta (“E quando chamou para um motel, ela disse: De graça? Tá louco? Mas se o dinheiro tá na mão. A calcinha tá no chão.”).

Em todos os textos analisados, prevaleceram-se o descaso e o preconceito pela mulher e, conseqüentemente, sua banalização por meios de expressões nominais. Mesmo com aparente e ingênua diversão para as pessoas, tais letras de músicas contribuem para enraizar a idéia de inferioridade em relação às mulheres imposta pela sociedade onde ainda os homens dominam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como suporte para este artigo, a pesquisa de minha co-autoria ilustrou o alcance dos provérbios machistas na sociedade. Apresentada na primeira parte deste estudo, ela traz, nas respostas de um questionário, que as mulheres têm escutado comentários machistas, dividiram-se ao responder que denunciariam um caso de violência contra outra mulher e, na maioria, condenam o dito popular “Briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Contudo, dividem-se diante do provérbio “Por trás de um grande homem existe uma grande mulher”. Dentre tantos resultados, chama a atenção as opiniões femininas em relação às músicas que denigrem a sua imagem (a maioria achou péssima) e as soluções das mulheres para acabar com o machismo.

A partir da análise das letras de músicas que compõem o corpus do presente artigo, constatou-se o recorrente jogo da ambigüidade de cunho erótico, na voz masculina, feminina ou em ambas. No que se refere aos elementos coesivos, pode-se dizer que ora apenas estabelecem conexões, como no caso da pronominalização e da elipse, ora carregam um teor ideológico, através do uso de expressões nominais indefinidas e definidas. Estas coisificam, animalizam e depreciam a figura feminina. Isto também ocorre quando é empregada a hiponímia, em que a parte substitui o todo, banalizando os órgãos genitais femininos.

Pretendeu-se aqui, não de forma pretensiosa, exterminar com o machismo - o que de longe seria ótimo - é disseminado culturalmente na sociedade. Não foi criar idéias ditatoriais para proibir essas músicas. Também não foi de abolir certos tipos de estilos musicais. Pretendeu-se apenas conscientizar tanto o lado artístico, quanto o social de que músicas machistas, provérbios, comentários, piadas, publicidade, etc deveriam ser evitados no tocante à figura feminina. Podem ser eles a grande causa da violência doméstica contra a mulher. Ao invés de denegrir a sua imagem, por que não elevá-la a sua real importância na sociedade?

REFERÊNCIAS

ANISTIA Estuda Crimes Contra as Mulheres em Pernambuco. Disponível em <<http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=408>> Acesso em: 20 maio de 2007.

BRONCKART, Jean Paul. Atividade de Linguagem, Textos e Discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo. Paris, 1997. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. SP: Educ. 1999.

CALADO, Marcos Antonio Fonseca. (Org.). Pesquisas no curso de Letras: prática que contrapõe à “educação bancária”. Recife: Livrorapido, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KATO, Mary. No mundo da Escrita – Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. Desvendando os Segredos do Texto. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2003.

_____; ELIAS, Vanda Maria. Ler & Compreender os Sentidos do Texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIN-LEON, Letícia. Acidentes de Trânsito, um Problema de Saúde Pública. Disponível em <http://64.233.169.104/search?q=cache:rIABTFGbSJJAJ:www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2003/ju234pag04.html+acidente+transito+homens&hl=pt-&ct=clnk&cd=2&gl=br> Acesso em: 22 de agosto de 2007.

ROLLEMBERG, Marcello. Como Ser Romântico sem Parecer Bobo ou Machista? Disponível em <<http://64.233.169.104/search?q=cache:-az-KsaZpm4J:www.medicinaintegrativa.net/viver10.htm+mulher+atitude+machista&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>> Publicado na revista época. Acesso em: 21 de agosto 2007.

SILVA, Fábio Rafael Soares da et alii. Discriminação contra as Mulheres: Um tema recorrente. In: CALADO, Marcos Antonio Fonseca (org.). Pesquisas no Curso de Letras: Prática que se contrapõe à “educação bancária”. Olinda: Livrorapido, 2007.

VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

ANEXO: Questionário

1) Você já sofreu algum comentário machista? Sim () Não ()

Se sofreu, marque uma das opções abaixo citadas.

“Mulher no volante perigo constante” ()

“Mulher só aprende a contar até 6 porque não existe fogão de mais bocas” ()

“Mulher só nasceu pra cozinhar” ()

“Comigo mulher tem roupa, comida e mesa: roupa pra lavar, casa pra cuidar e mesa pra fazer comida” ()

2) Você acha que um comentário machista seja um tipo de violência contra a mulher e que isso ocasione uma agressão física? Sim () Não ()

3) Seu atual ou ex-companheiro já lhe dirigiu palavras machistas e agressivas?

Sim () Não ()

4) “Briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Você concorda com essa frase?

Sim () Não ()

5) Denunciaria se uma conhecida sua estivesse sendo agredida? Sim () Não ()

6) O que você acha dos trechos de músicas como o forró, o funk, etc, que desvaloriza a mulher? Exemplos: “é o seu vizinho que quer meu coelhinho”, “toma gostosa lapada na rachada”, “só as cachorras, as preparadas, as popozudas”.

Ótimas () Boas () Péssimas Ruins ()

7) Quando você escuta uma frase machista, se impõe, reclama, desmente o que lhe é dito ou aceita normalmente? Aceito () Não aceito () Não aceito e ainda reclamo ()

8) Mesmo sendo mulher, já tomou alguma atitude machista? Sim () Não ()

9) “Por trás de um grande homem existe sempre uma grande mulher”. Você concorda com tal frase? Sim () Não () Se não, reescreva dando-lhe mais importância em relação a participação da mulher na vida.

10) Dê sua opinião de como podemos destruir comentários machistas, músicas que desvalorizam a mulher, e de frases que não dão nenhuma importância ao sexo feminino.

CONHECIMENTO E IDENTIDADE PESSOAL: UM POSSÍVEL CONTRIBUTO DO PENSAMENTO PLATÔNICO AO PROBLEMA DO PARALOGISMO DA PERSONALIDADE

*Rodrigo Silva Rosal de Araújo**
rodrigorsa@hotmail.com

RESUMO

Estabelecendo uma abordagem crítica sobre a questão do paralogismo da personalidade, por dentro da nomeada teoria da mente de Kant, nosso propósito é repensar a relação entre conhecimento e identidade pessoal. Nesse sentido, o objetivo é fazer uma aproximação com a teoria das idéias contida nos diálogos platônicos, realçando sua relação com a reminiscência, com a finalidade de enriquecer a discussão, apontando elementos para construção de um sujeito epistêmico.

PALAVRAS-CHAVE

Conhecimento. Identidade Pessoal. Paralogismo. Sujeito Epistêmico.

ABSTRACT

The paper analyzes the relationship between philosophical knowledge and personality identity stated on Kant's theory. The article also identifies Plato's influence on Kant's theory.

* *Doutorando em Filosofia no Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFPB/UFPE/ UFRN. Mestre em Direito e em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor da FOCCA – Faculdade de Olinda.*

KEYWORDS

Identity. Knowledge. Personality. Philosophy.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito de uma breve contextualização do problema da identidade pessoal, sugerido pela crítica dos paralogismos, vamos nos servir do trabalho efetivado por Karl Ameriks, intitulado *Kant's Theory of Mind: an analysis of the paralogisms of pure reason*. A partir das sugestões apontadas por Ameriks, percebe-se que nos estudos empreendidos até meados de 60, não há propriamente constituída uma filosofia da mente, em Kant. Todavia, apesar de não haver uma visão detalhada da doutrina da mente, em Kant, ao menos se colocava um consenso: nos paralogismos, formulava-se um antídoto ao cartesianismo.

Por outro lado, para se alcançar um entendimento minimamente satisfatório dos Paralogismos, é inafastável a compreensão da *Crítica* na sua completude, erigindo-se no vértice dessa compreensão a Dedução Transcendental. É preciso ainda não perder de vista, segundo Ameriks, que a teoria da mente na *Crítica* é muito mais tradicional e racionalista do que aparenta num contato inicial.

Nesse sentido, melhor contextualizada no programa metafísico de Kant e no desenvolvimento histórico, é possível se reorganizar a discussão em linhas temáticas. E Ameriks o faz, subdividindo-a nos seguintes pontos: a) uma visão dos maiores problemas da teoria da mente de Kant; b) uma breve revisão dos maiores passos dessa teoria; c) uma prévia das maiores descobertas sobre a teoria (AMERIKS, 2000, p. 05).

De uma forma geral, embora as restrições dos paralogismos sejam importantes, elas devem significar, inicialmente, uma restrição apenas razoável de determinação positiva específica sobre os indivíduos noumenais (AMERIKS, 2000, p. 08). Ademais, deve ainda ser possível algum conhecimento sobre a mente em um outro sentido. Ou seja, não é determinante conhecer 'a coisa em si' para se conhecer a mente.

Nessa perspectiva, a doutrina de Kant sobre a mente toma uma forma particularmente interessante quando é aplicada ao 'eu'. Lembremos de que a tradição filosófica em geral aduz que somos diferentes dos objetos comuns, pois temos uma forma especial de identidade. Ameriks, então, tenta revisitar os paralogismos para realizar uma nova abordagem da 'identidade do eu', buscando a continuidade entre os estágios do pensamento de Kant, para além das inconsistências (AMERIKS, 2000, p. 11).

A partir disso, identifica, na exegese que faz dos escritos de Kant do período racionalista, uma localização virtual para a alma, capaz de funcionar sem o auxílio do corpo. Registra, também, a presença de um 'eu' consciente, racional, único e irreduzível (AMERIKS, 2000, p. 14). De outra parte, nos escritos do que se entende por período crítico, haveria um fortalecimento do compromisso de Kant com o Idealismo Transcendental.

Em todo caso, e isso é importante frisar, o que Ameriks (2000) não economiza argumentos para ressaltar é o fato de que as tensões implícitas na *Crítica* não estão resolvidas. A doutrina racional da alma é prometida como indicação da nossa substancialidade e liberdade. No entanto, logo após, Kant impõe restrições sobre nossa liberdade e substancialidade, diferenciando com mais clareza as estruturas gerais transcendentais e as características metafísicas do 'eu' individual (AMERIKS, 2000, p. 17).

Para um melhor enfrentamento das questões que os paralogismos nos colocam, dispõe-se de três lições gerais advindas de um estudo mais detalhado da teoria da mente de Kant: a) importância histórica, apontando revisões, tensões e avanços; b) evitar o lugar comum de Kant como crítico, buscando outras facetas; c) há um papel a ser desenvolvido pela filosofia da mente, com sua noção de limite, sua análise da complexidade (AMERIKS, 2000, p. 22).

Seguindo os apontamentos de Ameriks (2000), que oportunamente discorreu sobre uma gama de problemas entrelaçados nos paralogismos, nesse trabalho vamos nos concentrar na problemática suscitada pelo terceiro paralogismo (nomeado paralogismo da personalidade) e a relação com o processo do conhecimento. Para tanto, faremos uma aproximação com a teoria das idéias contida nos diálogos platônicos, realçando sua relação com a reminiscência, com a finalidade de enriquecer a discussão, apontando elementos para construção de um sujeito epistêmico.

2. SOBRE O PARALOGISMO DA PERSONALIDADE

Depois das formulações expendidas na Analítica Transcendental, Kant retorna à questão que gerou a crítica da razão: a metafísica existe, mas somente produz uma verdade aparente. E isso é feito, sobremaneira, na Dialética Transcendental, na qual se discorre que qualquer tentativa da razão pura de conhecer um mundo além dos fenômenos, no sentido de ser o verdadeiro, está dirigida ao fracasso. Nesse sentido, não é possível afirmar ou infirmar que a alma é imortal ou que Deus existe (HÖFFE, 2005, p. 141). Tais coisas podem até ser pensadas, mas não conhecidas. Por conseguinte, Kant precisa demonstrar a ilusão transcendental da metafísica, sublinhando o caráter ilusório das assertivas que tentam provar que a alma é imortal (BONACCINI, 1996, p. 59).

Pensando um sujeito absoluto, a razão pura incorre em conclusões errôneas (paralogismos).
Na visão de Höffe,

o conhecimento do incondicionado se revela como conhecimento pretense, não verdadeiro, é mera aparência. Mas a aparência não surge de mal-entendidos subjetivos ou de incorreções lógico-formais. É uma aparência especulativa, isto é, uma ilusão transcendental, uma ambigüidade do pensamento que brota da própria natureza da razão, que se relaciona às condições apriorísticas do conhecimento e somente pode ser descoberta por meio de uma reflexão crítica sobre a ligação entre razão e conhecimento (2005, p. 143).

Desses enganos da razão, uma ilusão inicial consiste em se acreditar poder alcançar, através da reflexão, um conhecimento objetivo do 'eu'. Isso é pretendido pela psicologia racional, contra a qual Kant formula a crítica dos paralogismos. Nessa crítica, evidencia-se como elemento nuclear o 'eu penso' de Descartes, porém com um significado completamente renovado por Kant. O 'eu penso' é considerado 'a forma de representação em geral (B 404) que relaciona cada pensamento à unidade da consciência. Nessa medida o 'eu penso' designa a percepção que possibilita o conhecimento, nunca porém o conhecimento do sujeito mesmo' (BONACCINI, 1996, p. 60).

Para Kant, o 'eu penso' não é objetivável, já que representa a condição de toda objetividade. Por essa razão, as conclusões da psicologia especulativa se baseiam em uma ambigüidade, perdendo a validade lógica. Do 'eu penso transcendental' somente é possível inferir o seguinte: '(1) que sempre é sujeito e nunca predicado, (2) que é um sujeito logicamente simples, (3) que permanece idêntico consigo mesmo em todo o múltiplo e (4) que é distinto de coisas exteriores' (HÖFFE, 2005, p. 149). Nessa visão, o problema corpo-alma seria um pseudoproblema.

A identidade do sujeito, da qual posso tornar-me consciente em todas as suas representações, não concerne à intuição do sujeito pela qual é dado como objeto, e por isso não pode significar a identidade da pessoa pela qual é entendida a consciência da identidade da substância própria de cada um, como um ser pensante, em toda a variação de estados (B 408-409). É uma consciência unificada dirigida a uma pluralidade de tempos (AMERIKS, 2000, p. 134). Assim, 'a personalidade substancial da alma não se pode demonstrar por mera análise. Porém, o juízo sintético a priori que tenta prová-la é ilícito porque nem forma parte das condições da consciência de si, e nem é possível ter nenhuma intuição a priori da uma substância pessoal' (BONACCINI, 1996, p. 63).

Na verdade, a unidade da consciência é só unidade formal no pensar, sem uma intuição complementar não há objeto nem conhecimento. A identidade lógica nada me diz da identidade pessoal. E isso não impede que em cada estado eu seja um sujeito diferente, transmitindo a ‘bagagem histórica’ ao sujeito subsequente. Essa identidade numérica do sujeito lógico é definida como a condição transcendental da unidade de todo ato mental e de toda síntese de representações (BONACCINI, 2006, p. 03).

Todavia, essa identidade lógica deve estabelecer alguma relação com a identidade pessoal. Ou seja, são distintas entre si, mas podem ser consideradas interdependentes quanto à função cognitiva (AMERIKS, 2000, p. 137). Por exemplo, demonstrando a faculdade de pensar, e de ser pensante, essa faculdade é parte integrante da identidade pessoal. Essa pode ser a consequência do reconhecimento de que o ‘eu penso’ exprime a identidade pessoal da autoconsciência (não há pensamento sem autoconsciência). Seria até possível dizer, embora com bastante cautela, que a identidade numérica depende da identidade pessoal (AMERIKS, 2000, p. 140).

O funcionamento da identidade numérica parte do fato de que *‘temos percepções sensíveis, uma multiplicidade de representações dadas na intuição (...). Então, a intuição, como percepção de algo dado, é sempre a intuição de um objeto, o qual implica a conexão e o enlace da multiplicidade’* (BONACCINI, 2006, p. 11).

É a síntese realizada pelo sujeito transcendental, inserindo a unidade no múltiplo. Mas tal unidade pressupõe outra mais elevada, que é a apercepção transcendental, a unidade do ‘eu’ autoconsciente que permanece idêntico como a condição original transcendental. A partir disso, *‘para que eu tenha percepções, é preciso que eu as pense, que eu as pense conscientemente como minhas representações. E isto pressupõe que eu seja um eu constante e invariável que pensa representações inconstantes e variáveis’* (BONACCINI, 2006, p. 14).

De outra parte, somente tenho consciência de meu ‘eu’ quando conduzo as representações à unidade conceitual de um objeto. Então, *‘conduzir o múltiplo à unidade da consciência significa antes de tudo convertê-lo em objeto do pensar mediante um conceito que o unifica para que o sujeito possa pensá-lo’* (BONACCINI, 2006, p. 16). É preciso, ainda, que o ‘eu’ tenha consciência de que permanece o mesmo no fluxo das representações.

A tomada de consciência se dá *‘quando exerço reiteradamente a função de unidade ao sintetizar o múltiplo das intuições, o que significa que somente me volto consciente disso retrospectivamente’* (BONACCINI, 2006, p. 18). Tudo sustentado pela apercepção transcendental, o sujeito lógico idêntico a si mesmo, isto é, o ‘eu penso’. Por isso se relaciona a identidade pessoal com uma identidade conceitual, como condição de possibilidade de todo conhecimento (AMERIKS, 2000, p. 142).

Dessa forma, afirmar que as representações são minhas exige preliminarmente uma síntese a priori levada a cabo por um sujeito idêntico, numa consciência conceitual. A unidade necessária da apercepção *‘não é apenas a unidade que a multiplicidade das intuições dadas deve receber quando reunida por um conceito de objeto para que eu possa pensá-la, mas também que a unidade do conceito do objeto é, ao mesmo tempo, a unidade do eu pensando o múltiplo das intuições como um objeto’* (BONACCINI, 2006, p. 29).

Portanto, apesar de ser negado o conhecimento do sujeito em si mesmo como pessoa, não se pode prescindir de um sujeito lógico que permanece idêntico em todo estado de consciência (BONACCINI, 2006, p. 35). Não se pode, igualmente, pretender obter respostas definitivas acerca de questões transcendentais, mas não se pode deixar de elaborá-las (LEBRUN, 1993). E uma maneira diferente de formular outra questão transcendental, a nosso ver, seria: a apercepção transcendental, enquanto pura consciência original e inalterável, enquanto aquilo que torna possível a realidade para um sujeito, poderia se equiparar à ‘idéia’ dos diálogos platônicos? O que isso implicaria para a constituição de um sujeito epistêmico? É o vamos analisar no passo seguinte.

3. UM INTRÓITO À TEORIA DO CONHECIMENTO EM PLATÃO

Para além de tentar estabelecer uma linha divisória entre crença e conhecimento, isto é, entre a opinião emanada da observação das coisas sensíveis e o saber advindo da análise dos princípios inteligíveis (TAYLOR, 2005, p. 37), a teoria do conhecimento que se desenvolve ao longo dos diálogos pode ser traduzida pela vontade de reintroduzir a unidade na desordem múltipla do sensível. E a razão disso explica-se pela evidência de que a unidade, enquanto unidade determinada, enquanto idéia, é anunciada por Platão como a primeira exigência do pensamento (ROGUE, 2005, p. 15).

O enfrentamento desse problema, seguindo as indicações deixadas nos diálogos, implica na discussão acerca da teoria das idéias ou das formas, com recorrência ao tema da anamnese (reminiscência), na tentativa de harmonizar a unidade das idéias com multiplicidade dos fenômenos corpóreos, ou, em linguagem canônica, o sensível com o inteligível. E a relação entre este mundo de puros conceitos lógicos e o mundo da experiência sensível consiste em que as coisas do mundo sensível seriam imitações aproximadas e imperfeitas das correspondentes entidades conceituais. Então, a ‘forma’ ou ‘idéia’ apresenta-se como uma estrutura ontológica (pelo fato de existir separada, como entidade mental) e epistemológica (por explicar a configuração e a organização da experiência sensível) (SANTOS, s/d, p. 05).

No processo epistemológico que se delineia nos diálogos, ou seja, na apresentação dos

temas que acompanham a discussão sobre a possibilidade do ensino e da aprendizagem, a definição é um recurso essencial da dialética socrática. Definir um termo representa, com efeito, reaplicar a linguagem ao Ser. A verdadeira definição, como se sugere no Teeteto (148 d), é estabelecer a síntese do múltiplo no um. Há, pois, *‘junto com a exigência da definição, um imperativo de unicidade dessa definição; quer dizer que a totalidade dos objetos à qual o nome a definir é susceptível de remeter deve estar compreendida num só logos.’* (ROGUE, 2005, p. 46).

Nessa perspectiva, a realidade sensível é constituída por uma série infinda de inter-relações. O logos de cada objeto constitui-se nessa infinidade de relações, que é preciso desvelar com o recurso da linguagem, objetivando erradicar as possíveis contradições. *‘O sensível está, pois, dividido entre os contrários que o constituem. O ser que a relação permite apreender torna-se de novo estranho ao pensamento quando é inserido numa outra rede de relações’* (ROGUE, 2005, p. 69).

No entanto, para Platão, o Ser precisa ser atingido por um logos que, perpassando a relação, não seja enclausurado por nenhuma e, porém, se apodere de todas. Afinal, para reaplicar o logos ao Ser, exige-se a univocidade do logos. *‘A oposição entre o um e o múltiplo caracteriza uma contradição que para Platão tona um valor metafísico: nela, não pode ser a linguagem, unívoca, que está em questão, e sim o ser’* (ROGUE, 2005, p. 76).

O idealismo platônico surge como uma resposta direta aos problemas de unidade e de multiplicidade que, a seu ver, representam a própria forma de contradição que o logos deve resolver. A invenção da ‘idéia’ traduz a dificuldade de atingir um verdadeiro logos do Ser, sem deixar-se desviar pela contradição sempre ameaçadora do sensível. A idéia é a identidade em si na qual desaparece a diferença que engendra a multiplicidade do sensível ao mesmo tempo semelhante e diverso. Conforme se lê no *Fedro*, ela é expressamente definida como a passagem, pelo raciocínio, do múltiplo para o uno (249b).

Por outro lado, para dar conta de pensar a unidade dos objetos de discurso na multiplicidade de suas determinações, é preciso entender a existência de uma comunidade das idéias entre elas. Encontramos um indício disso na *República*: *‘é preciso dizer isto tanto do justo como do injusto, do bom como do mau e de todas as idéias; cada uma tomada em si é una; mas, como elas aparecem por toda parte misturadas com ações, corpos, e entre elas mesmas, cada uma delas tem aspectos múltiplos’* (V, 476 a). É um modelo satisfatório para entender como os objetos concretos são reconhecidos ao mesmo tempo unos e múltiplos pelo logos.

Tudo isso irá se refletir na discussão acerca do pensamento de identidade, que pode ser entendida, inicialmente, somente a partir das inter-relações que se estabelecem na relação cruzada do uno e do múltiplo. Vê-se, por exemplo, que

a idéia aplicada a diversos objetos, mas permanecendo única, ela é em toda parte a mesma, ao mesmo tempo em que confere a cada um uma forma de caracterização que contribui para sua unificação como identidade concreta. Esta solução passa pelo caráter da indivisibilidade absoluta que é, precisamente, o caráter da identidade' (ROGUE, 2005, p. 85).

O confronto, de fato, é com o dilema que se apresenta ao paradoxo disjuntivo que Menon colocou a Sócrates (80 d): como saber alguma coisa se o que se conhece, o sensível, não é o Ser, e se o objeto de conhecimento, o Ser a atingir, não pode sequer ser pesquisado, por não ser conhecido? A solução que se apresenta é a teoria da reminiscência, representando a via teórica que deve explicar a percepção da idealidade pela alma, completamente diferenciada da experiência vivida.

Dessa forma,

o ponto essencial, que aproxima aqui, de certa maneira, Platão de Kant, é a recusa de considerar que a idéia possa ter uma gênese empírica: reminiscência e constituição de um sujeito transcendental são apenas maneiras diferentes de pensar como já presente aquilo que se quer ver como resultado de uma indução empírica. Assim, como em Kant, é preciso dizer que todo o nosso conhecimento deriva dos sentidos, visto que a reminiscência é ocasionada apenas pela descoberta da contradição sensível: é das sensações que deve vir o pensamento de que todas as igualdades sensíveis tendem para o que é Igual, e que elas não chegam aí (Fédon, 75 ab). Ao mesmo tempo, como em Kant, temos uma teoria que visa essencialmente demonstrar que a identidade, se ela nos aparece por ocasião da experiência sensível, permanece totalmente independente dessa experiência' (ROGUE, 2005, p. 90).

Nessa compreensão, se há reminiscência, é porque existe igualmente participação. O projeto epistêmico atinge o seu ponto máximo quando se aborda a questão do Bem como princípio último independente de toda hipótese. Os objetos conhecíveis têm do Bem não só a possibilidade de serem conhecidos, mas também a essência e a existência. O Bem está além da essência e a ultrapassa em majestade e poder (*República*, 509 b).

Se, com

a idéia, atingimos o grau supremo do ser, cada idéia recebe o seu ser do Bem apenas na limitação contemporânea de sua essência. Essa limitação da idéia implica, ao mesmo tempo, que a sua comunidade de relações com as outras idéias, a possibilidade de defini-la, de circunscrevê-la discursivamente; enquanto o Bem, princípio de limitação das essências na atribuição do ser, princípio e ordem da fysis inteira, está do lado do inefável: se é supremamente, ele só é percebido por uma intuição que o constata sem dar sua razão (ROGUE, 106).

E essa intuição, por meio da qual se percebe o Bem, é o lugar onde a alma não se distingue mais de seu objeto, uma vez que nele se reconhece, em reconhecendo a potência de onde ela própria surgiu. Na busca por uma identidade pura, a idéia é a marca peculiar desse pensamento de identidade, porque é uma identidade que se coloca a si mesma, sobre a qual se fundará o conhecimento dos objetos que dela participam (ROGUE, 2005, p. 111). Por outro lado, ao mesmo tempo em que habitava o sensível, era a identidade pura que o pensamento reencontrava quando se abrigava no inteligível.

Todavia, esta identidade, mesmo na sua posição última, fica estigmatizada pelo sinal da alteridade e da relação. Dizer a identidade é pôr um ser, mas é igualmente empenhar-se, colocando a relação original no discurso infinito das relações que essa relação primeira engendra e que unicamente permite saber, uma vez posto o ser, o que é. Ou seja, pensar a identidade é pensar o próprio devir. Devir por meio do qual o Ser se revela como um entrelaçamento de idéias que entram em relações reguladas umas com as outras. O agente, na nossa interpretação, que efetua tal entrelaçamento, dando sentido ao processo cognitivo, é o sujeito epistêmico. E é sobre isso que falaremos a seguir, na parte conclusiva do nosso trabalho.

4. IDENTIDADE PESSOAL E SUJEITO EPISTÊMICO

É importante, a princípio, observar que, enquanto a concepção moderna de conhecimento pressupõe ao menos uma relativa autonomia do sujeito e objeto, na epistemologia platônica, consoante se pode inferir a partir do que até então apresentamos, o dualismo corpo/alma funde um no outro. Nesse dualismo, a sensibilidade identifica-se com o corpo, enquanto a razão com a alma. Apesar de subordinada à razão, a sensibilidade desempenha uma função capital no processo cognitivo, porque através dela recuperamos a experiência inteligível (SANTOS, 2004, p. 67).

Por conseguinte, ‘*contrastando a passividade analítica do sensório com a atividade sintética da alma, Sócrates mostra que qualquer possibilidade de interpretar o sensível, quanto mais de atingir o saber, se acha fora do domínio da senso-percepção*’ (SANTOS, 2004, p. 75). Ademais, apesar de se tentar eliminar o pressuposto da continuidade entre a senso-percepção e a opinião, o poder da aparência é suficiente para exigir, em contraponto com o sujeito epistêmico, a criação de um sujeito psíquico, coordenador das atividades perceptual, conceptual e reflexiva da mente (SANTOS, 2004, p. 79).

Existem, no entanto, indícios de um sujeito e de um objeto específicos do saber.

Na República VI 508e-509b e no Crátilo 440b, Sócrates refere-se a cognoscentes e cognoscíveis, a visíveis, num contexto em que as Formas se acham bem presentes, na posição do objeto. Manifesta-se aqui um sujeito epistêmico a comandar a cognição. Todavia, como ambos os contextos deixam bem claro que essa função é atribuída à alma, trata-se de um sujeito transcendentalmente entendido, ao qual cabe a função arquetípica de contactar com o inteligível (SANTOS, 2004, p. 81).

Nesse caminho, essa relação sujeito epistêmico/sujeito psíquico parece ser reforçada pelos estudos das chamadas ciências cognitivas:

o que vale é saber que se trata daquela porção maior de nosso próprio ser, que se conserva mergulhada na sabedoria cósmica, com seus terminais no hemisfério cerebral direito, enquanto a personalidade parece operar um teclado de computador localizado no hemisfério esquerdo, programado para os negócios miúdos da terra. Voltamos, pois, ao conceito básico de que o espírito é a individualização do princípio inteligente, ao passo que a alma é o espírito encarnado, ou seja, acoplado a um corpo físico e, portanto, voltado para o âmbito restrito da matéria densa e, por isso, limitado. O grande problema da civilização contemporânea está em que a personalidade tomou o freio nos dentes e, em vez de se deixar conduzir pelo ‘hóspede desconhecido’, prefere ignorá-lo, quando não dominá-lo e levá-lo a reboque (MIRANDA, 1998, p. 85).

Fazendo uma livre interpretação da linguagem utilizada por Hermínio Miranda, entendemos por ‘espírito’ o sujeito psíquico (a alma amplamente considerada nos diálogos platônicos) que parece extrapolar os confinantes da razão (sujeito epistêmico), talvez por isso se dê o paralogismo da personalidade. Apresentam-se, a nosso ver, umbilicalmente ligados o sujeito psíquico e o sujeito epistêmico. E a sua ligação é possibilitada e mediada pela ‘idéia’. Parece-nos que todo o esforço da epistemologia platônica e do idealismo transcendental é orientado para tentar explicitar como se dá tal ligação, a qual constitui e explicará, se for seriamente estudada, a identidade pessoal.

Nesse raciocínio, o idealismo transcendental kantiano pode se considerar uma doutrina das formas introduzidas nos conteúdos representacionais mentais pelas capacidades cognitivas a priori da mente, as quais são também introduzidas nos objetos do conhecimento. Deste modo, a Crítica é percebida como uma semântica cognitiva, na qual as diversas capacidades do processamento de informação confluem a uma unidade cognitiva bem organizada por uma capacidade executiva de síntese, que unifica os elementos do conhecimento de objetos. Essa unidade cognitiva bem organizada é a unidade sintética original da aprecepção, cuja função é ser a base a priori para produzir a representação ‘eu penso’. O ‘eu penso’ é o prefixo implícito de todo conhecimento possível, inclusive do autoconhecimento (HANNA, 2001, p. 59).

REFERÊNCIAS

ALLISON, H. E. *El Idealismo Transcendental de Kant: una interpretación y defensa*. Madrid: Anthropos, 1992.

AMERIKS, K. *Kant's Theory of Mind: An Analysis of the Paralogisms of Pure Reason*. New Edition. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BONACCINI, Juan Adolfo. *Acerca da segunda versão dos paralogismos da razão pura*. An. Filos. São João del-Rei, n.3, p.59-66, jul. 1996.

_____. *El problema de la identidad personal en la primera parte de la deducción B*. Rev. Lat. De Filosofía. Buenos Aires, 2006 (no prelo).

HANNA, R. *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MIRANDA, Hermínio C. *Alquimia da mente*. Rio de Janeiro: Lachâtre, 1998.

PLATÃO. *Obras completas*. Tradução Francisco de P. Samaranch. Madrid: Aguillar, 1988.

PLATON. *Oeuvres completes*. Tradução Leon Robin. Paris: Gallimard, 1950.

ROGUE, Christophe. *Comprender Platão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SANTOS, José Gabriel Trindade. *O nascimento da verdade*. s/d.

_____. *Sujeito epistêmico e sujeito psíquico na filosofia platônica*. Princípios Revista de Filosofia. UFRN. Natal. V.11, n. 15-16, pp. 65-82, jan/dez. 2004.

TAYLOR, A. E. *Platón*. Madrid: Tecnos, 2005.

INFORMES PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos enviados para a Revista SCIENTIA UNA deverão seguir as seguintes normas de publicação:

- Os originais devem ser **inéditos**, ou seja, não podem ter sido publicados em outras revistas impressas ou virtuais, bem como em nenhum outro veículo de comunicação.

- Devem ser encaminhados com o número mínimo de 05 e máximo de 20 páginas, impressos e enviados por e-mail (Word; caracteres: times new roman, fonte 12; espaçamento entrelinhas: 1,5).

- As páginas do trabalho devem obedecer à seguinte configuração: 3 cm margem superior; 2 cm margem inferior; 3 cm margem esquerda; 2 cm margem direita.

- Gráficos e imagens (fotos e mapas) deverão ser anexadas em formato JPG com resolução mínima de 200 DPI.

- Os artigos devem ser precedidos de resumos em português e em inglês (abstract) com aproximadamente 250 palavras, além de palavras-chave em português e inglês (keywords) com, no máximo, 05 palavras.

- As citações devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520 (adotando-se o **sistema autor-data**) da ABNT.

- As referências bibliográficas devem ser mencionadas de acordo com a NBR 6023 da ABNT e apresentadas em ordem alfabética no final do texto.

- O Conselho Editorial poderá sugerir modificações no texto, sem com isso violar o conteúdo e idéias do autor, a quem caberá realizar tais modificações.

- Os artigos devem ser enviados **sem** a identificação do autor. O nome completo do autor, e-mail, telefone e a titulação deverão ser apresentadas em folha anexo.

- Não serão pagos direitos autorais.

O prazo para entrega de trabalhos para o próximo número da revista será fevereiro de 2009. Os artigos para apreciação do Conselho deverão ser encaminhados a Coordenação do Centro de Atividades Científicas - CAC/FOCCA, através do email: cac@focca.com.br

CENTRO DE ATIVIDADES CIENTIFICAS

cac@focca.com.br



www.focca.com.br

FOCCA, R. do Bonfim, 37, Carmo, Olinda - Fone: (81) 3429.3696